

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
TERRITORIALIDADES**

ISAAC DE SOUSA RIBEIRO

**COBERTURA DA PANDEMIA DA COVID-19: A REPRESENTAÇÃO DA
POPULAÇÃO NEGRA CAPIXABA NAS PÁGINAS DO JORNAL *A TRIBUNA***

**VITÓRIA
2023**

ISAAC DE SOUSA RIBEIRO

**COBERTURA DA PANDEMIA DA COVID-19: A REPRESENTAÇÃO DA
POPULAÇÃO NEGRA CAPIXABA NAS PÁGINAS DO JORNAL *A TRIBUNA***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Comunicação e Territorialidades.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Bellan Rodrigues de Souza

**VITÓRIA
2023**

ISAAC DE SOUSA RIBEIRO

**COBERTURA DA PANDEMIA DA COVID-19: A REPRESENTAÇÃO DA
POPULAÇÃO NEGRA CAPIXABA NAS PÁGINAS DO JORNAL A TRIBUNA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Comunicação e Territorialidades.

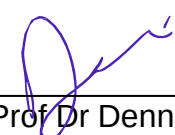
Aprovada em 21 de dezembro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Rafael Bellan Rodrigues de Souza
(Orientador–
PÓSCOM/UFES)

Documento assinado digitalmente
 **RAFAEL DA SILVA PAES HENRIQUES**
Data: 22/12/2023 06:11:31-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Rafael da Silva Paes Henrique
(Examinador Interno – PÓSCOM/UFES)


Prof. Dr. Dennis de Oliveira
(Examinador Externo – IEA/USP)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
RAFAEL BELLAN RODRIGUES DE SOUZA - SIAPE 1549808
Departamento de Comunicação Social - DCS/CAr Em
21/12/2023 às 17:20

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/862048?tipoArquivo=O>

VITÓRIA
2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

Ribeiro, Isaac de Sousa, 1988-
R484c Cobertura da pandemia da Covid-19: a representação da
população negra capixaba nas páginas do jornal A Tribuna /
Isaac de Sousa Ribeiro. - 2023.
133 f. : il.

Orientador: Rafael Bellan Rodrigues de Souza.
Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Racismo. 2. Enquadramento noticioso. 3. Análise de
conteúdo. 4. Covid-19. 5. Territorialidade. 6. Mídia hegemônica.
I. Souza, Rafael Bellan Rodrigues de. II. Universidade Federal
do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 316.77

Aos meus avós maternos, Almerinda e Alceu (*in memorian*), e paternos, Antônio e Natanedes (*in memorian*), meus exemplos de força, acolhimento, respeito, confiança e garantia de que a família é, antes de qualquer coisa, fundamentada no amor e na proteção. Obrigado por tudo e por tanto! Estou neste lugar hoje porque vocês me impulsionaram!

AGRADECIMENTOS

A caminhada não foi simples, tampouco fácil. Para mim, permanecer e resistir a essa experiência foi possível graças ao apoio e incentivo que recebi durante o percurso. Certamente, sem isso, eu não teria conseguido. Agradeço a minha família, em destaque, minha mãe Marlene e meu pai Reginaldo. Redigir este texto foi possível porque eles me mostraram que a educação é a via digna, honesta e única possível para que possamos conquistar o que merecemos.

Aos meus irmãos André, Tobias, Vitória e Victor pelo carinho. Agradeço, sobretudo, a Ana Fernanda. Dedico meu amor e gratidão por tudo o que você representou nessa jornada. Seu companheirismo, suporte, sua atenção e paciência foram essenciais para que eu encontrasse criatividade, resistência e energia. Sorrisos e acolhimento que me enchiam de esperança.

Não acreditava que seria capaz de superar a seleção e ingressar no programa de Mestrado da Ufes. Durante a pandemia da Covid-19, encontrei coragem e tentei. Agradeço a todas as pessoas que me ajudaram, torceram e vibraram com as conquistas com empolgação a cada etapa vencida.

Nesta oportunidade, agradeço aos amigos e amigas, jornalistas e professores (as) competentes e inspiradores, Nathália Esteves, Fernanda Medeiros, Erica Vaz e Roberto Teixeira pelas indicações de leitura e apoio ainda no início da caminhada. Deu certo!

Alunos e alunas da Turma 2021, ninguém precisou baixar o sarrafo para a gente passar. Obrigado pelos cafés, bolinhos, risadas, cumplicidade e parabéns por toda a construção! Vocês me inspiraram todos os dias. Desejo ainda mais sucesso a nós!

Aos professores e professoras do programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades por tudo o que foi compartilhado, me senti privilegiado pela oportunidade de fazer cada disciplina e aprender com vocês. Agradeço, especialmente, ao meu orientador, professor Rafael Bellan, obrigado pelos direcionamentos e paciência para me guiar nesta jornada inédita e tão rica que é o mundo da pesquisa. Meu eterno agradecimento.

Aos professores Rafael Paes e Denis de Oliveira, por aceitarem participar da banca e pelas observações que me conduziram na pesquisa, a objetividade e o profissionalismo de vocês deixaram a trajetória iluminada.

“A educação é um instrumento muito importante na mudança de mentalidade”

Kabengele Munanga

RESUMO

Esta pesquisa investiga como a população negra do Espírito Santo foi representada nas páginas do jornal *A Tribuna* na cobertura da Covid-19, entre o mês de março de 2020 a agosto de 2020. Declarado como pandemia no mês de março de 2020, SARS-CoV-2 foi o responsável por infectar e matar centenas de milhares de pessoas no mundo. Com base no conceito de hegemonia de Gramsci, o trabalho busca investigar como se dão as evidenciações e invisibilizações na cobertura jornalística, além de analisar questões relacionadas à raça e identificar os sentidos presentes nos enunciados jornalísticos. A partir do enquadramento e da análise de conteúdo foi possível identificar que os conteúdos jornalísticos do veículo estudado não problematizam a vulnerabilidade dos negros em relação às contaminações e óbitos, bem como a exposição ao vírus, dificuldade de acesso à saúde e às condições básicas de higiene.

Palavras-chave: Jornalismo. Saúde. Coronavírus. Negros. *A Tribuna* (jornal).

ABSTRACT

This research investigates how the black population of Espírito Santo was represented in the pages of the newspaper *A Tribuna* in the coverage of Covid-19 between March 2020 and August 2020. Declared a pandemic in March 2020, the SARS-CoV-2 virus was responsible for infecting and killing hundreds of thousands of people around the world. Based on Gramsci's concept of hegemony, the work seeks to investigate how the news coverage highlights and makes invisible, as well as analyzing issues related to race and identifying the meanings present in journalistic statements. From the framing and content analysis, it was possible to identify that the journalistic content of the vehicle studied does not problematize the vulnerability of black people in relation to infections and deaths, as well as exposure to the virus, difficulty in accessing health and basic hygiene conditions.

Keywords: Journalism. Health. Coronavirus. Black people. *A Tribuna* (newspaper).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico mostra a quantidade de reportagens publicadas no jornal A Tribuna sobre a pandemia da covid-19 entre os meses de março de 2020 a agosto de 2020	64
Figura 2 – Médicos fazem alerta para ônibus lotados	68
Figura 3 – Quantidade e local onde as fotos estão inseridas no jornal A Tribuna	71
Figura 4 – Percentual de fotos por raça/cor no jornal A Tribuna	71
Figura 5 – Estado já se aproxima de mil mortes	72
Figura 6 – “É desesperador”, diz dono de bar	74
Figura 7 – Tarefas de casa atrapalham em home office	75
Figura 8 – Shoppings abertos hoje com presentes a partir de R\$ 7	77
Figura 9 – “Não desistimos do sonho de ter a festa de casamento”	78
Figura 10 – Abertas 16 mil vagas em cursos à distância	79
Figura 11 – Preocupação no carro	80
Figura 12 – Máscaras	81
Figura 13 – Preocupação	82
Figura 14 – Cuidado e segundo atendimento	83
Figura 15 – “Eu te amo, pai”	84
Figura 16 – “É uma situação desesperadora”	85
Figura 17 – Oportunidade	87
Figura 18 – Momento de dificuldade	88
Figura 19 – Dificuldade para conseguir trabalho	89
Figura 20 – Recebeu aviso, mas conta estava zerada	90
Figura 21 – Barbeiro elogia medida do governo	91
Figura 22 – Trabalho em casa	92
Figura 23 – Apoio à sociedade	93
Figura 24 – Expectativa pela primeira parcela	95
Figura 25 – Vendas em casa para sobreviver	96
Figura 26 – Mais tranquilo	97
Figura 27 – Em coma por 23 dias	98
Figura 28 – Exercícios contra a angústia	99
Figura 29 – Médicos e psicólogos	100

Figura 30 – Heróis da medicina no combate ao coronavírus	101
Figura 31 – Frame texto: Onde doar para quem sofre com a pandemia	105
Figura 32 – Frame texto: Maioria dos mortos nos EUA são latinos	107
Figura 33 – Frame texto: Estado já registra mais de 100 mortes	109
Figura 34 – Frame texto: Bairros populares têm mais mortes	111
Figura 35 – Frame texto: Testes em casa mostram que 84 mil tiveram o vírus	113
Figura 36 – Frame texto: Estudo aponta que 386 mil foram infectados	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de textos sobre Covid-19 na editoria Reportagem Especial	65
Tabela 2 – Quantidade de textos sobre Covid-19 na editoria Cotidiano	65
Tabela 3 – Quantidade de textos sobre Covid-19 na editoria Cidades	65
Tabela 4 – Quantidade de fotos na editoria Cidades	70
Tabela 5 – Quantidade de textos na editoria Cotidiano	70
Tabela 6 – Quantidade de fotos na editoria Reportagem Especial	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estado já se aproxima de mil mortes	72
Quadro 2 – É desesperador, diz dono de bar	74
Quadro 3 – Tarefas de casa atrapalham home office	75
Quadro 4 – Shoppings abertos hoje com presentes a partir de R\$ 7	75
Quadro 5 – Não desistimos do sonho	78
Quadro 6 – Abertas 16 mil vagas em cursos à distância	79
Quadro 7 – Preocupação no carro	80
Quadro 8 – Máscaras	81
Quadro 9 – Preocupação	82
Quadro 10 – Cuidado e segundo atendimento	83
Quadro 11 – Eu te amo, pai	85
Quadro 12 – É uma situação desesperadora	86
Quadro 13 – Oportunidade	87
Quadro 14 – Momento de dificuldade	88
Quadro 15 – Dificuldade para conseguir trabalho	89
Quadro 16 – Recebeu aviso, mas conta estava zerada	90
Quadro 17 – Barbeiro elogia medida do governo	91
Quadro 18 – Trabalho em casa	92
Quadro 19 – Apoio à sociedade	93
Quadro 20 – Contrato suspenso	95
Quadro 21 – Vendas em casa para sobreviver	96
Quadro 22 – Mais tranquilo	97
Quadro 23 – Em coma por 23 dias	98
Quadro 24 – Onde doar para quem sofre com a pandemia	106
Quadro 25 – Maioria dos mortos do EUA são latinos	108
Quadro 26 – Estado já registra mais de 100 mortes	110
Quadro 27 – Bairros populares têm mais mortes	111
Quadro 28 – Testes em casas mostram que 84 mil tiveram o vírus	113
Quadro 29 – Estudo aponta que 386 mil foram infectados	114

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. PANDEMIA DA COVID-19, JORNALISMO E RACISMO.....	22
1.1 A FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO	32
1.2 CRISE, DESAFIOS E ALTERNATIVAS.....	34
1.3 TERRITÓRIO DISCURSIVO DA INFORMAÇÃO.....	38
1.4 DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE RAÇA: UMA RELAÇÃO ENTRE RACISMO E JORNALISMO	41
1.5 O DESAFIO DA COBERTURA DA COVID-19 E A IMPORTÂNCIA DO JORNALISMO.....	46
2. HEGEMONIA, PROTAGONISMO E REPRESENTAÇÃO	51
3. ENQUADRAMENTO NOTICIOSO E ANÁLISE DE CONTEÚDO: COVID- 19 E A POPULAÇÃO NEGRA CAPIXABA EM A TRIBUNA	57
3.1 A HISTÓRIA DO JORNAL A TRIBUNA.....	57
3.2 DADOS COLETADOS DURANTE A ANÁLISE	62
3.3 CONCEITO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO	66
3.4 CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DAS FOTOS	72
3.5 ANÁLISE POR EDITORIA: CIDADES	72
3.6 ANÁLISE POR EDITORIA: COTIDIANO	78
3.7 ANÁLISE POR EDITORIA: REPORTAGEM ESPECIAL	80
3.8 ANÁLISE GERAL DAS IMAGENS	98
3.9 CONCEITO DE ENQUADRAMENTO NOTICIOSO	101
3.10 ANÁLISE GERAL DOS TEXTOS	119
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122

INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. As contaminações eram causadas por um tipo de coronavírus, que ainda não tinha sido identificado em seres humanos. No mês seguinte à descoberta, a doença batizada como Covid-19 já havia se alastrado em países da Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, o primeiro paciente foi detectado em fevereiro de 2020. A partir deste período, a pauta já era discutida por diversos veículos de comunicação.

Diante de tudo isso, a escolha pelo presente tema se deu pela minha condição de existência e vivência profissional. Autodeclarado homem preto, trabalhei e ainda desenvolvo pautas sobre desigualdade, preconceito, discriminação e resistência aos padrões estabelecidos pelos grupos considerados majoritários. Essas temáticas me acompanham desde a infância, quando participava com os familiares das atividades relacionadas à militância dos movimentos sociais, principalmente, no movimento negro.

Em 2019, coordenei minha primeira grande cobertura jornalística com temática ligada às questões raciais e sociais para o jornal impresso e o site A Gazeta, além da rádio CBN Vitória, veículos nos quais atuei até setembro de 2022, como repórter. Desde o meu ingresso à equipe, sugeria e executava assuntos que fomentassem discussões acerca dos temas citados. Durante a pandemia, pesquisei, apurei e publiquei reportagens apontando como a desigualdade social do Brasil, refletida no Espírito Santo, tornava a população negra mais vulnerável à Covid-19. Por causa de todo esse contexto, propus um projeto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades (PÓSCOM), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que integrasse todas essas questões.

Sendo assim, esta pesquisa selecionou e analisou os conteúdos noticiosos, que foram publicados no jornal impresso *A Tribuna*, entre os dias 11 de março de 2020 e 31 de agosto de 2020, utilizando o enquadramento noticioso e a análise de conteúdo como abordagens metodológicas, investigando e entendendo como a população negra do Espírito Santo foi retratada na cobertura do coronavírus pelo jornal em questão. A análise das notícias foi fundamentada em uma pesquisa bibliográfica (Gil, 2008) sobre os conceitos de jornalismo enquanto ferramenta dissipadora de conhecimento e de mediação social na perspectiva de um território discursivo, bem como sua contribuição no processo de formação de territorialidades.

O trabalho também discorreu acerca do histórico do surgimento da Covid-19, seu impacto em relação às contaminações, óbitos e formas de prevenção, além de identificar de que forma o comportamento da pandemia no Espírito Santo e a população negra foram relacionadas na cobertura do jornal impresso. A partir das argumentações e das definições, destacamos o seguinte questionamento: como o jornal *A Tribuna*, enquanto meio de comunicação social, enquadra o impacto da pandemia na população negra do Espírito Santo?

A escolha dessa empresa jornalística, neste estudo, se deu pela importância do veículo no Espírito Santo. Um jornal impresso que em 2023 completa 85 anos de fundação. É o único com circulação diária na Grande Vitória e em cidades do interior do Espírito Santo. Embora o veículo se apresente assim, a pesquisa não dispôs de ferramentas para comprovar tal informação.

O recorte temporal foi delimitado com um prazo de um semestre, tendo em vista a declaração da OMS informando que a Covid-19 havia se transformado em uma pandemia no dia 11 de março de 2020. No avançar dos meses, informações e resultados de pesquisas eram divulgados e os especialistas em saúde foram, então, aprendendo mais sobre a doença no mundo, no Brasil e, por consequência, no estado do Espírito Santo. Assim, foi possível identificar de que forma o veículo pesquisado tratou o tema a partir do que os cientistas apresentaram e como a população negra foi representada nas coberturas.

As hipóteses que figuraram, na construção inicial deste trabalho, e que se confirmaram, durante seu desenvolvimento, foram as de que os discursos da mídia não estavam centrados em questões étnico-raciais, ignorando, assim, a condição real de existência da população negra como fator agravante neste processo de contaminação, adoecimento e óbitos.

A pesquisa em questão é relevante dado o papel social do jornalismo, especialmente diante do impacto que a doença causou à humanidade. Foi possível observar uma mudança de comportamento em dimensão global. A pandemia acirrou uma crise econômica e, por isso, impactou e gerou consequências a todos aqueles que dependem do seu trabalho para sobreviver; é o que defende o escritor e professor de Sociologia do Trabalho, Ricardo Antunes (2022).

Em julho de 2020, no Brasil, 18,9 milhões de pessoas estavam desempregadas e não procuraram trabalho por causa da pandemia, ou por falta de oportunidade de trabalho na região onde

moravam, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No Espírito Santo, o indicador apontava que 281 mil pessoas se encontravam na mesma situação.

No primeiro trimestre de 2021, uma pesquisa do IBGE apontou que o número de desempregados era de 15,2 milhões de brasileiros. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostrou também que havia aumentado o número de pessoas atuando em atividades comerciais informais e sem carteira assinada (Meneghetti, 2021).

Em julho de 2021, os dados da PNAD indicavam que 47,3% dos brasileiros pretos e pardos tinham ocupações informais contra 34,6% dos trabalhadores brancos. A pesquisa revela que aproximadamente 17 milhões de pessoas estavam desempregadas e 19 milhões passavam fome. Uma parcela significativa da população negra estava nesse contingente.

Uma vez que as medidas apontadas como necessárias para conter a propagação do coronavírus envolvem o isolamento social, precisamos pensar a qual isolamento o Estado e a sociedade se referem, quando se tem famílias de até seis pessoas morando em casas de dois cômodos nas periferias das grandes cidades brasileiras. Também precisamos lembrar da desregulamentação do trabalho, apoiada pela direita brasileira, que levou as pessoas negras, principalmente mulheres e jovens, a uma situação muito complicada de trabalho informal, em que, se elas não trabalham, não recebem. Então, hoje, falar para essa pessoa parar de trabalhar e ficar em casa significa condená-la a ficar sem comer. O que está sendo colocado como opção a esses trabalhadores é a escolha entre morrer de fome ou de coronavírus (Oliveira, 2020, n.p).

No terceiro trimestre do mesmo ano, mais de 99,3 milhões de pessoas estavam ocupadas. O número representava crescimento de 1% em relação ao trimestre anterior e de 6,8% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os dados apresentados pelos indicadores revelam uma queda no número de pessoas desocupadas, a partir do terceiro trimestre de 2021. No entanto, essa redução se explica pelo aumento da informalidade do trabalho. Muitos dos desempregados passam a exercer atividades informais, com ênfase para os trabalhos em plataformas digitais.

Os especialistas apontavam que a pandemia causou um forte impacto no mercado de trabalho, uma vez que as formas de prevenção da doença eram distanciamento social, não compartilhamento de objetos e dos mesmos espaços físicos (trabalho, escola, lazer etc.) e, com isso, as relações produtivas sofreram alterações e as pessoas assumiram atividades virtuais. Dessa forma, diversos setores aplicaram modelos de trabalho remoto, demitiram ou instituíram férias coletivas (Paixão, 2020; Vasconcelos, Saraiva, 2020).

Além dos altos índices globais de mortalidade, ampliam-se enormemente o empobrecimento e a miserabilidade na totalidade da classe trabalhadora. Em parcelas enormes desse contingente, como nos desempregados informais, a situação torna-se verdadeiramente desesperadora, com o Brasil se destacando como um dos campeões da tragédia (Antunes, 2022, p.18).

O cenário da desigualdade não surgiu com a chegada do vírus, ele já havia sido desenhado antes, sobretudo, em relação ao mercado de trabalho. Em 2019, ou seja, antes da pandemia, mais de 40% da classe trabalhadora brasileira estava na informalidade. No mesmo período, mais de 5 milhões de pessoas atuavam em aplicativos e plataformas digitais (Antunes, 2022).

Basta um clique no celular ou em qualquer outro aparelho eletrônico conectado à internet para ter acesso à compra, venda, produção ou aplicação de inúmeras ações praticamente de forma instantânea. No entanto, para que essas ofertas estejam à palma da mão, forças produtivas são criadas a partir de novas formas de desenvolvimento, que resultam em novos modelos no ambiente de trabalho, sendo assim, “tais arranjos geram uma série de questionamentos sociológicos para com os seus efeitos, muitas vezes danosos, do que se convencionou chamar de capitalismo de plataforma” (Labronici, 2021, p. 1).

Uma dessas plataformas é a Uber, transnacional criada nos Estados Unidos. A empresa desenvolveu um sistema digital disponível para *smartphones* que conecta os clientes diretamente aos prestadores de serviços. Ela oferta transporte urbano de forma diferente, com preço mais acessível em relação aos táxis convencionais, trajeto da viagem definido e compartilhado para ambos via *GPS* do aparelho celular do passageiro e do motorista, mais controle do serviço prestado, possibilidade pagamento em dinheiro ou cartões de débito e crédito vinculados à conta do cliente.

Sem qualquer vínculo empregatício, os motoristas da Uber trabalham como profissionais autônomos e assumem diversos riscos para oferecer o serviço, detendo quase a totalidade dos meios de produção necessários à execução da atividade e por eles integralmente se responsabilizando. Levando em conta que o Direito do Trabalho brasileiro recalcitra em classificar o motorista como empregado – esse trabalhador está, além de impelido a investir nos instrumentos de trabalho, desprotegido nessa relação de trabalho. Na medida em que já não necessita contratar o trabalhador como empregado e sequer necessita investir na maioria dos meios físicos que constituem o capital constante, o mais-valor apropriado pelo capitalista se torna maximizado em um patamar inimaginável para as empresas tradicionais, o que se revela um imperativo para que outras empresas passem a adotar modelos semelhantes de estruturação de seus negócios (Franco, Ferraz, 2018).

Em alusão à plataforma de transportes Uber, foi cunhado o termo uberização do trabalho, fenômeno que pode ser compreendido a partir de um sistema capitalista firmado nos eixos do

neoliberalismo, da reestruturação produtiva contínua com a impulsão tecno-informacional-digital, que mantém constante movimento e uma hegemonia do capital financeiro (Antunes, 2020). O termo uberização engloba todos os profissionais que atuam a partir de plataformas digitais, não somente àqueles que prestam serviços de transporte de passageiros.

Desse modo, há uma mudança no sentido do trabalho, tornando-o ainda mais precarizado no que diz respeito ao vínculo legal estabelecido entre trabalhador e empregador, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por exemplo. O primeiro não estará mais assegurado por esta legislação, tornando-se vulnerável aos acordos de flexibilização do trabalho junto às empresas e aos empresários.

O elo entre as classes é ainda mais frágil e inacessível em virtude de as relações serem traçadas por meio de um aplicativo, em que a figura do patrão, tal qual é sabida em casos de uma firma convencional, torna-se desconhecida. É importante salientar que em uma realidade onde há redução dos postos de trabalho, ou atividades produtivas, que não resultam uma remuneração satisfatória, a venda da força de trabalho via aplicativos não deve ser considerada somente como uma opção do trabalho, mas sobretudo resultado do contexto socioeconômico que condiciona essas opções.

Em entrevista concedida à Patricia Facchin, da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), Antunes (2020) detalha outro ponto de discussão sobre a precarização das condições de trabalho, que o sistema impõe aos seus envolvidos. O autor defende que a crise estrutural do sistema capitalista, potencializada entre 2008 e 2009, impulsionou as grandes companhias a iniciar um processo de transformação profunda das leis que regiam o arcabouço trabalhista. A pressão em defesa da flexibilização buscava a maximização do lucro. As transnacionais tiveram o apoio dos Estados neoliberais, na defesa aos interesses da burguesia e pavimentaram, assim, o caminho rumo à expansão corporativa.

Nasceu, então, o que venho chamando de um novo Frankenstein social: uma força de trabalho que faz com que homens e mulheres do mundo inteiro, ao mesmo tempo que vivenciam situações nas quais estão presentes altos níveis de avanço tecno-informacional-digital (algoritmo, internet das coisas, inteligência artificial, big data, impressão 3D, geração 5G etc.) e experimentam o maquinário informacional digital, evidenciam um exército sobrando de trabalho em escala mundial que não para de crescer. Existem todas as condições necessárias para criar um tipo de trabalho chamado de trabalho uberizado, que se desenvolve nas plataformas das grandes corporações, onde médicos, professores, arquitetos, advogados, enfermeiros, trabalhadores domésticos, homens e mulheres de todas as profissões, ao perderem seus respectivos trabalhos, aceitam trabalhar – porque não têm outra perspectiva – sob condições que nos remetem ao século XIX, à acumulação primitiva (Antunes, 2020).

Desse modo, diante das análises de Antunes (2020), é possível dizer que o capitalismo de plataforma tem similaridades com a fase do capitalismo em que a classe trabalhadora cumpria jornadas de 10, 12, 14, 16 horas ou mais. Realidade que não difere das experiências dos colaboradores destas plataformas digitais como a Uber (do ramo de transporte) e Ifood (ramo de venda e entrega de alimentos). Sem a regularidade de um horário de expediente, esses profissionais operam de acordo com a demanda, interesses e metas estipuladas por eles próprios, já que o rendimento ao fim do dia estará associado à produção da jornada.

[...] os salários, considerados enquanto capital variável, eram um “custo” para o capitalista. Contudo, quando a remuneração do trabalhador se torna dependente da efetivação do valor dos produtos-mercadorias, ela deixa de ser um custo de adiantamento do capital, estando sua existência condicionada à realização efetiva do valor (Franco, Ferraz, 2018).

Conforme argumenta Oliveira (2003), os profissionais se equiparam a um conjunto de agentes ativos e inativos que trocam de lugar, mudam de posição no esquema, todos os dias. Em um modelo tradicional de relação de trabalho, a ausência de um trabalhador deverá ser compensada com a substituição de outro que exerça função igual e possua mesmo nível profissional, amparado por um regime contratual, que define as responsabilidades das partes envolvidas. Já nas relações de trabalho forjadas no contexto do capitalismo de plataforma, este tipo de contrato não existe, sendo o profissional peça dispensável.

A esse são delegadas as responsabilidades e responsabilizações da atividade produtiva exercida, sem qualquer comprometimento laboral e legal por parte da plataforma. Não há cargos ou postos fixos e os trabalhadores não possuem segurança jurídica. Além disso tudo, esse grupo ficava ainda mais exposto ao vírus, já que trabalhava com transporte de passageiros ou com entregas (mercadorias e alimentos) enquanto outro grupo exercia um modelo de trabalho que preconizava o isolamento social (férias coletivas ou home office).

No intuito de responder às questões relativas ao cenário apresentado, este trabalho está organizado em três capítulos. O Capítulo 1, intitulado “Pandemia da Covid-19, jornalismo e racismo” apresenta as definições e contextos da pandemia da Covid-19, bem como em que consiste a atividade jornalística, os valores que definem tal prática, demonstra de que forma o trabalho se relaciona com interesse público e aborda as relações étnico-raciais. Esse capítulo destaca a origem do coronavírus no mundo, mostrando como a doença chegou ao Brasil até

atingir o estado do Espírito Santo. Problematisa, ainda, a noção de territorialidades com Milton Santos, aborda como o poder público tratou a pandemia e como a mídia se comportou, enquanto mediadora dos interesses sociais.

O Capítulo 2 “Hegemonia, protagonismo e representação” apresenta uma discussão em torno do conceito de hegemonia, na perspectiva de Gramsci, entendendo que a comunicação está situada em uma emaranhada rede de poder que se apresenta na expressão de conflitos materiais e imateriais. Demonstra como as práticas comunicacionais e o sistema midiático tensionam e impactam as relações produtivas em uma sociedade, orientando e conduzindo modos de vida. O objetivo é posicionar o jornalismo, neste contexto, como responsável pela produção de sentidos e relevante força-motriz do conhecimento. Demonstra como os discursos da elite detentora dos aparatos hegemônicos forjam sentidos para a realidade social, produzindo formas de opressão e formação de consenso.

Por último, o Capítulo 3 “Enquadramento noticioso: Covid-19 e a população negra capixaba em *A Tribuna*” apresenta a análise dos dados obtidos após o levantamento das reportagens selecionadas nas edições de março a agosto de 2020, do jornal impresso *A Tribuna*. Os conteúdos noticiosos, publicados entre o dia 11 de março de 2020 a 31 de agosto de 2020, foram analisados utilizando o enquadramento noticioso como uma das abordagens metodológicas, de forma a investigar e entender como a população negra do Espírito Santo é retratada na cobertura do novo coronavírus pelo jornal em questão.

1. PANDEMIA DA COVID-19, JORNALISMO E RACISMO

O presente capítulo apresenta e problematiza a abordagem jornalística da pandemia da Covid-19, no Espírito Santo, a partir de um recorte racial, destaca a origem e a propagação do coronavírus pelo mundo, sua chegada ao Brasil e, principalmente, no estado do Espírito Santo, bem como seus impactos sobre a população negra, e a função social do jornalismo, ao longo de sua constituição e diante do fenômeno e recorte propostos. Os dados disponibilizados pelo governo do Espírito Santo mostram que a doença começou em bairros considerados nobres e depois se espalhou para a periferia, sendo que nas comunidades foi registrado o maior número de casos. Para esta análise, partiremos da noção de territorialidades em Milton Santos. Além disso, o capítulo também vai abordar como o poder público tratou a pandemia.

A pesquisa tem como centralidade a pandemia da Covid-19 relacionada à comunicação e as questões sociais que envolvem a população negra. Na cartilha *Regras de ouro para um consultório seguro*, a Sociedade Brasileira de Infectologia (2020, p. 3) atesta que “a pandemia da Covid-19 é uma questão de saúde pública global”. O documento cita que, no Brasil, a transmissão comunitária da doença é reconhecida desde março de 2020.

Freitas e Pena (2020, p. 37) definem a doença como “um desastre global e um dos maiores eventos históricos dos últimos cem anos, que atinge todos os setores indistintamente”. Com a demarcação global de um território infectado, a Covid-19 expõe as desigualdades, redefine e ressalta as demarcações coloniais de base racial “que são fundantes do mundo moderno, tendo na delimitação Norte/Sul, sob o ponto de vista geográfico e sociológico, uma de suas principais ancoragens” (Oliveira *et al.*, 2020, p. 3).

No dia 11 de março de 2020 (Opas, 2020) foi declarada a pandemia. A partir de então, os cientistas e pesquisadores iniciaram o processo de compartilhamento de informações sobre o vírus SARS-CoV-2, responsável por causar a Covid-19. O vírus SARS-CoV-2 chegou ao Brasil por meio da sociedade representada pelas classes média e alta. A realidade daquele momento fomentou a ideia de que a doença não fazia distinção e atingia a todos, independentemente da sua condição financeira e cor da pele.

Neste pensamento, o risco de contaminação e a força do vírus sobre o organismo do paciente seriam os mesmos. No caso dos idosos e as pessoas com doenças pré-existentes, os pesquisadores identificaram que podiam ter o quadro agravado e maior chance de evolução a óbito, a partir das comorbidades diagnosticadas ou não (Gomes, 2021, p. 2).

A narrativa de que o impacto do vírus era o mesmo em qualquer sujeito social desconsiderou a perspectiva coletiva de adoecimento, provocando definições equivocadas de políticas públicas de enfrentamento à pandemia. Este enfoque particulariza o problema como se ele fosse restrito a um grupo de pessoas.

Tem-se aqui uma questão ético-política, que é traduzida não apenas em diretrizes diferenciadas a depender do lugar que os indivíduos ocupam na estrutura socioeconômica, como no caso de jovens e da força de trabalho que representam na geração de bens e serviços, como também em protocolos assistenciais que definem as prioridades de acesso aos cuidados intensivos, como no caso de idosos e pacientes com comorbidades. A segunda questão é relativa ao nosso processo societário e o mito da democracia racial, que serve para ocultar as relações raciais de subalternização, com base na ideia de miscigenação simétrica, ancorada na noção de uma sociedade livre do racismo (Oliveira *et al.*, 2020, p. 2).

As principais medidas de prevenção eram o isolamento social, o uso de equipamentos de proteção individual e as medidas de higienização. O SARS-CoV-2 é transmitido principalmente por gotículas respiratórias expelidas por meio da fala, tosse ou espirro de pessoas sintomáticas — ou não — para outras pessoas que estão em contato próximo, ou por meio de contato direto com a pessoa infectada. Enquanto não havia vacina ou medicamentos específicos para impedir o contágio ou tratar os sintomas provocados pela doença, a alternativa de enfrentamento era o distanciamento social, o uso de máscara e a higienização das mãos e dos objetos usados diariamente como chaves, celulares e bolsas.

Diante da disseminação da doença, a cobertura da imprensa, acerca do vírus descoberto na China, que infectou pessoas em todo o mundo, ganhou notoriedade nos veículos de comunicação. Algumas das pautas discutiam as ações do poder público, como a aquisição de leitos, formação de hospital de campanha, número de infectados ou mortos por causa da doença. A postura negacionista frente ao vírus, adotada pelo governo federal, vigente durante o período da pandemia, também repercutiu. Em junho de 2020, o país foi destaque na imprensa britânica, árabe e estadunidense após o Ministério da Saúde anunciar que não divulgaria os dados acumulados sobre a pandemia do coronavírus (Imprensa, 2020).

Por intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF), a medida foi revogada e os dados foram publicados novamente. Para driblar o silêncio do Governo Federal, o *G1*, *O Globo*, *Extra*, *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo* e *Uol* criaram um consórcio de veículos para coletar os dados diretamente das secretarias estaduais de saúde, para divulgar as informações às suas audiências (Nocelli, 2020).

Embora se trate de uma mesma doença, a Covid-19 não atinge os diversos segmentos ou grupos sociais da mesma forma. Isso acontece porque o combate aos casos confirmados “[...] envolve aspectos da saúde geral dos grupos populacionais, aspectos de condições de acesso ao serviço de saúde pública” (Silva; Moraes; Santos, 2020, p. 304).

As pessoas que possuíam plano de saúde, por exemplo, tinham mais probabilidade de realizar atendimento preventivo e, assim, evitar que o quadro clínico debilitado por causa da Covid-19 se agravasse por causa de desconhecimento de alguma comorbidade não diagnosticada previamente. Uma pesquisa divulgada em 2020 apontou que, no Espírito Santo, 30,9% da população tinha plano de assistência médica ou odontológica (Nunes, 2020).

No contexto brasileiro, entre os 20% mais pobres da população, 94,4% não têm plano de saúde e 10,9% avaliam sua saúde como regular, ruim ou muito ruim, enquanto entre os 20% mais ricos apenas 35,7% não têm plano de saúde e 2,2% avaliam sua saúde dessa forma. Além disso, a disponibilidade de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) para usuários do Sistema Único de Saúde é quase cinco vezes menor do que para quem tem acesso à rede privada de saúde. Dados internacionais indicam que, em regiões mais desiguais, maior é a proporção de indivíduos com saúde debilitada, incluindo doenças crônicas que são atualmente reconhecidas como fatores de risco para Covid-19. Portanto, é plausível que em UF mais desiguais a carga de morbidades seja mais elevada, tornando-a estruturalmente mais vulnerável à pandemia da Covid-19 (Demenech, 2020, p. 9).

Isso significa que a maioria da população dependeu integralmente dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e, de acordo com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), a população negra é a que tem menos acesso a consultas e exames, contando apenas com a estrutura pública de saúde. Sendo assim, durante a pandemia, as pessoas pretas e pardas foram as que mais sofreram com a suspensão dos serviços considerados não emergenciais (Dos Santos *et al*, 2021).

Ao discorrer acerca dos termos propostos nesta investigação, faz-se importante ressaltar que a partir do censo brasileiro de 1991, o IBGE passou a utilizar o critério da autoclassificação segundo raça/cor da pele em cinco categorias: branco, preto, pardo, indígena e amarelo. A partir daí, a denominação de população negra se dava com a soma de pretos e pardos e, dessa forma,

foi possível identificar como e em que posição a população negra estava situada na sociedade (Santos *et al.*, 2020).

Segundo o Instituto Jones dos Santos Neves (Ribeiro, 2020b), no primeiro trimestre de 2020, período em que a pandemia foi declarada, a população capixaba era de 4.043.000 habitantes. Desse total, 51,6% eram pardos, 37,1% brancos e 10,6% pretos. O índice de 0,7% foi distribuído entre as populações indígena e amarela. Considerando que a denominação de população negra se dá com a soma de pretos e pardos, a maioria do povo capixaba é formada por pessoas negras.

É possível perceber as diferenças entre brancos e negros no Brasil, quando são analisados os dados de renda, educação, exposição à violência, entre outras. Embora os negros somassem 54% da população brasileira, representavam 75% da população mais pobre (Silva; Moraes; Santos, 2020).

Diante dos números apresentados, identifica-se a fragilidade dos negros em relação à contaminação pelo coronavírus, haja vista que a maior parte das moradias inadequadas no estado são ocupadas por pretos e pardos. Em um momento em que era indicado às pessoas a ficarem em casa, evitarem aglomeração e se atentarem para os cuidados com a higiene, a fim de diminuir o contágio da Covid-19, esses indivíduos se viram em moradias superlotadas, muitas vezes sem provisão de serviços básicos de infraestrutura, como esgotamento sanitário e tratamento de água (Gagnani, 2020).

Segundo Maimunah Mohd Sharif, diretora executiva do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), “A habitação é agora amplamente reconhecida como uma das principais defesas contra a Covid-19, com residentes em todo o mundo sendo instruídos a ficarem em casa e lavarem suas mãos” (Cahú, 2020).

Nesta abordagem sobre o impacto da Covid-19 na população negra, é preponderante discutir a restrição de possibilidades de escolhas. A maioria dessas pessoas não podia trabalhar em casa (home office), especialmente pelo tipo de atividade que exercia, e continuar recebendo o salário e benefícios, como plano de saúde e auxílio alimentação.

Os dados relacionados às pessoas infectadas atestavam que as pessoas expostas por causa do trabalho estavam mais vulneráveis. Quando analisados os números de internações e óbitos provocados pela doença, havia um maior número entre faxineiras (os) e auxiliares de limpeza (62%); aposentados (as) (30%); empregadas domésticas (6,5%); diaristas e cozinheiras (6,5%);

técnicos e profissionais de saúde de nível médio (0,3%); vendedores (as) (0,3%); caminhoneiros (0,3%); entregadores de mercadorias (0,3%); auxiliares de produção (0,3%); e outros (0,3%). Ou seja, pessoas que não mantiveram o isolamento e precisam realizar deslocamentos diários.

Com o início da vacinação, em janeiro de 2021, foi priorizada a imunização de profissionais da saúde, pessoas institucionalizadas que residem em asilos acima de 60 anos, pessoas com deficiência vinculadas a alguma instituição e populações indígenas aldeadas. Neste momento, não foi considerada prioridade a vacinação de domésticas, merendeiras, cuidadoras, motoristas de ônibus e outros profissionais que trabalham para garantir as possibilidades de isolamento e proteção ao vírus de outras pessoas e profissionais. Professoras e professores começaram a imunização a partir de março do mesmo ano (Batista, Proença, Silva, 2021).

Outra consideração importante era verificar se esse grupo étnico morava em casas arejadas e com espaços adequados, que permitiam a manutenção do isolamento social com as gerações de familiares, se havia acesso à água encanada, luz e internet, se dispunha de condições de ir e vir de forma segura, se possuíam comorbidades e/ou condições de saúde. Tudo isso suscita a necessidade e urgência de pensar o enfrentamento e a definição de políticas públicas de saúde, levando em consideração todas as nuances relacionadas aos diferentes grupos da sociedade (Batista, Proença, Silva, 2021).

Médicos da Sociedade Brasileira de Infectologia (2020) alertaram que tal cenário era propício para a propagação da doença. O vírus é transmitido, principalmente, por gotículas respiratórias, que uma pessoa contaminada pode expelir ao tossir, espirrar ou falar ao manter contato físico a menos de um metro de distância com uma pessoa saudável.

De acordo com Silva, Morais e Santos (2020, p. 303):

Diante deste crescente de problemas, pode-se imaginar que, a exemplo de vários outros problemas de saúde, sociais e econômicos que são vivenciados de forma diversa, pelos diferentes grupos raciais, de gênero, de classe ou territoriais, dentre outros (PNUD, 2019), os diferentes grupos populacionais sofrerão de forma diferenciada os efeitos dessa pandemia. Diante disso, cabe questionar: quais os efeitos da pandemia e de todas as medidas adotadas nos diferentes grupos sociais e em especial, naqueles que já são impactados pelo fenômeno da desigualdade social?

Esses dados ganharam mais relevância com a pandemia, pois, conforme abordam Gustavo Forde e Rasley Forde (2020, p. 5) “[...] é importante, antes de apresentar os dados, trazer à luz a problemática do racismo como proeminente fator de agravamento dos impactos da Covid-19 na população negra capixaba”.

À medida que os estudos eram desenvolvidos e os resultados apresentados, as pessoas adotavam comportamentos cotidianos a fim de evitar o contágio e o registro das complicações biológicas que o micro-organismo poderia causar. A doença, que rapidamente se espalhou, apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves (Brasil, 2021). Para preservar o máximo de pessoas possível, autoridades da OMS e especialistas em saúde, dos mais diversos países, orientaram que gestores políticos determinassem as medidas sanitárias supracitadas, para evitar ou reduzir as chances de contágio.

Do início da pandemia até o dia 13 de março de 2022, o levantamento diário publicado no site da Universidade Johns Hopkins (2022) mostrava que 456.956.790 pessoas tinham sido infectadas pelo coronavírus no mundo. Desse total, 6.042.210 morreram. No Brasil, na mesma data, o Ministério da Saúde (Brasil, 2022) registrava 29.350.134 casos e 654.945 óbitos.

No Espírito Santo, o Painel Covid-19 indicava que, nesse mesmo período, a doença havia atingido 1.031.831 capixabas, tendo provocado a morte de 14.235 pessoas. No que tange à população negra, dados anunciados pelo Governo do Estado no dia 25 de outubro de 2021 mostravam que os negros representavam 37,5% dos infectados pelo vírus e, do total de óbitos, 41% eram homens e mulheres autodeclarados pretos e pardos (Espírito Santo, 2021).

Em uma nova pesquisa feito pelo autor, com base nos dados divulgados no Painel Covid-19, no dia 20 de março de 2022, 41% dos mortos por coronavírus no Espírito Santo eram negros. Os brancos representavam 33,97% dos casos de óbitos resultantes da doença respiratória. No grupo de pessoas que não tiveram a raça informada, 16,96% constam nos registros. Os amarelos figuram entre 7,94% das estatísticas. Os indígenas eram 0,10%.

Segundo especialistas da Secretaria de Estado da Saúde – Sesa, a pandemia se concentrou inicialmente na região metropolitana, que apresenta alta densidade demográfica e, em seguida, instalou-se na periferia, região com alta densidade domiciliar, onde muitas pessoas dividem os mesmos espaços de um imóvel (Ribeiro, 2020a).

Essa dinâmica de migração da doença chama a atenção quando vêm à tona as informações da Síntese dos Indicadores Sociais do Espírito Santo, elaborada pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). No item intitulado Deficiências nas Condições de Moradia, a Síntese revelou que 13,4% das pessoas autodeclaradas pretas, 11,1% das pessoas pardas e 6,3% das brancas residentes no estado viviam em moradias inadequadas no ano de 2017, último levantamento realizado (Espírito Santo, 2018). O tópico engloba domicílios adensados, aqueles onde três ou

mais pessoas dormem em um mesmo cômodo. Essa foi a última pesquisa com esse recorte e abordagem apresentada pelo instituto capixaba.

O combate à doença e as determinações que visavam proteger a população foram adotadas pelos governos estaduais. As ações eram regionalizadas e, em maioria, iam ao encontro do que preconizavam os especialistas em saúde quanto ao contágio. No Espírito Santo, o governador Renato Casagrande, assistido por uma equipe composta por servidores estaduais das secretarias, membros das forças de segurança, profissionais da saúde voluntários e acadêmicos da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), decretou o fechamento do comércio (bares, restaurantes e varejo), das escolas e de determinadas indústrias. Isso acontecia periodicamente. Os números de casos confirmados e mortes eram acompanhados e ditavam o ritmo e relaxamento do que era ou não permitido ao longo da semana (Coronavírus, 2020).

A decisão ganhou corpo no dia 20 de abril de 2020, quando o Governo do Espírito Santo instituiu o mapa de risco. O documento seguia critérios epidemiológicos orientados por estudos feitos pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesa), Corpo de Bombeiros Militar, Defesa Civil Estadual, Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). A gestão do mapeamento considerava: risco baixo; risco moderado; risco alto; e risco extremo. As orientações tratavam de medidas sociais, funcionamento de estabelecimentos comerciais, regras para circulação do transporte público coletivo etc (Espírito Santo, 2020 a).

Com essas definições, algumas empresas tornaram oficial o trabalho remoto. Assim, os funcionários poderiam se proteger da exposição ao vírus e manter o funcionamento dos serviços (G1 ES, 2020).

A primeira pessoa do Brasil a morrer com diagnóstico da doença, conforme os registros do Governo Federal noticiados pela imprensa, foi a diarista negra Rosana Aparecido Urbano, de 57 anos, moradora do estado de São Paulo (Martins; Roxo, 2020). O óbito, confirmado por exames laboratoriais, aconteceu no dia 12 de março de 2020 no Hospital Municipal Dr. Carmino Caricchio. Outras quatro pessoas da família dela também faleceram em decorrência da contaminação viral (Vieira; Marques, 2020).

No Espírito Santo, o primeiro caso de infecção foi registrado no dia 26 de fevereiro de 2020. De acordo com o Governo do Estado, uma moradora de Vila Velha, na região metropolitana,

retornou de uma viagem da Itália já infectada. À época, o país europeu era considerado o epicentro da doença (Avilez, 2020).

Já a primeira morte em solo capixaba foi anunciada no dia 2 de abril de 2020. A vítima era um homem de 57 anos, morador da Serra, cidade da região metropolitana. A informação foi confirmada pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) (Mendonça, 2020).

No dia 14 de abril, o Executivo estadual (Espírito Santo, 2020) lançou um sistema público para consulta de dados relacionados à Covid-19 no Espírito Santo. Intitulado *Coronavírus Covid-19*, à época, o ambiente disponibilizava informações sobre o comportamento da doença nos municípios capixabas, como o número de pessoas infectadas; mortes provocadas pela doença, sexo, faixa etária, bairro e cidade.

A partir daquele momento, era possível identificar quais pacientes tinham comorbidades ou doenças crônicas ligadas ao pulmão, coração ou obesidade (Espírito Santo, 2020). Com base em todas essas informações, era possível traçar um perfil das pessoas que se infectavam com o novo vírus nas cidades capixabas, em todas as regiões.

No dia 27 daquele mesmo mês, o endereço eletrônico recebeu nova aparência e contou com outras características acerca da doença. Assim, foi possível consultar os dados de raça/cor. O quesito é obrigatório nos formulários de saúde desde 2017, quando foi publicada a Portaria nº 433 do Ministério da Saúde, mas foi a partir de 10 de abril de 2020, que os dados dos acometidos pela Covid-19 apresentaram este tipo de informação nas notificações do sistema do Ministério da Saúde sobre a pandemia.

A medida foi adotada pelo Governo Federal com base em reivindicações conduzidas pelo movimento negro (Gomes, 2021), representado pela Coalizão Negra por Direitos Humanos, o Grupo de Trabalho de Saúde da População Negra da Sociedade Brasileira de Medicina da Família e Comunidade e do Grupo Temático Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

É importante ressaltar que, apesar da inclusão do campo para informar raça/cor nos formulários e notificações, o tópico foi, na maioria dos casos, negligenciado e não registrado, revelando a pouca importância conferida à condição da população negra, em mais este contexto de pandemia, e também possível falta de informação e familiaridade com as discussões étnico-raciais e de heteroidentificação.

Na tentativa de enfrentar o despreparo institucional nos atendimentos e prestação de serviços de saúde quanto à questão racial e, também, coibir a omissão das informações no marcador raça/cor e a produção de estatísticas incompatíveis com a realidade, o Conselho Nacional de Saúde (CNS), por meio da Recomendação nº 029 de 27 de abril de 2020, orienta o Ministério da Saúde, as Secretarias e Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde quanto ao manejo das informações e dos pacientes em situação de vulnerabilidade, entre eles, a população negra.

O texto informa que, um balanço do Ministério da Saúde, mostrou que um em cada quatro brasileiros hospitalizados com Síndrome Respiratória Aguda Grave era negro (23,1%) e que esse número chega a um em cada três entre os mortos (32,8%). Os apontamentos explicam maior vulnerabilidade e exposição à contaminação dessa população e associação a doenças pré-existentes como hipertensão e diabetes. O documento recomenda, então, ações e posturas antirracistas junto às instituições de saúde, devido aos casos de violência racial denunciados em diferentes estados brasileiros.

De forma a atestar, entre outros pontos, a necessidade da indicação recomendatória, o CNS cita um episódio registrado no Hospital Dom João Becker, na cidade de Gravataí, no Rio Grande do Sul. Um homem, identificado como Everaldo da Silva Fonseca, de 62 anos, acompanhava a esposa na unidade hospitalar quando foi apontado como suspeito de furtar o celular de uma auxiliar de enfermagem. Na busca pelo aparelho, segundo consta na Recomendação, Everaldo foi submetido a situações humilhantes. Ao assistir a abordagem, a esposa dele sofreu um ataque cardíaco, não resistiu e morreu em meio à situação.

Para uma atuação antirracista, no âmbito da pandemia de Covid-19, além da população negra, também estão descritos como pacientes em situação de vulnerabilidade as populações tradicionais (quilombos e terreiros), população em situação de rua, população ribeirinha, população cigana, do campo, das águas e das florestas.

1.1 A FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO

A viga estruturante da sociabilidade, quando o modelo capitalista está em voga é o capital, “que se manifesta como um sortilégio, escondendo-se nas relações sociais reificadas - entre as quais, certamente, figura essa entificação da “comunicação” (Moretzsohn, 2007, p. 16). Na mesma linha de pensamento, Sodré (1999) diz que a história da imprensa pode ser entendida como a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista.

Segundo o autor, as duas detêm interesses distintos, mas buscam controlar os meios de difusão de ideias e informações. Traquina (2005, p. 13) declara que o propósito de qualquer órgão de informação “é, como outros fenômenos aparentemente simples, inextricavelmente complexo” ou um complexo de complexos (Lukács, 2013).

Para Lisboa e Benetti (2015, p. 17) o jornalismo tem como finalidade a produção de relatos sobre o mundo e sobre o homem, de acordo com critérios de notabilidade e relevância e utilizando estratégias para justificar a veracidade do que diz. Dentro de sua complexidade, as notícias (Hall *et al.*, 2016) são o produto final de um processo iniciado em uma escolha de acontecimentos e tópicos, que surgem de um conjunto de categorias criadas no convívio social.

“O jornalismo tenderá a realçar os elementos extraordinários, dramáticos, trágicos etc., numa “estória” para reforçar sua notabilidade” (Hall *et al.*, 2016, p. 310). O autor explica que os acontecimentos com teor dramático e inesperado, que acarretam consequências negativas, tais como um assassinato de um presidente ou um acidente com um líder ou ídolo nacional, podem tornar-se noticiáveis ao ponto de interromper a programação habitual da mídia para que esses casos sejam comunicados imediatamente.

Ora, temos assim, exemplos que podem ilustrar como o ineditismo chama a atenção do público, seja ele leitor, ouvinte ou espectador. O drama, a relação do receptor com a persona noticiada, o fato narrado e a conexão construída é que podem ser os responsáveis pelo engajamento ou envolvimento obtido a partir da publicação do conteúdo noticioso.

Segundo Pontes (2015, p. 81), o jornalismo foi concebido como uma atividade e profissão intelectual, manifestação artística, “talento de alguns que têm a capacidade de investigar e escrever sobre a realidade social”.

Durante muito tempo, essa definição era associada a duas atividades: a de escritor e a de redator de jornais, sendo que a função de escritor servia como acesso ao trabalho de redator. Atualmente, as definições da atividade e das potencialidades do jornalista estariam implícitas na capacidade de reportagem, de investigação, no estilo da escrita e na capacidade do profissional em sintetizar as informações em um texto direto e objetivo.

O jornalismo é uma atividade econômica, é expressão cultural, prática profissional e expressão política (Charron; Bonville, 2016). Da mesma forma, está relacionado a conflito (Bucci, 2000). Nessa perspectiva, tende a iluminar questões sensíveis à sociedade, como problemas estruturais

do cotidiano, desvios de conduta de figuras públicas, práticas escusas de representantes de entidades privadas, dentre outros agentes.

A ideia de conflito, neste caso, se encaixa em um perfil crítico, analítico e reflexivo sobre os acontecimentos sociais. Este pensamento pode ser considerado como a essência da prática jornalística que deveria ser guiada à mira de uma função social. A responsabilidade social do jornalismo e dos jornalistas (Traquina, 2005) não é possível quando as notícias são reduzidas a uma mercadoria, produto de um negócio capitalista.

Segundo o autor, os ideais do jornalismo criam uma cortina de proteção e legitimam uma empresa jornalística. O poder do jornalismo e dos jornalistas aponta para a importância das suas responsabilidades sociais. A afirmação do reconhecimento de suas responsabilidades, por parte dos jornalistas e também dos donos das empresas jornalísticas, não é possível, reduzindo as notícias a uma simples mercadoria (Traquina, 2008, p. 208).

Não se trata somente de negociar, como se fosse um bem móvel e palpável, o que está sendo pautado. O jornalismo, neste entendimento, não deveria ser trabalhado como uma troca de interesses em busca de objetivos comuns, tais quais o lucro e o benefício com a publicação do conteúdo, mas refletir acerca do valor social e a capacidade de transformação que o conteúdo pode resultar a partir de sua publicização.

Dines (1977) fez, de certo modo, uma provocação quando questionou o que deveria ser priorizado: a produção de um jornal relevante ou uma empresa bem-sucedida? A necessidade do pensamento ficou eminente quando empresários começaram a gerir empresas do ramo jornalístico. A identificação dos polos é a materialização da concepção de que a produção e a busca de resultados com vistas ao lucro afastaram os fatores associados à ideologia profissional.

Sobre a história do desenvolvimento da indústria da comunicação no Brasil, Pontes (2015) informa que o processo avança, na década de 1940, com o rádio e, na década seguinte, com a televisão. O tema é incrementado com a política de telecomunicações apoiada pelos donos das mídias, regulamentada pela Lei 4.117/1962. A decisão foi implementada por diferentes leis e decretos realizados pela ditadura civil-militar, responsável pelo governo do país de 1964 a 1984. Iniciado no século XX, o processo de globalização transformou e tirou o protagonismo do jornalismo, que agora faz parte da miríade de conglomerados de mídias.

A mudança influenciou o “campo jornalístico” (Traquina, 2008), que pode ser descrito a partir dos polos “econômico” ou “comercial” e o “ideológico” ou “intelectual”. Sendo assim, o jornalista intervém na construção das notícias e na construção da realidade. O polo positivo se manifesta quando o jornalismo é definido como um serviço público, que oferece argumentos que fomentam o exercício da cidadania, o que poderia permitir fundamentos que auxiliam a defesa dos cidadãos daquilo que pode ser considerado abuso de poder. Jornalismo também pode assumir sua função de negócio. Neste caso, as notícias seriam a mercadoria. Assim, surge o polo econômico.

[...] O econômico, muitas vezes considerado o polo negativo do campo jornalístico. A existência do segundo atua na constituição do primeiro e, dessa forma, a obsessão pelo lucro diminui os valores associados à ideologia profissional. Em meio à tensão existente entre os dois polos, os diversos “jogadores” do campo tentam mobilizar, para as suas estratégias comunicacionais, os seus acontecimentos, os seus assuntos, ou as suas ideias e valores (Traquina, 2012, p. 127-128).

Então, o pesquisador português somou os polos econômico e ideológico à industrialização e à expansão da imprensa, à existência de uma imprensa que ofertava mais informação em vez de propaganda e à conquista de uma autonomia relativa. Isso foi configurado a partir de uma identidade profissional e da adoção de técnicas específicas para criação da narrativa jornalística no século XIX, nos Estados Unidos, que serviu, em meados do século XX, para inspirar parte da imprensa do Brasil na forma de fazer jornalismo.

Essa inspiração americana, segundo Jácome (2017), aponta para uma série de fatores que resultaram na defesa de uma narrativa de que o jornalismo brasileiro se modernizou na década de 1950 ao importar o modelo dos Estados Unidos. O projeto teria sido implementado de forma pioneira pelo *Diário Carioca*, tendo sido reproduzido nas demais redações do país. A adoção das práticas jornalísticas estava vinculada à objetividade, factualidade e profissionalismo.

O modelo era empregado nos estados americanos desde o século XIX. Barbosa (2007) destaca que, alicerçados na intenção de atualizar e criar métodos inéditos no país, diversos periódicos implantaram reformas com o objetivo de criar um padrão para a produção industrial ligado a uma gama de valores que determinavam o que deveria ou não ser taxado como jornalismo. Os profissionais da imprensa eram os responsáveis pelas reformas dos jornais, realizadas na década de 1950. Naquele momento, discutia-se uma transformação capitaneada pela neutralidade capaz de espelhar a sociedade (Barbosa, 2007, p. 150).

Um dos pontos que definem o resultado do trabalho jornalístico é como ele reconhece os fatos sociais trabalhados e qual a forma que ele vai atribuir ao fato jornalístico presente na notícia

(Pontes, 2015, p. 411). A partir disso, é a relação que ele constrói entre o “subjetivo e o objetivo”, “universalidade, particularidade e singularidade” e “forma e conteúdo” que permite o manuseio da informação. Também é importante mencionar que a práxis é dotada de limitações, condições sobrepostas pelos eventos e o entendimento de liberdade quanto à produção das notícias.

A articulação entre forma e conteúdo de um fato social resulta em consequências marcadas por momentos mais predominantes que outros. O que é predominante e determina a abertura de sentido está intimamente relacionado ao tipo de mediação que foi estabelecido. Daí, entende-se que o estilo como o fato foi tratado e o interesse jornalístico aplicado àquele conteúdo vai determinar a sua forma de produção e o impacto que ele vai causar quando atingir a audiência.

1.2 CRISE, DESAFIOS E ALTERNATIVAS

Em uma pesquisa bibliográfica realizada em materiais que relacionam a história das mídias, não foi difícil localizar declarações que indicam o fim da televisão, dos diários impressos, dos jornais convencionais e, sobretudo, o desaparecimento do jornalismo. Um dos registros (Christofolletti, 2019, p. 31) é datado no ano de 1946, quando o produtor de filmes da 20th Century Fox, Darryl Zanuck, foi categórico ao dizer que a televisão não ia durar porque as pessoas ficariam cansadas de assistir a uma “caixinha todas as noites”.

Mais de três décadas depois, foi a vez do professor José Luiz Martínez Albertos, então membro da Comissão de Queixas e Deontologia da Federação de Associações de Jornalistas da Espanha, comentar sobre a extinção de algumas mídias. Segundo ele, isso aconteceria no ano de 2020. “Provavelmente, também desaparecerá com eles o jornalismo” (Christofolletti, 2019, p. 31). Nestes casos, temos ciência dos fatos e notamos que as previsões não foram bem-sucedidas.

É provável que o Zanuck tenha sido influenciado pelo receio de que a TV impactasse o cinema, atividade da qual ele extraía o sustento financeiro. No caso de Martínez Albertos, a hipótese é que talvez ele tenha sido naturalmente afetado pelos anseios, receios ou dificuldade de fazer a leitura do cenário dos aspectos provisórios dos quais tinha acesso na época em que fez as projeções (Christofolletti, 2019).

As observações tanto não retratam a realidade cotidiana que, em 2023, temos em curso estudos cujo tema principal é a investigação da cobertura de jornais impressos sobre a pandemia da Covid-19, que teve dimensão global em 2020.

Levando em consideração a mídia popular, é relevante apresentar historicamente a origem do jornalismo, traçando um paralelo que mostre de que forma ele é compreendido hoje. José Marques de Melo (1973) situa o jornalismo na condição de um mecanismo criado para suprir as necessidades produzidas pela sociedade a rigor da sua capacidade de atingir e impactar as pessoas.

O autor defende que quando a imprensa foi criada atendia às demandas crescentes de produção de livros, auxiliava as ações da burguesia e representava com documentos a burocracia da época com a emissão de recibos, contratos, modelos contábeis ou, então, estava ligada às investidas administrativas das cidades e dos principados com questões sobre editais, avisos, recolhimento de impostos etc. Ao comentar a obra de Marques de Melo, o jornalista gaúcho Adelmo Genro Filho (2012) aponta que a descrição do pensador citado é exposta de forma articulada com o interesse pelos livros que cresceu a partir do Renascimento e os anseios institucionais dos representantes da burguesia inseridos naquele cenário.

Ao analisarem a posição dos periódicos no contexto comentado, os autores argumentam que embora existissem as necessidades institucionais, a população tinha o interesse de obter informações e o desejo de estar atualizada sobre os acontecimentos do período. “A atualidade, de fato, sempre foi objeto de curiosidade para os homens” (Genro Filho, 2012, p. 30).

Alguns inventos e inovações tecnológicas, como o telégrafo (1840), a rotativa (1864), o cabo submarino (1850), a expansão das linhas férreas (1928-1850), a linotipo (1886), o aperfeiçoamento da fotografia (1897), permitiram melhorar o jornalismo e produzi-lo em menos tempo. O crescimento da população urbana, a diminuição do analfabetismo e o desenvolvimento do correio contribuíram para aumentar o número de leitores. A utilização dos avanços técnicos e o aumento da circulação, que foi impulsionado com a baixa do preço do exemplar, aumentaram sensivelmente os gastos. O próprio desenvolvimento do capitalismo mostrou a solução através da publicidade. Os anunciantes se encarregariam de financiar os custos (Rangel, 1981, p. 92).

O desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas influenciaram o processo de transformação que tornava o mundo um sistema integrado e interdependente. Com essas características, adotava um perfil complexo e articulado. A sociedade, então, buscou mais informações e, como essas informações não podiam ser acessadas diretamente pelas pessoas, nascia assim a possibilidade da criação da indústria de informação.

Que tais empresas sejam privadas e que as notícias sejam transformadas em mercadorias não é de se estranhar, pois, afinal, tratava-se precisamente do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Logo, desde o seu nascimento, o jornalismo teria de estar perpassado pela ideologia burguesa e, do ponto de vista cultural, associado ao que foi chamado mais tarde de “cultura de massa” ou “indústria cultural” (Genro Filho, 2012, p. 31).

Na perspectiva fenomênica experimentada no cotidiano, Genro Filho (2012) explica que os acontecimentos são processos incompletos articulados e superpostos, que permitem a “abertura de sentido” em relação a sua significação. MacDougall (1968, apud Hall *et al.*, 2016, p. 12) observa que uma diversidade de acontecimentos ocorre no mundo e “todas estas ocorrências são potencialmente notícias. Só o são no momento em que alguém que fornece notícias dá um relato dessas ocorrências”. Este relato cabe à figura do jornalista.

Não é incomum observarmos algum movimento que analisa, questiona e critica o papel dos jornalistas na produção de narrativas noticiosas. O holofote está direcionado ao emissor/empresas de comunicação em uma fase conhecida como “crise do jornalismo” e a lupa que amplia o cenário em busca de respostas (Souza, 2018, p. 56) deve estar focada nas contradições inseridas no seio do sistema de metabolismo do capital.

Além de prestar atenção nesta conjuntura do século XXI, e nas mudanças tecnológicas como fatores que determinam o momento encarado no campo jornalístico, Souza (2018) defende que a compreensão dos fenômenos sociais, em especial, o papel do jornalismo nos dias atuais, faz-se possível quando estes aspectos são relacionados com o todo social.

O homem muda a todo momento e, com isso, suas estruturas, interesses e forma de relação com a sociedade, e na sociedade, também sofrem mutações fundantes. “O ser social só tem existência em sua reprodução ininterrupta, a sua substância enquanto ser é por essência uma substância que se modifica ininterruptamente” (Lukács, 2013, p. 147) e no jornalismo acontece o mesmo, à medida que a sociedade muda, a atividade profissional também é impactada.

Como práxis, a comunicação dos homens envolve processos de conexão entre dimensões singulares, particulares e universais e, enredado em uma totalidade complexa e dinâmica, possui contradições próprias e mediações entre suas particularidades e o desenvolvimento do metabolismo total (Souza, 2018, p. 56).

Traçando uma relação, a partir das observações e conexões teóricas, Souza (2018) se inspira em Mészáros (2002) para dizer que o sociometabolismo do capital é um complexo social abrangente e sem controle, que se dá por meio da rendição das divisões do trabalho ao que o capital estabelece como regime a ser seguido. Esse sistema é formado por um núcleo composto pelo Estado, o trabalho e o capital. Então, de onde vem essa crise? Ela pode ser oriunda, entre outros fatores, da mudança na forma de produção, mudança no perfil dos jornalistas e alterações na relação dos jornais com o público. A atribuição foi feita por Pereira e Adghirni (2011).

O crescimento da internet transformou o papel dos jornalistas enquanto profissionais responsáveis por produzir e divulgar informações. Outra mudança está associada à circulação dessa informação jornalística. “Hoje, ela mais se assemelha a um fluido que percorre canais cada vez mais reticulares do que uma unidade, produto moldado pela indústria das consciências” (Souza, 2018, p. 58).

Na lógica da informação online (Ramonet, 2012, p. 17), os usuários consomem e criam conteúdos. Nessa engrenagem, surge um questionamento acerca do papel do jornalista na construção de narrativas noticiosas e, somado a isso, também é apontado outro fator: a perda de credibilidade das mídias convencionais. Um argumento do porquê isso pode acontecer está ligado à lógica mercantil, que esvazia o poder investigativo da mídia.

Com a perda de identidade das mídias convencionais e a ameaça ao poder investigativo do jornalismo, Moretzsohn (2007) avalia que o produto sucumbiu às estratégias apologistas de seus financiadores e, por isso, tem deixado de trabalhar em prol da construção de espaços democráticos. Se por um lado o que está sendo pensado e dito na mídia é motivo de discussão, do outro lado, a indústria e toda sua maquinaria material precisa ser sustentada.

Christofoletti (2019, p. 42), diz que a indústria que controlava o mercado e impedia aventureiros perdeu espaço para outros atores, “o jornalismo continua a ser essencial, defendem, mas a internet acabou com o subsídio da publicidade, a que estávamos tão acostumados. Buscar saídas é obrigatório e urgente”.

Uma das saídas apontadas pelo autor é garantir a entrega de um jornalismo produzido de outras formas, isso é no que também acredita Wolton (2010), quando sugere que há a necessidade de reestruturação do modo de trabalho. Para descrever o cenário que resultaria na possibilidade de mudança positiva, Christofoletti (2019) cita exemplos que ultrapassam o esquema industrial, tais como coletivos de jornalistas (demitidos e insatisfeitos com os rumos editoriais e técnicos das redações), projetos que focam em uma cobertura hiperlocal ou vinculados a causas sociais tais quais a defesa dos animais, manutenção dos direitos humanos entre outros temas.

Reportagem, entrevista, nota ou qualquer produto jornalístico tem valor quando contém exclusividade, originalidade, atualidade, relevância e utilidade. É também um bom produto quando gera prazer na experiência do consumo, adiciona novidades ao conhecimento já acumulado, e quando apresenta uma satisfatória relação custo-benefício (Christofoletti, 2019, p. 43).

É imperioso destacar que as amarras editoriais às quais as empresas de comunicação estão entrelaçadas podem não garantir a autonomia dos trabalhos inerentes à profissão jornalística

como apuração, investigação, manutenção dos dados e propagação dessas informações de modo que o conteúdo produzido seja de interesse público e garanta que nenhum outro viés interfira na consistência dos valores considerados importantes no campo (Bucci, 2000).

1.3 TERRITÓRIO DISCURSIVO DA INFORMAÇÃO

A rotina de produção diária, em um veículo de comunicação, possibilita que os profissionais de uma redação jornalística tenham contato com os mais diversos assuntos que impactam a sociedade onde estão inseridos. Observando a atividade com um território discursivo, perpassado por relações de disputa de poder, de expressões e de representações, a prática jornalística é vista como uma ferramenta que auxilia as pessoas a organizarem sua percepção do real e contribui para a formação de memórias.

Quando o jornalismo é entendido como um lugar de produção de conhecimento, também é possível compreendê-lo atravessado por relações de disputa de poder, de expressões e de representações que contribuem para o discernimento ou avaliação do todo vivenciado.

As emissoras de TV, de rádio, sites de notícias e produtores de conteúdo dos mais variados estilos criaram programas exclusivos para tratar da pandemia da Covid-19, dada a importância que o assunto ganhou do ponto de vista informacional.

Os veículos de comunicação não agem individualmente (D’Arcadia, Carvalho, 2020), eles integram um sistema com diretrizes e valores, que podem ser operados a partir de outras plataformas, que potencializam a disseminação de seus conteúdos jornalísticos. Atuantes como empresas em um ambiente capitalista e competitivo, podem fazer escolhas para ganhar audiência e manter a força dentro de um território.

O jornal impresso *A Tribuna*, objeto deste estudo, é um tabloide com sede em Vitória e ocupa um território sendo o único diário que circula em todos os municípios capixabas. Assim, formula conceitos e determina, naquele segmento, o tipo de informação que vai ser difundida àqueles que buscam esse tipo de meio de comunicação para acessar conteúdos noticiosos.

Reis e Zanetti (2017) entendem a territorialidade humana de forma abrangente. Para elas, trata-se de uma estratégia em que, por meio do domínio de área, nos mais diversos contextos sociais, pessoas e coisas são controladas. “A territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social. Ela é um meio pelo qual o espaço e o tempo estão interrelacionados” (Sack, 1986, p. 6, apud Reis; Zanetti, 2017, p.12).

Na aplicação de territorialidade, Sack (2013) destaca que a discussão envolve a tentativa – seja em um projeto individual, ou coletivo, de influenciar ou afetar as ações de outros.

[...] territorialidade será definida como a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica. Essa área será chamada de território (Sack, 2013, p.76).

Raffestin (1993) propõe uma discussão pautada no tripé que articula o mundo e os seres vivos a um coletivo, “territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo (Raffestin, 1993, p. 160). A constatação é a de que o território é o que foi produzido a partir do espaço, tornando-se um local onde são ou foram constituídas relações.

Em sua teoria de território e poder, o autor supracitado define que território é o lugar onde são forjadas as relações tendo a população como peça fundamental no quebra-cabeças social. Ele demonstra que o espaço antecede o território, que é o resultado de uma ação conduzida por um ator em qualquer nível. Sendo assim, esse ator “territorializa” o espaço.

[...] é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (Raffestin, 1993, p. 144).

Santos (2017) considera o uso para definir o que é território. Para ele, território é aquele usado e sentido por uma população, neste contexto, entende-se como “a extensão apropriada e usada” (Santos, 2001, p.19). Seus estudos apresentam o território como a coligação de chão e as pessoas inseridas naquele determinado contexto geográfico, o que configura a identidade como sendo um fato e um sentimento de pertencimento. Ele defende a ideia de que o território é base que sustenta o trabalho, a residência e até mesmo as trocas materiais e espirituais da vida.

Quando se fala em território, deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem... A ideia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado Nacional decorre dessa relação tornada profunda (Santos, 2017, p. 97).

Saquet (2003) não enxerga a possibilidade de separar a sociedade, o espaço, o tempo, a natureza e o território. O autor observa o território como resultado do processo de produção ocorrido a partir do espaço e nos cenários constituídos por ele. Na avaliação dele, ambos (espaço e território) se confundem, pois “um está no outro”. Ambos se efetivam pelas atividades dos homens, são sociais, portanto, produzidos (Saquet, 2003, p. 26-27).

Para melhor interpretação, Santos (1978) detalha:

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (Santos, 1978, p. 122).

Em uma abordagem a partir de uma perspectiva étnica, Anjos (2013) aborda a ideia cultural e simbólica da população, ao destacar que o território se trata de um fato físico, político e social que pode ser dimensionado à maneira em que é analisado. Para o autor, “o território étnico seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial e, geralmente, a sua população tem um traço de origem comum” (Anjos, 2013, p.139).

É importante notar que, se entendermos o território apenas como uma área delimitada e constituída pelas relações de poder do Estado, consoante se entende na geografia, estaríamos desconsiderando diferentes formas de enfocar o seu uso, as quais não engessam a sua compreensão, mas a torna mais complexa por envolver uma análise que leva em consideração muitos atores e muitas relações sociais. Assim, o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. No entanto, a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo (Saquet, Silva, 2008, p. 8-9).

Haesbaert (2004) explica que os conceitos de território e territorialidade estão relacionados às noções de apropriação e dominação, correspondendo a primeira a um processo mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, e a segunda a uma perspectiva mais concreta, funcional e vinculada ao valor de troca (Sack, 2013, p. 12).

Se a territorialidade acontece quando há algum tipo de controle, restrição de uma área demarcada ou quando há tentativa de execução de um poder sobre os demais que circulam naquele território, entendemos que o jornalismo praticado pelo jornal *A Tribuna* exerce um controle nos locais onde circula. Isso se dá, inicialmente, com a definição de pautas e abordagens, que convergem com a ideologia da elite dominante. Com a penetração nos bairros, distribui o que foi construído ideologicamente nas páginas das edições impressas.

Seja na geografia (Sposito, 2009) ou na antropologia (Little, 2002), o conceito de territorialidade dialoga com a necessidade de definição, bem como limitação, de um espaço físico ou virtual, que projete a seu frequentador um sistema de utilidade. Como define Sposito, a territorialidade “designa a qualidade que o território ganha de acordo com sua utilização ou apreensão pelo ser humano” (Sposito, 2009, p. 11).

1.4 DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE RAÇA: UMA RELAÇÃO ENTRE RACISMO E JORNALISMO

Para uma melhor abordagem da relação entre racismo, pandemia da Covid-19 e jornalismo, faz-se necessário apresentar as produções e discussões, que remontam a construção da categoria de raça, do racismo enquanto uma condição estrutural e da discriminação racial enquanto um fenômeno social. É sabido que o termo raça aparece, inicialmente, em produções científicas como uma classificação empregada ao mundo da natureza, centralmente plantas e animais, e que ao longo da modernidade, estendeu-se à espécie humana. Ao se deslocar de sua função classificatória no mundo da natureza para o mundo da cultura, carregará consigo aquilo que de mais cultural e humano podemos produzir: valor.

O emprego da categoria de raça para classificar seres humanos em diferentes territórios e de diferentes culturas expressam visões de mundo pautadas, sobretudo, em posições sociais, econômicas e, conseqüentemente, políticas, marcadas pela hierarquia e verticalidade.

Embora apresente um caminho vasto e controverso em sua constituição, importa aqui demonstrar os sentidos que a categoria raça ganhou em períodos históricos de dominação territorial, política e econômica, que marcariam os séculos seguintes. De forma paralela ao desenvolvimento científico do conceito de raça, houve o fortalecimento de ações colonialistas europeias. As práticas estavam associadas, conforme apontou Mendes (2012):

[...] era consensual, na Europa, a ideia de que o gênero humano se dividia em raças superiores e em raças inferiores. O mito da inferioridade de determinadas raças, como a “raça negra”, está associado a motivos econômicos e políticos, nomeadamente de exploração, justificando-se assim a escravatura e outras práticas sociais e econômicas de sobre-exploração e de dominação (Mendes, 2012, p. 105).

A teoria racial que se desenvolvia e se consolidava na Europa do século XIX postulava, então, a ideia de que a espécie humana é subdividida em raças, sendo variável a cada uma, os seus aspectos e capacidades morais e intelectuais (Mendes, 2012). Além disso, as capacidades mentais seriam constituições naturais e as características anatômicas e fisionômicas determinantes no desenvolvimento dos sujeitos.

O antropólogo e professor Kabengele Munanga (2003) aponta que, etimologicamente, o conceito de raça tem origem na expressão italiana *razza*, originada do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Outros estudiosos defendem que o uso provém da palavra latina *radix*, que significa raiz ou tronco (Portal Geledés, 2012). Não há uma definição geral, talvez por esta múltipla possibilidade de interpretação e emprego, a palavra tenha sido aplicada inicialmente

nas Ciências Biológicas para classificar animais e vegetais. Moreira (2020) salienta que raça não pode ser usada como critério de classificação humana porque não existe validade científica a respeito dessa hipótese. Em uma linha de pensamento similar a Santos et. al (2010), Moreira (2020) reforça que a definição do termo é mais social que científico.

Há também aqueles que a descrevem como uma construção social cuja significação muda ao longo do tempo, o que permite a criação e a transformação de identidades raciais. Certos autores argumentam que ela é uma categoria jurídica necessária para a classificação dos indivíduos em certos contextos por ser um parâmetro efetivo para a medição das desigualdades sociais (Moreira, 2020, p. 29).

Em outra perspectiva, a raça representa uma estrutura que sustenta relações de poder social e, assim, pode ser usada para amparar uma legislação que reconhece indivíduos como inferiores e por isso não ofertam o acolhimento necessário ou “pode permanecer invisível em sociedades nas quais privilégios raciais sistemáticos tornam a discriminação direta uma forma obsoleta de manutenção de hierarquias entre negros e brancos” (Moreira, 2020, p. 32).

Na avaliação de Munanga (2003) tornar inválido cientificamente o conceito de raça não quer dizer que todas as pessoas têm genética semelhantes. O autor destaca que embora os patrimônios genéticos não tenham características parecidas, isso não é o bastante para que haja a classificação em raça dos indivíduos ou populações.

Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etno-semântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam (Munanga, 2003, p. 6).

Munanga (2003) destaca que as palavras negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul e na Inglaterra, por exemplo. Diante disso, o conjunto de palavras é considerado etno-semântico, político-ideológico e não biológico. No imaginário e na representação de coletivos [...] existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares (Munanga, 2003, p.6).

A nova divisão da terra pelas diferentes espécies ou raças que a habitam, do original francês *Nouvelle Division de la terre par les différents espèces ou races qui l’habitent*, do médico e antropólogo François Bernier, é considerada a primeira classificação racial das pessoas. A obra

foi publicada em 1684 (Santos *et al.*, 2010) e adotava a palavra raça no sentido moderno para apresentar as diferenças a partir de compleições físicas.

Em 1790, o primeiro censo americano classificou a população em homens e mulheres brancos livres e outras pessoas, sendo que essa categoria compreendia nativos americanos e escravizados. Em 1890, os termos mudaram para branco, preto, chinês, japonês e índios. O criador da taxonomia moderna e do termo *Homo sapiens*, Carolus Linnaeus, em 1758, reconheceu o que Santos *et al.* (2010) definiu como quatro variedades do homem sendo:

1) Americano (*Homo sapiens americanos*: vermelho, mau temperamento, subjugável); 2) Europeu (*europaeus*: branco, sério, forte); 3) Asiático (*Homo sapiens asiaticus*: amarelo, melancólico, ganancioso); 4) Africano (*Homo sapiens afer*: preto, impassível, preguiçoso) (Santos *et al.*, 2010, p.122).

Mais tarde, em 1775, as variações já cunhavam quatro variedades da humanidade e não mais variedades de homem, sendo elas o Europeu, Asiático do Leste e parte de América do Norte; Australiano; Africano; Restantes do novo mundo.

A ideia de criar rótulos aos homens e mulheres com aparências distintas entre si é considerada aceitável para Munanga (2022). A questão crítica para ele eram os significados interpretados a partir de contextos culturais e históricos vivenciados por cada ser social. Segundo ele, tudo isso estaria associado aos interesses materiais dos setores dominantes.

Para Mendes (2012), da mesma forma que a noção de raça, o racismo também encontra dificuldades quanto à unanimidade de conceituação e compreensões:

Não é fácil fornecer uma definição de racismo que gere unanimidade, até porque a noção de raça, quando aplicada aos seres humanos, é, como vimos, um conceito indeterminado, remetendo para um objeto de difícil definição. Para Robert Miles (1989, p. 41), esse conceito padece de uma espécie de “inflação conceitual”, na medida em que abrange um amplo conjunto de fenômenos, sendo evidentes a imprecisão e a elasticidade que marcam muitas das suas definições (Machado, 2000, p. 9). Na verdade, o termo abarca um largo espectro de fenômenos, já que remete não só para aspectos de ordem ideológica (forma de classificação e de hierarquização biológica, social e cultural), mas também para práticas não intencionais e processos de consequências não expectáveis (racismo institucional), alargando-se o seu significado a todas as práticas e atividades que levam à subalternização e à exclusão continuada de um dado grupo, e à manutenção da dominação de um grupo sobre outro (Mendes, 2012, p. 109-110).

O racismo, enquanto uma teoria pseudocientífica, se fundamenta no determinismo biológico para as classificações de raças inferiores e superiores. A suposta superioridade biológica se desloca, nesta visão, às dimensões culturais, psicológicas, no que se refere às compreensões materiais e simbólicas sobre a alteridade.

O racismo advém de um processo que desumaniza o outro, um comportamento que antecede práticas que discriminam e que até podem matar. Para exemplificar, Almeida (2019, p.28) menciona as palavras “bestialidade” e “ferocidade”, que entre outras coisas, remetem a algum sentido animalesco. É dessa forma que o racismo opera quando associa seres humanos de determinadas culturas, sobretudo em relação às suas características físicas, a animais ou insetos.

Para Traverso (2002), o racismo biológico e o colonialismo são dois fenômenos complementares, que se fundam em uma missão civilizatória, por parte da Europa, e a extinção das raças inferiores. Significará, em outras palavras, a conquista pelo extermínio (p.57). De acordo com o autor, eram sinônimos no século XIX, missão civilizatória, colonialismo e prática de extermínio (p. 63). No cenário de desigualdade social, discriminação e intolerância, o racismo é uma abordagem indispensável quando o assunto é a negritude brasileira.

Em Moreira (2019):

[...] o racismo é uma ideologia e uma prática que está em constante transformação, razão pela qual ele pode assumir diferentes formas em diferentes momentos históricos. Observamos em todas as suas manifestações como diferenças de status cultural e status material se reforçam mutuamente na reprodução da marginalização de minorias raciais (p. 30).

De acordo com o autor, o racismo é um tipo de dominação social que se expressa nas relações de poder, em diferentes esferas da sociedade, agindo pela manutenção da hegemonia de um grupo racial dominante. Essas relações de poder são marcadas pela racialização, ou seja, pela classificação e diferenciação dos indivíduos a partir da noção de raça, produzindo sentidos e mecanismos de ordenação (Moreira, 2019, p. 30).

Para Silvio Luiz de Almeida, o racismo é “[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (Almeida, 2019, p. 32).

Almeida (2019) afirma que o racismo se apresenta a partir de três concepções: individualista, institucional e estrutural, seguindo, respectivamente, os critérios de relação entre racismo e subjetividade, racismo e Estado e racismo e economia. Neste trabalho, importa a reflexão acerca das dimensões institucional e estrutural do racismo e, assim como para o autor, elas serão compreendidas como noções distintas.

O racismo, pode-se dizer, é uma das vigas estruturantes do processo de constituição do modo de produção capitalista, ao lado da dimensão de classes. Configurou-se como uma condição e expressão da sociedade capitalista, reverberando em todas as suas construções para além da infraestrutura, porém, enquanto reprodução desta.

Neste sentido,

A concepção de racismo estrutural se encaixa na perspectiva da luta pela hegemonia da concepção materialista de racismo. Não se trata apenas de uma outra dimensão da percepção do racismo – o racismo estrutural distinto do institucional e do individual/comportamental. Mas de entender que o racismo estrutural é conceber o racismo como produto de uma estrutura sócio-histórica de produção e reprodução de riquezas. Portanto, é na base material das sociedades que se devem buscar os fundamentos do racismo estrutural (Oliveira, 2021, p. 64-65).

Para Almeida,

[...] o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial (2019, p. 51).

Na concepção institucional do racismo, as relações raciais constituem e constroem sentidos no interior das instituições e, também, a partir delas. O racismo se configurará, então, como a expressão do funcionamento e dinâmica das instituições.

Uma teoria histórico-materialista das estruturas e dos processos sociais deve levantar a questão das especificidades da relação de causalidade da socialização capitalista e, em primeiro lugar, a da decifração das formas sociais determinadas, nas quais se manifesta a coesão da sociedade e da relação recíproca entre os seus membros. Quando Marx designa o modo de socialização capitalista como “relações de produção”, não pensa apenas nas relações do processo imediato de trabalho, mas, ao contrário, nas relações que caracterizam o conjunto da sociedade. O conceito de “relações de produção” repousa sob uma totalidade social, que tem os seus fundamentos nas condições materiais de produção e de reprodução, sem se desprender daí (Hirsch, 2007, p. 14).

As instituições são reprodutoras da condição social e atuam no estabelecimento e na manutenção da ordem vigente, impondo regras e padrões racistas vinculados à estrutura social e se expressando enquanto materialização da mesma. Deste modo, “as instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (Almeida, 2019, p. 47).

A desigualdade racial se constituirá como uma marca da sociedade, institucionalizando os conflitos raciais. Em outras palavras, não se tratam de ações isoladas de grupos e indivíduos

racistas, mas de um processo de hegemonização das instituições por parte de grupos dominantes. Estes grupos dominantes, constituídos fundamentalmente por homens brancos, operam no sentido de regulamentar os espaços institucionais, limitando acesso, presença e permanência da população negra e definindo as posições de cada um nesta relação de poder.

Em outras palavras, é no interior das regras institucionais que os indivíduos se tornam sujeitos, visto que suas ações e seus comportamentos são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social. Assim, as instituições moldam o comportamento humano, tanto do ponto de vista das decisões e do cálculo racional, como dos sentimentos e preferências (Almeida, 2019, p. 38-39).

A imprensa é desenvolvida e mantém-se em funcionamento a partir de mecanismos que alimentam determinadas relações de poder. Dessa forma, é importante salientar que as ações podem estar pautadas nos interesses – sociais e econômicos - de quem detém os aparelhos midiáticos. Isto significa que o trabalho pode ser conduzido de maneira enviesada.

1.5 O DESAFIO DA COBERTURA DA COVID-19 E A IMPORTÂNCIA DO JORNALISMO

Em um primeiro momento, sem vacinação ou medicamentos adequados, nenhuma pessoa estava imune à Covid-19. A primeira a ser vacinada contra o coronavírus no Brasil foi uma mulher negra, a enfermeira Mônica Calazans, de 54 anos. O processo de imunização apenas teve início em junho de 2021, mais de um ano depois do anúncio da pandemia (Baddini; Fernandes, 2021).

Nesse ínterim, os meios de comunicação precisaram se reorganizar diante das incertezas, instabilidades e imprevisibilidades do fenômeno, de suas narrativas, e do levantamento de dados. Assim como acontece na cobertura de crises sanitárias, Nascimento e Lima (2020) explicam que o coronavírus logo se apresentou como um desafio para os profissionais das redações e, sobretudo, aqueles que precisavam contar as histórias que nasciam nas ruas. Desse modo, o jornalismo ficou dedicado a esse tipo de abordagem, com o compromisso de atuar com objetividade e contextos de fácil entendimento. O desafio era buscar fontes capazes de transformar a linguagem científica e as interpretações acadêmicas em notícias comuns e acessíveis a todos os públicos (Oliveira, 2007).

Ainda no que tange à cobertura jornalística, Nocelli (2020) observou que, à medida que casos da doença foram confirmados no mundo, o assunto Covid-19 teve destaque na imprensa brasileira. Com a expectativa de noticiar onde estavam e quem eram as pessoas contaminadas no Brasil, e de acompanhar os pronunciamentos do Ministério da Saúde, os veículos de comunicação passaram a divulgar diariamente informações sobre o assunto.

Lima (2020) complementa que, nesse contexto de pandemia, mais do que nunca, o jornalismo tornou-se um mecanismo importante para informar sobre assuntos que poderiam auxiliar a população no enfrentamento ao coronavírus, como abordagens relacionadas à utilidade pública em atendimentos de saúde, formas de prevenção e tratamento, divulgação do número de infectados, quantidade de vítimas e outras questões.

E, para trabalhar com essa perspectiva de profissionalismo e sensibilidade, a prática comunicacional demanda uma análise que considera as nuances sociais, as ferramentas disponíveis para a construção do discurso e o contexto no qual está inserida a mensagem. “A Comunicação Social pode ser dimensionada em uma intersecção da ideia de formação de opinião e das transformações sociais pelas quais passaram a sociedade” (Magnoni, Miranda, 2018, p. 167).

Diante desse cenário, constatou-se que era por meio dos veículos de comunicação que a população poderia ter conhecimento acerca das informações de prevenção, busca de atendimento médico, agendamento de testes para identificação de contaminação e até mesmo localização dos postos de aplicação de vacinas contra a Covid-19 (Traquina, 2005).

A produção jornalística deve estar alicerçada no interesse público e na função central do jornalismo que é informar. Os órgãos midiáticos são estruturados em três esferas, como elenca Francisco Fonseca (2011): empresa capitalista, uma vez que está inserida em um sistema de produção que busca o lucro como resultado; como ator político/ideológico, pois pode operar como interventor no contexto político e na dissipação de ideologias em relação aos grupos com potencial de reprodução de opinião; e como aparelho privado de hegemonia, em uma perspectiva gramsciana, em que notabiliza o poder midiático na direção moral, intelectual e na criação de consensos.

Moraes (2010) ressalta que os aparelhos midiáticos atuam para alcançar o consenso como condição indispensável à dominação. Peixoto (2019, p. 16) corrobora o pensamento ao explicar que, “para pensar a relação entre jornalismo e hegemonia, busca-se refletir sobre a perspectiva gramsciana de conhecimento, intelectualidade e práxis jornalística”.

Moraes (2013, p. 15) destaca que “[...] os megagrupos midiáticos detêm a propriedade dos meios de produção, a infraestrutura tecnológica e as bases logísticas como parte de um sistema que rege habilmente os processos de produção material e imaterial”. Ainda na avaliação dele,

o sistema tem capacidade de interferir na circulação de informações, interpretações de sentidos e no entendimento das crenças que formam consensos sociais.

Segundo Borela (2020), ao narrar, o jornalista trava uma luta contra a perda de memória, ao mesmo tempo em que configura esquecimentos e exclusões no próprio ato de construção do discurso em pauta. Para a reflexão acerca da função social do jornalismo, faz-se imprescindível pensar a dimensão da produção do consenso e da hegemonia, a partir das construções e processos que estruturaram, ao longo da história, as condições de existência e modo de vida das populações.

Os lugares que os sujeitos ocupam na dinâmica produtiva condizionarão, também, posições de visibilidade ou invisibilidade nas dimensões da superestrutura. Ao apresentarem o conceito de cultura da mídia, Borges e Borges (2012) e Kellner (2001), entendem a cultura veiculada pela mídia como recurso inerente à construção da vida cotidiana, capaz de fornecer material para que as pessoas criem uma identidade, um senso de classe, de etnia e raça, nacionalidade e sexualidade.

Todo o discurso midiático transcodifica os conflitos sociais pertinentes à época, sempre assumindo uma posição sobre eles, de forma velada ou explícita (Kellner, 2001). Ele defende ainda que os estudos examinam os efeitos dos textos e a forma como o público receptor se identifica e faz uso do que foi apresentado. Além disso, a prática consiste na busca pelo entendimento de como operam imagens, figuras e discursos no interior da cultura em geral.

Neste contexto, entender o processo de produção das notícias se faz essencial, uma vez que o estudo, aqui apresentado, tem como *corpus* um jornal impresso. Wolton (2010) destaca que houve mudança no estilo e forma de consumo e confecção do que é divulgado pela mídia. Levando em consideração o grande volume de informações disponíveis e os conteúdos falsos com a aparência de notícia, é preciso compreender como as narrativas são construídas e operadas.

O processo narrativo conduzido pelo jornalismo conecta a produção à disputa de sentidos, sobretudo, porque está enraizado em dimensões éticas e culturais próprias ao campo. Ao narrar, a figura jornalística trabalha pela permanência de sentidos que já estão postos e reforça, também, a construção de novas interpretações.

Em uma sociedade civil, sob o espectro da mídia, acontecem disputas de sentidos, valores e projetos societários díspares. O cotidiano é envolvido por diferentes forças, que disputam o

sentido da realidade social em suas esferas econômica, cultural, política, e também ideológica, produzindo e orientando formas de pensar e de agir a partir de valores hegemônicos. Na prática, o pensamento é modificado neste sentido. Hall (2016) afirma que as comunicações modernas se apresentam e se impõem como parte constitutiva das estruturas e práticas sociais.

É possível observar a mediação da mídia na produção de sentidos em períodos e episódios históricos marcados por catástrofes e crises, locais ou globais. Esta mediação ocorre já na busca pela informação, na seleção das fontes, na forma de apuração, na seleção e elaboração do conteúdo e na sua transmissão e divulgação. Diferentes perspectivas concorrerão ao sentido da narrativa jornalística, e a eleição de uma, ou algumas, em detrimento de outras, transmitirá não somente um conteúdo, mas também um valor e uma compreensão sobre ele.

Um exemplo disso foi o surto da Aids, nos anos de 1980, que ganhou contornos ideológicos, morais e valorativos ao atribuir à comunidade gay, à época, a responsabilização pela transmissão e contaminação da doença, fomentando uma mentalidade preconceituosa e discriminatória e uma realidade ainda mais violenta. Para Brito e Rosa (2018, p.755),

[...] uma doença (AIDS) que, até aquele momento, não contava com um conhecimento científico aprofundado a seu respeito. O espaço vazio deixado pela ciência e pela densidade de pesquisas a seu respeito, bem como as diversas dúvidas deram lugar a discursos de diversas instituições de saber - Estado, medicina, Igreja etc. Esses conhecimentos assumem uma carga de verdade, as instituições estabelecem uma rede de poder sobre o assunto.

Este foi um episódio emblemático das relações de poder que se estabelecem entre grupos sociais hegemônicos, meios de comunicação, informação e notícia, e demonstrou como a mídia é capaz de reproduzir valores e ideias, e de se comunicar de forma a perpetuar uma determinada ordem.

A reprodução de uma determinada lógica, e manutenção de uma ordem social, pela mídia, pode se manifestar de diferentes formas: pela pouca frequência em que alguns grupos étnicos aparecem; pela sua ausência; pela exclusão; omissão e negligência; por abordagens estereotipadas; pela publicação de fotos e imagens frequentemente associadas a certos tipos de narrações e narrativas, de forma a produzir e induzir a uma ideia a respeito, entre outros.

No exemplo supracitado, os autores observam que a produção da notícia e o discurso midiático da época estavam associados a uma elite religiosa que controlava os meios de comunicação, de forma que “o jogo político da Igreja, nos jornais, não se restringiu em montar um esquema de ataques, mas utilizou da doença para sustentar seus próprios preceitos a partir de um determinado conceito de família” (Brito e Rosa, 2018, p. 774).

É possível pensar a construção da imagem e a representação do negro no contexto de crise sanitária, no caso da pandemia da Covid-19, pela associação de imagens/fotos a narrativas, mas também pela omissão do marcador raça/cor nas análises sobre vulnerabilidade, por exemplo. Não acionar este marcador (ou demorar a acioná-lo) como referência na definição e classificação dos sujeitos e grupos mais vulneráveis, e exposto ao vírus e à doença, significa negligenciar a sua condição de existência, além de expressar e reproduzir uma visão sobre o lugar que se quer que ocupem na sociedade. Do mesmo modo, noticiar uma orientação oficial de saúde sobre medidas de prevenção e cuidados, como isolamento social, utilizando como representação imagética uma foto de um trabalhador negro, higienizando bancos de ônibus, expressará uma mensagem sobre a sua representação. Essas são formas, mediadas pela mídia, de se atribuir sentidos à realidade social, e a grupos étnicos minorizados.

2. HEGEMONIA, PROTAGONISMO E REPRESENTAÇÃO

Entendendo que a comunicação está situada em uma emaranhada rede de poder, que se apresenta na expressão de conflitos materiais e hegemônicos, neste capítulo, será abordado o conceito de hegemonia na perspectiva de Gramsci e vamos dialogar com o objetivo de mostrar como as práticas comunicacionais e o sistema midiático tensionam as relações produtivas materiais em uma sociedade baseada na troca de mercadorias. O objetivo é posicionar o jornalismo, neste contexto, como responsável pela produção de sentidos e relevante força-motriz do conhecimento. Diante desse cenário, vamos tratar autores que articulam a comunicação, jornalismo e os discursos midiáticos que protagonizam territórios, momentos históricos e grupos sociais em detrimento de outros. A proposta é mostrar como as formas de opressão e formação de consenso constroem os discursos da elite detentora dos aparelhos hegemônicos.

Levando em consideração que as produções jornalísticas podem ser atravessadas por interesses e processos organizacionais complexos, percepções de contexto social e ideológicos díspares e reprodução de valores que já estão enraizados na sociedade é possível conjecturar que o conceito de enquadramento deve ser complementado junto à adoção de um embasamento teórico-crítico quando as organizações jornalísticas forem analisadas (Carvalho, 2009, apud Souza, 2016). Diante tudo isso, a visão de hegemonia na perspectiva do filósofo italiano Antonio Gramsci será relacionada para contextualizar a análise do produto jornalístico selecionado na construção da realidade social.

Segundo Moraes, é por meio de um consenso que ocorrem as dominações político-ideológica e cultural de uma classe em detrimento de outras:

Para Gramsci, a hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se. Portanto, a hegemonia não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo (Moraes, 2010, p. 55).

No que se refere especificamente à relação dos enquadramentos com a hegemonia ideológica, Soares (2009) explica que a conexão entre ambos ocorre justamente quando apresentam a distribuição do poder social e político. O entendimento transpõe a definição de interpretação da

realidade e assume o contexto como uma descrição fidedigna dos fatos. A conduta hegemônica explica que a prática tende a favorecer enquadramentos de quem controla a maioria, a elite.

O autor defende que isso pode ser atribuído aos casos em que as fontes oficiais gozam de maior credibilidade, maior capacidade de obtenção e aplicação de recursos financeiros e a concentração de notícias em instituições. Por outro lado, é importante frisar que há outros agentes. Citamos como exemplo os movimentos sociais, instituições e políticos, que também atuam para construir a realidade deles nas reportagens apresentadas nos meios de comunicação.

Em uma luta de classes, a busca pelo poder se dá por duas esferas detentoras de materialidades específicas: a sociedade política e a sociedade civil. A política pode ser interpretada como um conjunto de mecanismos, coordenados pela classe dominante, que atua na repressão e na coerção dos grupos burocráticos unidos às forças armadas e policiais e à aplicação das leis.

Virginia Fontes aponta que os aparelhos privados de hegemonia são atravessados pela luta de classes e seu ponto fundamental “remete para a organização e, portanto, para a produção coletiva, de visões de mundo, da consciência social, de formas de ser adequadas aos interesses do mundo burguês (a hegemonia)” (Fontes, 2010, p. 133). De maneira contrária, essas formas são capazes de criar oposição aos interesses do terreno corporativo em direção a uma sociedade que promova igualdade com prevalência ética com destaque à ética associada à contra-hegemonia.

Segundo Moraes (2010, p. 98), as forças midiáticas trabalham para alcançar o consenso como condição indispensável à dominação, “[...] por isso, prescindem da força, da violência visível do Estado, que colocaria em perigo a legitimidade de suas pretensões. Atuam em espaços próprios, interessados em explorar as contradições entre as forças que integram o complexo estatal”.

Para entender o jornalismo com base no conceito de hegemonia, é necessário avaliar suas características a partir de uma práxis histórica, condicionada ao conjunto político-econômico, ético-moral e cultural, que rege a lógica do sistema capitalista (Peixoto, 2019). Tal atividade não pode ser concebida de forma isolada de um contexto histórico ou por pura e simples reprodução ideológica. Dessa forma, Peixoto (2019, p. 16) explica que a relação entre jornalismo e hegemonia pode ser entendida após a reflexão da perspectiva gramsciana de conhecimento, intelectualidade e práxis jornalística.

Os veículos de comunicação de massa foram fundados a partir de um modelo de produção capitalista. Com a popularização das novas tecnologias, iniciada a partir de meados do século XIX, houve o fortalecimento desse entendimento de que as mídias eram usadas como instrumento para reprodução do capital. Operando com essa função, esses veículos atuam como ferramenta de alienação nesta sociedade capitalista.

O jornal *A Tribuna*, objeto deste estudo, é um veículo que se apresenta como assumidamente popular, no entendimento que atinge aos mais variados públicos, independente da composição social ou poder aquisitivo. Por isso, a ideia de discutir a atuação das mídias hegemônicas, na visão filósofo italiano Antonio Gramsci, e o caráter manipulatório e ideológico sob a visão do filósofo húngaro György Lukács, em sua obra *Para uma Ontologia do Ser Social* (2013).

Sendo tratados como mercadoria, os meios de comunicação de massa causam impactos relevantes no ambiente onde estão inseridos, podendo manipular a forma como as informações são construídas e apresentadas e, assim, influenciar a sociedade de consumo, ressignificar as relações sociais e outras ações, que resultam em alienação.

Holanda (2002) diz que o fetichismo específico do capitalismo é regido por esse mundo das mercadorias. Os produtos do trabalho detêm autonomia e estabelecem relações entre si e os homens. Toda essa construção acontece sob a égide de uma ideologia dominante com o objetivo de manutenção da ordem capitalista com todas as suas nuances contraditórias e/ou desiguais.

Por tudo isso, a proposta deste capítulo é discorrer acerca de como a mídia trabalha o viés informativo, cultural e de entretenimento, com o seu viés capitalista, e de que forma esses veículos de massa assumem o papel de um aparelho privado de hegemonia, à luz da tradição marxista capitaneada pelo filósofo italiano Antonio Gramsci.

Na corrente de pensamento fundamentada em Karl Marx, Gramsci aponta a cultura como forma de manutenção da sociedade capitalista e atribui a ela uma potência capaz de transformar o modelo social vigente. Segundo ele, por intermédio de consenso, acontece a dominação cultural e político-ideológica de uma classe.

Moraes (2010) fundamenta que, no entendimento de Gramsci, a hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam, não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade, que querem legitimar-se e

universalizar-se. A hegemonia é, então, uma união de direção moral, política, cultural e intelectual, combinada à dominação (Almeida, 2011, p. 123).

Portanto, a hegemonia não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo. Na luta de classes, as batalhas pela conquista de poder se dão por duas esferas, que detêm materialidades específicas: a sociedade política e a sociedade civil.

A política pode ser interpretada como um conjunto de mecanismos, coordenados pela classe dominante, que atua na repressão e na coerção dos grupos burocráticos unidos às forças armadas e policiais e à aplicação das leis. Já a sociedade civil incorpora ferramentas distintas do Estado e opera na construção de valores e ideologias, tais quais a igreja, os partidos políticos, a escola, os sindicatos de classe, as corporações profissionais, as instituições científicas e culturais, e os meios de comunicação, estes últimos conceituados por Gramsci como aparelhos privados de hegemonia (Gomes, 2020).

Segundo Moraes (2010, p. 98), os aparelhos midiáticos trabalham para alcançar o consenso como condição indispensável à dominação, “por isso, prescindem da força, da violência visível do Estado, que colocaria em perigo a legitimidade de suas pretensões. Atuam em espaços próprios, interessados em explorar as contradições entre as forças que integram o complexo estatal”. Gramsci ressalta que dois planos “superestruturais” fixam-se nesse entendimento:

[...] o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas (Gramsci, 2000, p. 20-21).

Em um malabarismo bem engendrado a partir da classe dominante, segundo Gramsci, a hegemonia trabalha a junção da força e do consenso de modo que as aparências camuflam o fato da força suplantar o consenso. Na contramão disso, os movimentos influenciam a percepção de que a maioria assume uma postura consensual. Isto é desenvolvido a partir da sustentação de jornais, associações e órgãos de opinião pública (Gramsci, 2000, p. 95).

Dentro da perspectiva do que são os aparelhos midiáticos, Moraes (2010) elenca os meios de comunicação, sendo o sistema escolar, os partidos políticos, as igrejas e os sindicatos como

alguns deles. O monopólio dessas ferramentas ou o controle dos espaços onde ocorrem essas reuniões sociais é disputado com o objetivo de manipulação dos anseios políticos hegemônicos.

O protagonismo da mídia na formação de concepções de mundo, sentidos e expressões, visões políticas e rearticulações culturais, colocam-na em destaque frente o seu papel enquanto “aparelho privado de hegemonia”, ou seja, participa ativamente na construção de realidades que rearticulam/transmitem/elaboram um conjunto de referências ligadas a uma direção moral e intelectual da sociedade, ou seja, hegemonia (Souza, 2016, p. 16).

Os conglomerados empresariais jornalísticos, que representam a grande imprensa, estão ancorados no título de empresa capitalista, inserida em uma lógica que atua com vistas à obtenção do lucro, como atores políticos/ideológicos, dada à influência que exercem no meio político e na difusão de ideias e como aparelho privado de hegemonia.

Dessa complexidade tripartite, podem surgir conflitos, uma vez que os interesses empresariais, quando a lógica é centrada no capital, podem influir na atuação ideológica. Sendo assim, o jornalismo pode ser encarado como um instrumento de disseminação de valores sociais, culturais e ideológicos, consolidando-se, assim, como articulador na criação de consensos. Do mesmo modo, o jornalismo pode ser o mecanismo que confronta, questiona e propõe reflexões ao disseminar conteúdos/informações contra-hegemônicas (Souza, 2016).

Toda essa discussão tem relevância tendo em vista que o papel da mídia tem um fator importante na composição da sociedade, quando a entendemos como meio de construção que legitima as representações sociais. A expressão de origem europeia está ligada ao conceito de representação coletiva de autoria do sociólogo Émile Durkheim. De acordo com o pensador, existem categorias de pensamento que traduzem os estados das coletividades.

O sociólogo jamaicano Stuart Hall pesquisou o impacto da mídia na formação social. Para ele, a mídia e as imagens apresentadas por ela promovem a construção social do que pode ser entendido como real. “A mídia produz amplos efeitos na sociedade, relacionados a um determinado tipo de poder que se exerce no processo de administração da visibilidade pública midiático-imagética” (Hall, 2016, p. 11).

Em uma sociedade que sobrevive em um intenso bombardeio de letras, palavras e imagens diariamente, Hall (2016, p. 31) defendia que a representação não tem a ver com reflexo, mas sim com o uso da linguagem como forma de expressão sobre o ambiente ou na representação das pessoas. Ele explicava que é a partir da representação, ou de parte dela, que os significados eram produzidos e compartilhados entre os membros inseridos em uma cultura. É assim que a linguagem oferece sentido, descreve um objeto real. Nos sistemas de representação,

apresentados pelo autor, os que estão ligados aos conceitos ou representações mentais são aqueles inerentes à nossa condição de ser humanos, que interpretam o mundo. Já o outro sistema é o que ampara a organização dos signos.

Os signos indicam ou representam os conceitos e as relações entre eles que carregamos em nossa mente e que, juntos, constroem os sistemas de significado de nossa cultura. Signos são organizados em linguagens. A existência de linguagens comuns nos possibilita traduzir nossos pensamentos (conceitos) em palavras, sons ou imagens, e depois usá-los, enquanto linguagem, para expressar sentidos e comunicar pensamentos a outras pessoas (Hall, 2016, p. 37).

A relação entre os sistemas proporciona sentido à linguagem e resulta na representação. O sentido é então produzido a partir da ação dos atores sociais. A percepção do ambiente, e a interpretação da mensagem que a linguagem está transmitindo, é possível a partir da engrenagem que é movida pelos sujeitos sociais. É assim que o mundo é compreensível (Hall, 2016, p. 49).

Quando os aparelhos midiáticos são controlados, por um sistema que opera de acordo com os interesses do capital, é preciso observar que tipo de linguagem eles estão usando para se comunicar e com quem. O objetivo é criar consenso e formar uma opinião de acordo com o movimento da engrenagem pró-capital. Assim, os sujeitos sociais são alienados a uma percepção que dita o que é essencial à elite, não necessariamente, à sua própria existência.

Se os veículos de comunicação não representam, não informam ou não prestam nenhum tipo de serviço à população à qual acessam, o papel social não é cumprido. Atrelada aos interesses do capital, a mídia hegemônica não atua ou converge os esforços para o bem comum e social, mas responde aos anseios da manutenção de um discurso que não dialoga com a sociedade.

3. ANÁLISE DE CONTEÚDO E ENQUADRAMENTO NOTICIOSO: COVID-19 E A POPULAÇÃO NEGRA CAPIXABA EM A TRIBUNA

Neste capítulo, a proposta é trabalhar os conceitos de enquadramento noticioso e análise de conteúdo, metodologias que foram combinadas para que fosse possível alcançar o entendimento das mensagens presentes nos textos e fotos analisados, a partir do recorte temporal definido.

3.1 A HISTÓRIA DO JORNAL A TRIBUNA

O jornal *A Tribuna* nasceu no Espírito Santo em 22 de setembro de 1938. Desde quando foi fundado, sua história é marcada por diversos acontecimentos, que envolvem uso político, fechamentos, mudanças de administração, crises financeiras e disputas familiares. Os dados apresentam divergência de informações, sobretudo, em relação ao início das atividades do jornal. Os estudos de Martinuzzo (2005) indicam que *A Tribuna* foi fundada pelo jornalista paulista Reis Vidal, profissional da comunicação simpatizante dos ideários fascistas e que teria sido patrocinado por uma empresa da Alemanha.

Brites (2010) e Aguiar (2026) explicam que o periódico foi criado por Wallace Tadeu e Heráclito Duque de Freitas. A mesma informação contida no site da Rede Tribuna (tribunaonline.com.br). A empresa destaca que o jornal iniciou-se na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo. A primeira circulação aconteceu em formato *standart*, com oito páginas.

A Tribuna foi criada no período do Estado Novo, na Era Vargas, marcado como um período em que se destacavam o poder centralizado, nacionalismo, anticomunismo e autoritarismo (Pandolfi, 1999). Segundo o histórico publicado no site da Rede Tribuna, Wallace e Heráclito apostaram em um estilo novo de confecção de jornal, com manchetes escritas com fontes grandes na capa e nas páginas centrais, diversas ilustrações, grande atenção e importância à cobertura esportiva, publicações com informação de utilidade pública.

Dirigentes do Partido de Representação Popular (PRP), do integralista Plínio Salgado, compram *A Tribuna*, em 1945, e essa foi a primeira vez que a empresa foi vendida (Aguiar, 2016). Mais de duas décadas depois, em 1968, o controle passou a ser do grupo João Santos, de Pernambuco, que mantém o controle das atividades até os dias atuais.

Quando o negócio foi firmado, a principal atividade do grupo era voltada ao ramo do cimento, com atuações na agroindústria e celulose. No Espírito Santo, o grupo detinha a indústria de cimento Itabira (Cimento Nassau), localizada em Cachoeiro de Itapemirim, no Sul do Estado.

Até 1971, o jornal funcionava na Esplanada Capixaba, no Centro de Vitória, hoje identificada como Avenida Jerônimo Monteiro. Naquele mesmo ano, as instalações foram transferidas para sede própria, situada no bairro Ilha de Santa Maria, no mesmo município, onde funciona atualmente. Em 1972, as instalações foram fechadas durante o período da ditadura militar (Brittes, 2010). Por causa disso, a primeira edição preparada no novo espaço veiculou somente em setembro de 1973.

A década de 1980 acrescentou eventos relevantes ao cenário da empresa, sendo um dos principais deles a morte do diretor-geral do jornal, João Santos Filho, o primeiro filho do fundador João Santos. No dia 25 de maio de 1981, a sede sofreu um incêndio durante a madrugada. Criminosos jogaram duas bombas, que destruíram a área responsável pela circulação, o arquivo e parte das máquinas usadas para imprimir as edições (Brittes, 2010). Uma das hipóteses da motivação estaria relacionada às publicações de reportagens que denunciaram a exploração da prostituição no Estado (Martinuzzo, 2005). Quase três anos depois, no mês de março de 1984, *A Tribuna* foi fechada. Muitos jornalistas foram demitidos e outros funcionários entraram em greve.

Apresentando uma nova versão e visão editorial, *A Tribuna* voltou a circular em 2 de fevereiro de 1987. Desta vez, dirigida pelo jornalista Eustáquio Palhares. Conforme cita em seu site, o jornal passou a valorizar os fatos cotidianos, como economia doméstica e ainda mais as notícias esportivas e policiais. A intenção era trabalhar assuntos relacionados ao dia a dia do capixaba, abordando assuntos relacionados à vida do leitor. Aliado a isso, houve investimento em tecnologia. A redação foi informatizada com terminais de computadores para os jornalistas.

O que a redação de *A Tribuna* estava experimentando estava relacionado às mudanças na gestão de trabalho dos jornalistas na década de 1990. Foi nesta mesma década em que as redações iniciaram um processo de modernização com a chegada de computadores e acesso à internet. A notícia, assumidamente, passou a ser trabalhada como uma mercadoria lucrativa (Souza, 2017).

O Grupo João Santos expandiu a atuação no mercado da comunicação. No dia 30 de setembro de 1979, fundou a rádio Tribuna FM Cachoeiro. *A Tribuna* FM Vitória começou a operar em

30 de março de 1980. No dia 23 de outubro de 1983, teve início o trabalho da *Tribuna AM*. Já no dia 29 de março de 1985, foi fundada a TV Tribuna, afiliada do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).

No dia 22 de novembro de 1995, o jornal estreou um projeto gráfico em cores, deixando para trás o impresso em preto e branco. Em uma edição histórica, o jornal foi distribuído, colorido, com 120 páginas (SILVA, 2007, p. 19). O modelo foi desenvolvido pelo designer Juan Antônio Giner da Innovation Media Consulting, da Universidade de Navarra, da Espanha.

A mudança visual foi acompanhada por alterações importantes no campo técnico, responsável pelo funcionamento e confecção do jornal. O grupo também adquiriu uma impressora com capacidade para imprimir até 45.000 exemplares de até 48 páginas por hora. Naquele tempo, mesmo sem a experiência com comunicação, o Grupo João Santos emprestou o *know how* do mundo dos negócios para transformar *A Tribuna* em um veículo atraente e competitivo.

Os investimentos seguiam com foco na obtenção da consolidação da liderança. Os gestores do Grupo João Santos, com o objetivo de transformar o jornal *A Tribuna* no mais lido do Espírito Santo, reformularam o setor de circulação, desenvolveram um novo sistema de controle e distribuição dos exemplares e iniciaram a publicação do jornal às segundas-feiras. A iniciativa era um dos passos para alcançar a filiação ao Índice Verificador de Circulação (IVC) (Aguiar, 2016).

Os resultados começaram a aparecer em 1997, quando *A Tribuna* conquistou um índice de crescimento em percentual, com médias de 47,95% em dias úteis e 79,34% aos domingos. Segundo Brittes (2010), foi o maior resultado do país. Naquele mesmo ano, o jornal conquistou o Prêmio Colibri e foi contemplado com o título de Veículo de Comunicação do Ano. Em 1999, passou a liderar as vendas e o número de leitores na Grande Vitória. Em 2000, dominou a comercialização dos impressos no Estado (Aguiar, 2016).

Além dos investimentos na formatação, uso das cores, fontes e definição de pautas a serem abordadas, o jornal também criou outras estratégias para aumentar o seu valor no mercado. Uma das ações era o sorteio mensal de um carro novo. Diariamente, a edição vinha com um cupom e, ao final do mês, o veículo era sorteado. O periódico também publicava pôsteres de artistas, de times de futebol e também investiu na produção de cadernos especiais na área da educação.

Segundo Miège (2007), existe um esforço dos jornais na busca pelo impulsionamento da criação. Ele cita que há uma preocupação com a racionalização e industrialização no processo de concepção do produto jornalístico. Neste contexto, podem ser discutidas abordagens como a oferta de produtos em série, uma forma de distribuição especializada ou até mesmo a adoção de técnicas do marketing, que poderiam servir para impulsionar a atividade-fim que é a confecção do jornal.

Naquele ritmo impresso pelo Grupo João Santos, no jornal *A Tribuna*, os registros do site mostram que, em 1997, o tabloide obteve o maior índice de crescimento em percentual do Brasil, com médias de 47,95% em dias úteis e 79,34% aos domingos, de acordo com o IVC - Instituto Verificador de Circulação.

Em 1999, o jornal se consolidou como líder em circulação na Grande Vitória, em vendas e em número de leitores. De acordo com a empresa, nos dias atuais, *A Tribuna* lidera o segmento entre os maiores jornais em circulação no Brasil. A informação é atribuída ao Instituto Verificador de Comunicação (IVC).

Gomes (2020) destaca que, em 2014, *A Tribuna* figurava no ranking dos 50 maiores jornais do país (IVC) e ocupou a 22ª posição com uma circulação de 53.089 exemplares. Na época, isso significava mais do que o dobro do seu principal concorrente, *A Gazeta*.

Em seu site, *A Tribuna* informa que foi eleito duas vezes o Melhor Jornal Regional do Brasil (Editora Referência/Prêmio Veículos de Comunicação) e Melhor Veículo do Espírito Santo (premiado 10 vezes pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas – CNDL). Autointitulado líder no Estado, o periódico afirma que circula nas 78 cidades capixabas.

O sucesso da trajetória editorial estava associado à capacidade do jornal de se apropriar da desterritorialização simbólica dos assuntos tratados no jornal. Para diversificar o conteúdo, o jornal apostava na publicação de colunas originais de revistas e jornais de outras cidades, como Rio e São Paulo, tais como a *Folha de São Paulo* e *O Globo* (Aguiar, 2016). A prática ainda é mantida até hoje, pois o jornal mantém ativo um quadro de colunistas que tratam de diversos temas como economia, moda, padrões de comportamento, veículos e política. Neste tipo de conteúdo editorial, os nomes locais se somam aos colunistas de renome nacional.

A morte do empresário pernambucano João Santos, fundador do Grupo João Santos, em 2009, acendeu o estopim da crise de *A Tribuna*, pertencente à Rede Tribuna de Comunicação. Aguiar (2016) pontua que, àquela altura, Santos já tinha formado um grupo de mídia em variadas

plataformas, com características regionais e estaduais, sediado em Vitória, mas com atuação em múltiplos territórios.

Falecido aos 101 anos de idade, o empresário deixou um grupo formado por cerca de 10 mil colaboradores, que atuavam nos ramos comunicação, sucroalcooleiro, cimentos (Cimentos Nassau), comunicação (Rede Tribuna), celulose e papel. João Santos era viúvo e deixou cinco, dos sete filhos que teve, sendo que dois já haviam falecido (Castilho, 2022).

Desde então, o grupo que mantinha, entre as atividades, uma rede de comunicação, passou a figurar como personagem nas páginas policiais. Uma das reportagens produzidas pela revista *Veja* (2023) mostra que o declínio de um dos principais grupos empresariais do Nordeste começou com uma briga de família, que envolvia acusações de crimes de lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, fraudes e execuções trabalhistas.

A publicação revela que o Grupo João Santos faturava, havia pouco mais de uma década, cerca de R\$ 3 bilhões por ano, e produzia mais de 6 toneladas de cimento, o que o colocava na segunda posição do mercado nacional. No dia 23 de dezembro de 2022, o conglomerado de 48 empresas de setores diversos teve a recuperação judicial anunciada.

As dívidas chegam a R\$ 13 milhões. A reportagem informa que, do total, 43 empresas foram envolvidas no processo e outras cinco foram consideradas inaptas pela Receita Federal. Deste montante, 15 possuem faturamento (valor estimado em R\$ 1 bilhão). “A derrocada do Grupo João Santos é um exemplo típico de ruína de um grupo familiar engolfado por disputas entre herdeiros” (Purchio, 2023). Todo o imbróglio familiar e jurídico afeta as empresas do grupo, incluindo a Rede Tribuna, no Espírito Santo.

Além da disputa familiar, a rede de comunicação capixaba vive outro drama, desde 2016, quando passou a ser alvo de denúncias e ações trabalhistas por parte do Sindicato dos Jornalistas do Estado do Espírito Santo (Sindijornalistas-ES), em virtude do atraso nos pagamentos dos salários dos jornalistas e de benefícios como planos de saúde.

A *Tribuna* mantém o título de jornal do povo e, agora, com a exclusividade de anunciar que é o único impresso diário na Grande Vitória. Em julho de 2019, A Gazeta anunciou o fim da sua versão impressa e comunicou que suas atividades seriam todas concentradas no formato on-line (Sarmiento, 2019).

A empresa de comunicação capixaba, além do impresso, também administra um portal de notícias com textos informativos inéditos e/ou que antecipam ou reproduzem o material

publicado na edição impressa. A transformação que os jornais impressos vivenciam está relacionada ao deslocamento dos leitores para mídias em outros formatos, sobretudo o on-line e o digital (Pereira; Adghirni, 2011).

O jornal impresso apresenta uma experiência única de contato com a informação. Dado o seu modelo de produção, confiabilidade e credibilidade, é comum os telejornais dedicarem um tempo da programação para exibirem as capas diárias dos jornais impressos do Brasil e de outros países. Lage (2012) destaca que há uma espécie de conexão entre o leitor e o conteúdo impresso, o que, em nossa avaliação, reforça o entendimento de transição, mas não do fim do modelo impresso como é conhecido.

Na banca da esquina, compramos o jornal diário: um maço de folhas de papel, dispostas em um ou mais - atualmente, muitos mais - cadernos. Em cada página, envolvida por moldura branca de um e meio a três centímetros, a mancha gráfica, onde se arrumam títulos em letras maiores, fotografias, desenhos e, caracteristicamente, longas tiras verticais de composição, em cinco, seis, oito, nove ou dez colunas. Podemos reconhecer essa imagem visual ainda quando não entendemos o idioma em que o jornal está escrito e presumir que ali se contêm notícias, comentários e informações julgadas de algum interesse para o provável leitor. A forma do jornal é a primeira pista para o entendimento de seu lugar na cultura contemporânea, a compreensão de sua linguagem e a investigação de sua história (Lage, 2012, p. 6).

A história e a importância do jornal impresso por meio de sua representação na sociedade fazem com que a sobrevivência desse modelo de negócio e forma de comunicação (e obtenção de informação) sobrevivam e resistam ao tempo. A dinâmica de leitura

de um jornal pode ser transformada à medida em que as pessoas tenham acesso aos conteúdos disponibilizados digital e gratuitamente com mais intensidade. A forma muda, bem como o modelo de apresentação dos conteúdos. O que deve aumentar cada vez mais é o desejo pela notícia.

3.2 DADOS COLETADOS DURANTE A ANÁLISE

Diante do exposto, para identificar de que forma a população negra capixaba está representada no impresso capixaba *A Tribuna*, foram adotados como métodos o enquadramento noticioso e a análise de conteúdo. A pesquisa consistiu, de forma geral, em analisar os informativos publicados nas edições que circularam no Espírito Santo, de março a agosto de 2020, primeiro semestre após a declaração de pandemia de Covid-19.

A escolha do método é uma das principais ferramentas úteis ao processo de pesquisa e confecção do arcabouço teórico e científico. A pesquisa bibliográfica direcionou os trabalhos

iniciais, em relação à obtenção dos dados, conceitos e reflexões acerca do tema proposto, bem como o contexto em que se deu o jornalismo, a Covid-19 e a população negra no Brasil.

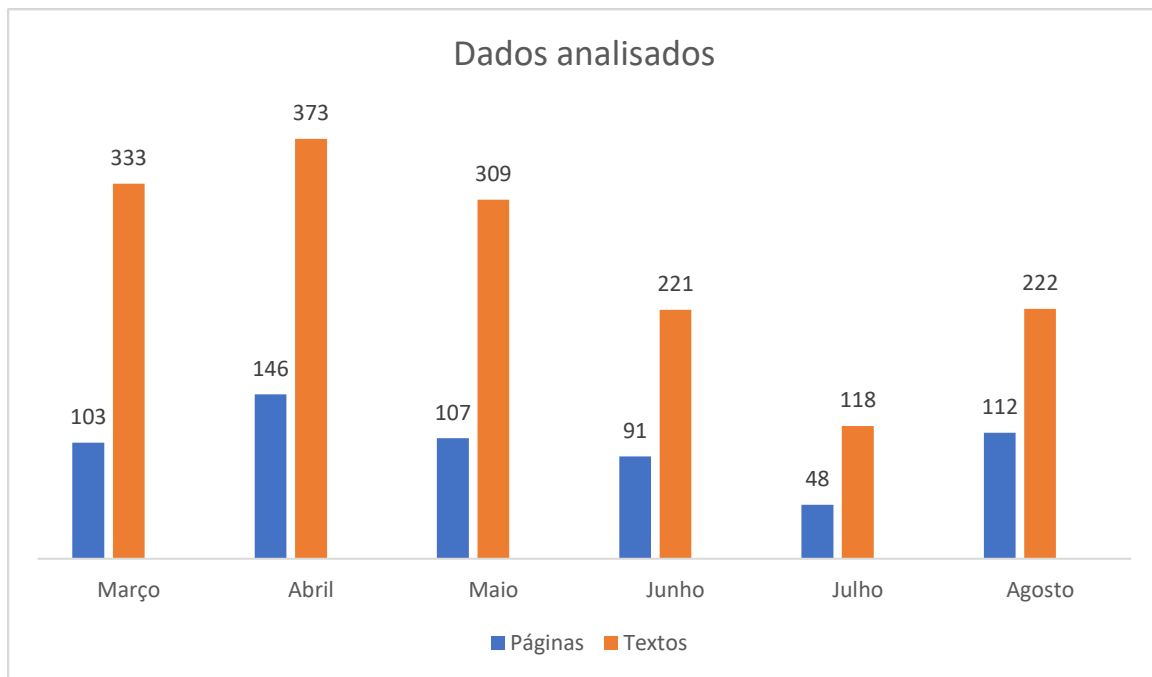
O trabalho de seleção foi organizado em etapas. A primeira consistiu no acesso ao conteúdo, feita por meio do site do veículo, onde todas as edições do jornal impresso, que compõem o *corpus* definido, são disponibilizadas gratuitamente 15 dias após a publicação impressa. Os arquivos puderam ser acessados por meio de aplicativos/software, que permitem a leitura de documentos no formato PDF. Desta forma, após o download, o conteúdo foi avaliado.

A busca tinha como palavras-chave: *SARS-CoV-2, Covid-19, novo coronavírus e pandemia*. O foco foi direcionado para textos informativos (reportagens, notícias, entrevistas e notas). A classificação foi adotada com base nos estudos de Marques de Melo (1998, p.8), que compreende que “no jornalismo informativo são encontradas as notícias, as crônicas, as notas, trabalhos de investigação, reportagens, chamadas de 1ª página e fotografias”. Os formatos dos textos informativos apresentam diferenças:

A distinção entre a nota, a notícia e a reportagem estão exatamente na progressão dos acontecimentos, sua captação pela instituição jornalística e acessibilidade de que goza o público. A nota corresponde ao relato de acontecimentos que estão em processo de configuração e por isso é mais frequente no rádio e na televisão. A notícia é um relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. A reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que já são percebidas pela instituição jornalística (Marques de Melo, 1998, p. 66).

Após a primeira seleção textual, os materiais recebiam uma segunda classificação, para dar segmento aos conteúdos, a partir do assunto abordado pelo informativo: saúde, educação e economia. Foram analisadas, visualmente pelo autor, 607 páginas publicadas nas editorias Reportagem Especial, Cotidiano e Cidades de *A Tribuna* entre os dias 11 de março a 31 de agosto de 2020. Na pesquisa, foram encontrados 1.576 textos relacionados à temática do estudo.

Figura 1 – Gráfico mostra a quantidade de textos informativos publicados no jornal A Tribuna sobre a pandemia da covid-19 entre os meses de março a agosto de 2020 nas editorias de Reportagem Especial, Cotidiano e Cidades



Fonte: elaborada pelo autor, com base em reportagens do jornal *A Tribuna*.

Entre o dia 11 e o dia 31 de março de 2020, foram identificadas 103 páginas que continham 333 textos informativos que tratavam de algum aspecto da Covid-19. Na seleção por editoria, 290 textos foram publicados em Reportagem Especial, 27 em Cidades e 16 em Cotidiano. No mês seguinte, em abril, foram catalogadas 146 páginas e 373 produções jornalísticas. Na editoria Cotidiano foram 12, 23 em Cidades e 338 em Reportagem Especial. Já em maio, foram 309 textos distribuídos em 107 páginas. O conteúdo estava distribuído da seguinte maneira: 231 textos foram publicados na editoria Reportagem Especial, 21 em Cotidiano e 57 na editoria Cidades. No mês de junho, 91 páginas apresentaram textos relacionados à pandemia do vírus respiratório. Foram identificados 221 textos sendo 94 na editoria Reportagem Especial, 26 em Cotidiano e 101 em Cidades. Em julho, 48 páginas abordaram 118 conteúdos acerca do tema. Desse total, 65 textos foram diagramados na editoria intitulada Reportagem Especial, 13 na editoria Cotidiano e 40 foram publicados em Cidades. No último mês de análise, em agosto, foram contabilizados 222 textos publicados em 112 páginas. Na editoria Reportagem Especial, eram 97, em Cotidiano 27, e em Cidades 98 textos informativos.

Onde os textos estavam dispostos a partir das editorias e categorias de assuntos?. Nas tabelas abaixo, é possível verificar a quantidade de textos sobre a Covid-19, que foram localizados em cada editoria pesquisada no período que compreende o dia 11 de março ao dia 31 de agosto de 2020. Nas tabelas abaixo, é possível verificar a quantidade de textos sobre a Covid-19 que foram localizados em cada editoria pesquisada no período que compreende o dia 11 de março ao dia 31 de agosto de 2020.

Tabela 1 - Quantidade de textos sobre Covid-19 na editoria Reportagem Especial

Editoria: Reportagem Especial	Categoria	Categoria	Categoria
Formato de texto	Saúde	Educação	Economia
Reportagem	244	23	117
Notícia	370	28	165
Nota com foto	75	8	35
Nota	15	1	9
Entrevista	24	1	-
Total de textos	728	61	326

Fonte: Elaborada pelo autor

Tabela 2 - Quantidade de textos sobre Covid-19 na editoria Cotidiano

Editoria: Cotidiano	Categoria	Categoria	Categoria
Formato de texto	Saúde	Educação	Economia
Reportagem	23	6	17
Notícia	34	5	13
Nota com foto	7	2	2
Nota	3	-	-
Entrevista	3	-	-
Total de textos	70	13	32

Fonte: Elaborada pelo autor

Tabela 3 - Quantidade de textos sobre Covid-19 na editoria Cidades

Editoria: Cidades	Categoria	Categoria	Categoria
Formato de texto	Saúde	Educação	Economia
Reportagem	115	12	28
Notícia	114	9	29
Nota com foto	22	2	4
Nota	4	-	-
Entrevista	6	-	1
Total de textos	261	23	62

Fonte: Elaborada pelo autor

O período semestral foi escolhido porque é o intervalo quando o poder público adotou as primeiras medidas importantes no enfrentamento à pandemia em solo capixaba. Após a OMS declarar que a Covid-19 havia se alastrado em todos os continentes do mundo como uma pandemia, o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, e sua equipe determinaram protocolos sociais com o objetivo de reduzir a circulação de pessoas e, consequentemente, tentar frear as infecções sistêmicas causadas pelo vírus.

O primeiro semestre de 2020 compreende um momento intenso de enfrentamento à doença nos municípios capixabas. Uma das primeiras ações foi anunciada no dia 17 de março de 2020, quando o Executivo estadual suspendeu as aulas presenciais nas instituições de ensino público e privado dos municípios capixabas (G1 ES, 2020). Já no dia 25 de março, o Poder Executivo estadual determinou o fechamento dos comércios não essenciais (Campos Jr., 2020).

Àquela altura, no Estado, só funcionavam padarias, supermercados, farmácias e serviços públicos considerados indispensáveis tais como coleta de resíduos sólidos, atendimento médico e os serviços prestados pelas forças de segurança (Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Polícia Civil e Guarda Civil Municipal).

3.3 CONCEITO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Para uma compreensão mais adequada da representação e da representatividade da população negra capixaba no jornal impresso *A Tribuna*, a pesquisa recorreu à análise de conteúdo como uma das metodologias adotadas.

Essa metodologia permitiu identificar a representação social desse grupo étnico, verificar como o negro é representado e, também, qual a representatividade encontrada ao acessar o conteúdo veiculado pelo jornal em questão. A partir disto, revelou construções e reproduções de estereótipos, processos de apagamento e invisibilização, negligências e omissões.

A análise de conteúdo, a partir de um recorte racial, é importante porque revela os impactos que a representação social estereotipada, omissa e negligente provoca na vida de negros e de negras, nas relações que estabelecem em diferentes espaços e esferas e, também, na forma como se veem e se entendem neste processo. Em especial, no que se refere ao contexto da pandemia da Covid-19, pano de fundo deste trabalho, por meio da análise de conteúdo é possível perceber

o lugar que a população negra ocupa na dinâmica social e política, em períodos de crises e catástrofes, quando o que está em jogo é a preservação da vida.

Na concepção desta pesquisa, a análise de conteúdo não se limita a conteúdos verbais, como textos escritos. Abrange, também, conteúdos não-verbais como símbolos e imagens, configurando um conjunto de técnicas comunicacionais capaz de produzir conhecimentos e veicular mensagens. A análise de diferentes elementos comunicacionais permite, de acordo com Bardin (2010), evidenciar o que está além do significado imediato transmitido pela mensagem. O significado não imediato e implícito pode se revelar na frequência, na omissão, no sentido atribuído por meio de estereótipos, entre outros.

Este trabalho se preocupou em enfatizar que em termos quantitativos, no estado do Espírito Santo, a população negra se apresenta de forma majoritária, mas em termos de representação e representatividade se expressa não como minoria, mas como população minorizada. Para Santos (1995),

[...] não há minorias, há minorizados e esses minorizados aparecem definidos seguindo uma imagem que não interessa apenas àqueles que desejam manter privilégios dentro do país, mas que corresponde a uma necessidade dos setores hegemônicos em nível mundial (p. 120).

Como abordado no capítulo anterior, muito se pode observar sobre a construção da imagem e a representação de grupos étnicos, em jornais, especialmente em contextos de catástrofes e crises sanitárias, objeto de interesse desta análise. É possível atribuir sentido, exprimir ideias/ideologias e produzir consenso apenas pela associação de imagens/fotos a narrativas, a exemplo, aqui já citado, da foto publicada pelo jornal impresso *A Tribuna*, em 20 de março de 2020, na editoria de *Reportagem Especial*, página 08, em que dois trabalhadores negros aparecem higienizando bancos de um ônibus vazio, enquanto o título da reportagem é “Médicos fazem alerta para ônibus lotados” e o texto trata de uma recomendação sobre cuidados e prevenção do coronavírus, dentre eles, o isolamento social.

Figura 2 - Médicos fazem alerta para ônibus lotados



Fonte: edição do jornal *A Tribuna* publicada em 20 de março de 2020.

A associação dessa imagem ao conteúdo exibido no título e no corpo da notícia transmite uma ideia e, por sua vez, um consenso sobre o lugar a ser ocupado pela população negra em um momento de crise sanitária, em que a recomendação aos cidadãos é não aglomerar, prevendo e sugerindo a possibilidade de isolamento social, logo, a redução ou alteração das relações de trabalho, menos a esses dois trabalhadores negros e ao grupo étnico que representam.

A análise dos conteúdos das imagens veiculadas no jornal em questão, um meio de comunicação de massas, permite revelar a transmissão de sentidos e a ideologia que elas contêm e, por sua vez, divulgam. Para Thompson (2007), a ideologia é um recurso que gera consenso, através do convencimento, da persuasão e da dissuasão, e sustenta relações hierárquicas, assimétricas, díspares e permanentes de poder, dominação e hegemonia.

Para Faria (2011), em referência ao modelo cronológico de Clark, é possível notar um padrão evolutivo nas representações da população negra pelos meios de comunicação de diferentes naturezas. De acordo com a autora, o modelo cronológico, proposto por Clark, das representações sociais sobre os grupos raciais minorizados, nas mídias, apresenta quatro estágios.

A primeira fase é rotulada de "não reconhecimento" ou de "ausência", quando o grupo social não é sequer representado na mídia, não conquistando espaço social para ser retratado. A ausência significa que neste caso as pessoas de cor são ignoradas pela mídia e raramente são vistas em qualquer tipo de retratação. A segunda fase é denominada de "ridicularização, ou seja, as imagens do grupo aparecem, porém, estereotipadas negativamente ou de forma pejorativa. A terceira fase é a "regulação", por meio da qual os membros do grupo minoritário são descritos em papéis de protetores de ordem social e do status quo, como, por exemplo, enfermeiros, policiais, detetives e médicos, mas ainda guardando um estereótipo. Esta representação pode ser interpretada como uma fase de "legitimação", com a introdução da minoria de forma estereotipada formalmente. A etapa final, designada como de "respeito", se refere a representações, incluindo uma diversidade imagens tanto positivas como negativas, que são caracterizações paralelas à maioria (brancos), ou seja, não há mais nenhuma diferença no tratamento do grupo minoritário frente ao majoritário, com as representações sendo diluídas, para o lado positivo ou negativo (Faria, 2011, p. 29)

Em uma análise mais contemporânea, pode-se observar a sobreposição destas etapas em um único contexto, período, meio de comunicação, ou mesmo imagem. As imagens/fotos foram buscadas dentro da seleção de textos por editoriais, a saber, Reportagem Especial, Cotidiano e Cidades, que estavam separadas por pastas correspondentes aos meses e ano definidos na pesquisa: março, abril, maio, junho, julho e agosto de 2020. Os marcadores iniciais aplicados foram *Covid-19*, *Sars-CoV-2*, *Novo Coronavírus*, *Pandemia*.

É importante destacar que a presente pesquisa entende “raça” não como uma categoria biológica ou genética. Segundo Stuart Hall (2000), existem diferentes tipos e variedades, mas eles estão tão largamente dispersos no interior do que chamamos de “raças”, como entre uma “raça” e outra. As raças são categorias discursivas e não biológicas, são organizadoras de formas de falar, de práticas sociais, sendo diferenciadas a partir de marcas simbólicas, que as traduzem e diferenciam socialmente. No entanto, a forma de reconhecer o negro nos jornais impressos, deu-se, sobretudo, através de caracteres físicos, dada a impossibilidade de distinguir as supracitadas práticas sociais e discursivas nas fotografias. Para tanto, baseamo-nos na afirmação de Kabengele Munanga (2019, p. 176), segundo a qual a classificação racial no Brasil cromática, “ou seja, baseada na marca e na cor da pele, e não na origem ou no sangue, como nos Estados Unidos e na África do Sul”.

Visando garantir qualidade analítica, a pesquisa visual se preocupou em realizar uma criteriosa seleção de fotos dentro da organização supracitada. As fotos com autoridades políticas, objetos, paisagens, e as que, embora tivessem presença humana, apresentavam nenhuma ou pouca qualidade visual e dificuldade de identificação, como as desfocadas e borradas, foram classificadas na categoria *outros*. Os itens destacados aqui não apresentavam representantes do

Espírito Santo, portanto, não abordavam os capixabas. Essa classificação foi criada para que a pesquisa tratasse do número total de fotos/imagens usadas nas edições citadas.

Em seguida, a pesquisa utilizou o critério da heteroidentificação para a seleção e contabilização das fotos, dentro da divisão por assuntos relacionados à pandemia da Covid-19, que resultou na criação das categorias Economia, Saúde e Educação, conforme detalhado acima. A partir do marcador raça/cor a seleção de fotos foi classificada em Brancos, Negros (pretos e pardos) e Brancos e Negros (quando as pessoas das ruas raças/cores aparecem na mesma imagem). A seleção quantitativa contabilizou as fotos em que aparecia a população negra (pretos e pardos) e as fotos em que apareciam pessoas brancas e pretas e/ou pardas de forma conjunta.

O levantamento e seleção quantitativos permitiram avaliar, dentro da análise de conteúdo, a frequência em que negros aparecem de forma geral e as omissões e ausências dentro das categorias aplicadas: Economia, Saúde e Educação, apontando para processos de negligência, apagamento, desimportância, e invisibilização deste grupo étnico. A análise quantitativa também indica a representação e a representatividade de negros e negras ao apontar o lugar ocupado por eles, na narrativa visual jornalística, dentro da organização em categorias, Economia, Saúde e Educação, e das classificações por textos informativos, Reportagem, Notícia, Notas com foto e Entrevista.

Tabela 4 - Quantidade de fotos na editoria Cidades

Editoria: Cidades	Branco	Negro	Negro/branco	Outros
Reportagem	45	4	15	92
Notícia	19	3	3	51
Nota com foto	12	3	2	2
Entrevista	5	2	0	1
Total de fotos	81	12	20	146

Fonte: Elaborada pelo autor

Tabela 5 - Quantidade de fotos na editoria Cotidiano

Editoria: Cotidiano	Branco	Negro	Negro/branco	Outros
Reportagem	15	2	9	29
Notícia	11	1	1	25
Nota com foto	10	1	1	1
Entrevista	2	0	0	2
Total de fotos	38	4	11	57

Fonte: Elaborada pelo autor

Tabela 6 - Quantidade de fotos na editoria Reportagem Especial

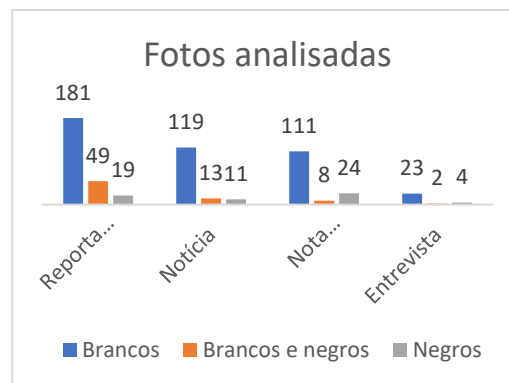
Editoria:

Reportagem Especial	Branco	Negro	Negro/branco	Outros
Reportagem	121	13	25	194
Notícia	89	7	9	233
Nota com foto	89	20	5	7
Entrevista	16	2	2	5
Total de fotos	315	42	41	439

Fonte: Elaborada pelo autor

A pesquisa exploratória, elaborada pelo autor, localizou 1.206 imagens distribuídas nas três editorias. A editoria Reportagem Especial possui 837 fotos, na editoria Cidades tem 259 fotos e na editoria Cotidiano existem 110 fotos.

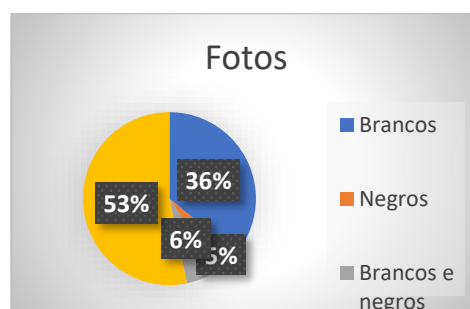
Figura 3 - Quantidade e local onde as fotos estão inseridas no jornal A Tribuna



Fonte: Elaborada pelo autor

Na classificação por raça/cor foram identificadas 434 fotos com pessoas brancas, 58 fotos com pessoas negras (pretas e pardas), 72 fotos com pessoas brancas e pessoas negras simultaneamente e 642 fotos com imagens de objetos, figuras públicas e autoridades políticas.

Figura 4 - Percentual de fotos por raça/cor no jornal A Tribuna



Fonte: Elaborada pelo autor

3.4 CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DAS FOTOS

Na pesquisa exploratória das páginas, foram identificadas 1.206 fotos dispostas em 607 páginas. As imagens foram catalogadas pelos quesitos editoria, categoria e raça/cor. Esse último ligado ao cerne do trabalho, que é identificar como a população negra está inserida no jornal impresso *A Tribuna*, na cobertura que trata do impacto da Covid-19 nos capixabas. Para termos a oportunidade de analisarmos mais imagens em que os negros aparecem, selecionamos o formato de texto em que as pessoas pretas e pardas são mais incidentes em cada uma das três editorias analisadas: Cidades, Cotidiano e Reportagem Especial. Em Cidades, a maioria dos textos está no formato reportagem (quatro). Em Cotidiano também (dois). Em Reportagem Especial a maioria é nota com foto (vinte).

3.5 ANÁLISE POR EDITORIA: CIDADES

Levando em consideração o filtro citado no parágrafo acima, na editoria *Cidades*, a maioria das fotos com negros (pessoas pretas e pardas) está disposta em textos informativos publicados no formato *reportagem*. Sendo assim, as quatro reportagens foram analisadas.

Figura 5 - Estado já se aproxima de mil mortes



Fonte: edição do jornal A Tribuna publicada em 12 de junho de 2020.

Quadro 1 – Estado já se aproxima de mil mortes

Informações do texto informativo	
Data	12 de junho de 2020
Título	Estado já se aproxima de mil mortes
Formato do texto	Reportagem
Editoria	Cidades
Categoria	Saúde

Fonte: Elaborado pelo autor

A foto publicada na página 6, na edição do dia 12 de junho, quando é celebrado o Dia dos Namorados no Brasil, mostra a dona de casa Mariana Lyra Paulo Soares, de 27 anos, em um cenário que aparenta ser o dia do casamento dela, com o motorista de aplicativo Alessandro Roberto de Oliveira, de 34 anos. Embora a foto retrate um momento de alegria do casal, a imagem inserida na reportagem ilustra uma realidade social desagradável. A informação é a de que Alessandro morreu vítima de Covid-19 naquele mesmo mês e ele ainda tinha diabetes, considerada uma comorbidade que poderia agravar o quadro de infecção causada pelo vírus.

Os motoristas de aplicativo integravam um grupo de profissionais que não cessaram as atividades durante o período em que alguns trabalhadores puderam manter o isolamento social para evitar a contaminação.

Essa classe trabalhadora está em constante contato com outras pessoas, até mesmo, levando pacientes com sintomas da Covid-19 aos hospitais. Logo, precisa ter um cuidado especial com sua higiene pessoal, de modo a não contrair ou contaminar os passageiros com a doença. Do mesmo modo, os passageiros devem ter em mente a necessidade de auto prevenção e de cuidado com o próximo (Silva *et al*, 2021, p. 4).

Uma tia de Alessandro também morreu por causa do coronavírus, ou seja, outros membros da família ficaram doentes. Neste caso, o casal é associado à dor, tristeza e perda em decorrência das complicações causadas pelo vírus. Não há qualquer destaque à vulnerabilidade da vítima e nem informações complementares sobre os cuidados necessários para evitar a infecção.

Os motoristas de aplicativo estavam expostos aos riscos diariamente. No caso de saúde, durante a pandemia, o risco de infecção era intenso porque alguns trabalhadores preferiam usar este serviço particular e individual para se deslocar e evitar aglomerações. No Espírito Santo, em março de 2020, o governo estadual determinou a suspensão de circulação de 159 ônibus, que compunham a frota do sistema de transporte coletivo da Grande Vitória. As medidas também espelharam mudanças no transporte em cidades do interior (Redação de A Gazeta, 2020).

Mesmo com a redução de veículos disponíveis para o transporte da população em geral, agentes da segurança pública, profissionais da saúde, as domésticas, os entregadores, funcionários de padarias, dos supermercados e de outros comércios ligados à saúde mantiveram-se em ação e muitos usavam os ônibus ainda disponíveis. Em consequência disso, os usuários do sistema de transporte público encaravam, diariamente, veículos lotados (Redação Tribuna Online, 2020).

Um levantamento do Governo do Estado revelou que, de março a agosto de 2020, o número de usuários do transporte público coletivo subiu 55% no Espírito Santo. Em entrevista coletiva, concedida no dia 7 de agosto daquele ano, o governador Renato Casagrande disse que era difícil conter a aglomeração nos ônibus, mas argumentou que o Executivo adotara todas as medidas cabíveis para garantir a segurança de quem usava o serviço. Na mesma semana, o inquérito sorológico realizado pelo governo estadual apontou que a maior parte das pessoas que testaram positivo para a Covid-19 eram usuárias frequentes de transporte público (Araújo, 2020).

Figura 6 - “É desesperador”, diz dono de bar



Fonte: edição do jornal *A Tribuna* publicada em 3 de julho de 2020.

Quadro 2 – É desesperador, diz dono de bar

Informações do texto informativo	
Data	3 de julho de 2020
Título	“É desesperador”, diz dono de bar
Formato do texto	Reportagem
Editoria	Cidades
Categoria	Economia

Fonte: Elaborado pelo autor

A imagem é de João Luiz Mendes, dono do Boteco do João, que já amargava prejuízos por causa da pandemia do coronavírus. A reportagem revela que o estabelecimento, localizado no bairro Santa Martha, em Vitória, estava fechado havia mais de três meses. O bairro onde ele trabalha é considerado periferia da cidade de Vitória. A situação causou desespero no

comerciante que tem o empreendimento como única fonte de renda. Associada às informações do texto, a foto evidencia o sofrimento da população impactada economicamente pela doença.

O comerciante negro, que mora no bairro periférico, que não tem alternativa de trabalho, já que as medidas adotadas, à época, impediam a livre circulação das pessoas e o funcionamento de bares, lanchonetes e restaurantes para atendimento ao público. A situação era mesmo preocupante. O Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares do Espírito Santo (Sindbares) informou, em março de 2020, que a previsão era de que 54 mil bares e restaurantes capixabas fechassem definitivamente por causa da pandemia. Naquele mês, ao menos 14 mil funcionários já tinham sido demitidos no Estado (Redação de A Gazeta, 2020).

No Brasil, mais de 500 mil pequenas empresas fecharam em apenas duas semanas após a declaração de pandemia. A maioria dos empregos perdidos tinha relação com o fechamento de pequenas empresas, que são responsáveis por 70% das vagas. Um levantamento feito com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) contínua, em 2020, revelou que 377 brasileiros perdiam o emprego em um intervalo de 24 horas (Papp, Gerbelli Midlej, 2021).

Figura 7 - Tarefas de casa atrapalham em home office



Fonte: edição do jornal A Tribuna publicada em 7 de agosto de 2020.

Quadro 3 - Tarefas de casa atrapalham em home office

Informações do texto informativo	
Data	7 de agosto de 2020
Título	Tarefas de casa atrapalham em home office
Formato do texto	Reportagem
Editoria	Cidades
Categoria	Economia

Fonte: Elaborado pelo autor

A foto mostra a professora de música Vasty Nunes Pereira. Ela está em casa, sentada a frente de um notebook, com as mãos no rosto e um olhar fixo na tela. Os filhos dela estão ao lado. O Caetano, de 7 anos, segura uma bola de futebol e puxa o cabelo da mãe. Do outro, Nina segura a roupa da genitora, enquanto acolhe duas bonecas no braço. Segundo o texto informativo, são os dois filhos dela. A imagem não apresenta a figura paterna e atribui à mãe a responsabilidade dos afazeres domésticos, cuidados com os filhos, a condução da vida conjugal e encontrar tempo para organizar a gestão da jornada doméstica e profissional. Tudo isso adicionado à necessidade de ela trabalhar em home office durante a pandemia.

É importante salientar que, antes da década de 1970, no Brasil, havia uma perceptível divisão de tarefas por gênero. A mulher era responsável pelo cuidado doméstico e dos filhos. Já o homem se responsabilizava em obter recursos por meio do trabalho. O conceito de gênero adotado neste trabalho está associado aos comportamentos e características socialmente atribuídos aos homens e mulheres nos diversos contextos sociais. Em alguns lares, homens e mulheres executam funções múltiplas e equivalentes, inclusive, as tarefas domésticas e ações voltadas ao cuidado com os filhos (Deus, Schmitz, Vieira, 2021).

No entanto, a maior sobrecarga ainda está atrelada às mulheres, as quais, embora estejam inseridas no mercado de trabalho e com isso possam acessar maior autonomia e mudança de posição social, não têm a garantia de redução das responsabilidades vinculadas ao lar e aos filhos e têm condições de trabalho desiguais, quando comparadas aos homens. Além disso, lidam com o desafio de administrar uma dupla ou tripla jornada de trabalho (Deus, Schmitz, Vieira, 2021, p.2-3)

Segundo o texto, ela é casada e o marido trabalha presencialmente. O texto não cita a raça/cor do cônjuge. No entanto, sabe-se que ele se expôs ao risco do vírus. Então, a imagem revela uma realidade social formada por uma mulher preta que lida diariamente com a sobrecarga que relaciona as atividades do ambiente familiar e do expediente profissional.

Figura 8 - Shoppings abertos hoje com presentes a partir de R\$ 7



Fonte: edição do jornal *A Tribuna* publicada em 8 de agosto de 2020.

Quadro 4 – Shoppings abertos hoje com presentes a partir de R\$ 7

Informações do texto informativo	
Data	8 de agosto de 2020
Título	Shoppings abertos hoje com presentes a partir de R\$ 7
Formato do texto	Reportagem
Editoria	Cidades
Categoria	Economia

Fonte: Elaborado pelo autor

Na foto, a auxiliar de serviços gerais Valdirene da Silva e a filha Isabela Santos estão com uma xícara na mão. A reportagem traz um aspecto econômico da pandemia e apresenta opções de presentes para o Dia dos Pais. As personagens são mãe filha, que saíram de casa durante o isolamento social para comprar o presente relacionado à data. As duas estão usando máscaras. A imagem transmite uma mensagem que sugere restrição orçamentária, já que apresenta duas pessoas negras com uma objetos na mão em uma reportagem que aborda opções de presentes com preços a partir de R\$7. O conteúdo e a representação do povo negro mostram a dificuldade de renda em uma época marcada por dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e às mudanças sociais em razão do isolamento social e o medo de contaminação.

3.6 ANÁLISE POR EDITORIA: COTIDIANO

Na editoria *Cotidiano*, o tipo de formato de texto em que estão publicadas fotos de negros, durante o intervalo de seleção proposto no trabalho, é a *reportagem*. Diante disso, foram localizados dois textos neste formato. Cada um deles contém uma foto com pessoa negra. As duas imagens serão analisadas abaixo.

Figura 9: “Não desistimos do sonho de ter a festa de casamento”



Fonte: edição do jornal A Tribuna publicada em 11 de abril de 2020.

Quadro 5 – Não desistimos do sonho

Informações do texto informativo	
Data	11 de abril de 2020
Título	“Não desistimos do sonho de ter a festa de casamento”
Formato do texto	Reportagem
Editoria	Cotidiano
Categoria	Saúde

Fonte: Elaborado pelo autor

A reportagem publicada na página 10, no dia 11 de abril de 2020, trata do adiamento da data de casamento religioso Natania Souza Sodré e Amauri Ramos de Jesus. Por causa da pandemia, os dois casaram no cartório, mas preferiram adiar a cerimônia na igreja. Embora a notícia seja de suspensão de um planejamento feito por ambos, o casal sorri na foto e expressa a alegria da união. O contexto, apesar de apreensivo em relação à doença, não retrata a tristeza ou lamentação do povo negro. A dor existe, mas foi tratada com o significado de gratidão, por haver a possibilidade de remarcação do evento religioso.

Figura 10 - Abertas 16 mil vagas em cursos à distância



Fonte: edição do jornal *A Tribuna* publicada em 26 de agosto de 2020.

Quadro 6 – Abertas 16 mil vagas em cursos à distância

Informações do texto informativo	
Data	26 de agosto de 2020
Título	Abertas 16 mil vagas em cursos a distância
Formato do texto	Reportagem
Editoria	Cotidiano
Categoria	Educação

Fonte: Elaborado pelo autor

O personagem da foto, publicada em agosto de 2020, é o universitário Gabriel Costa de Jesus. Ele aparece sorrindo, pois a reportagem é positiva. O texto informa que o interesse pelo isolamento social determinado para proteger as pessoas do vírus, impulsionou a procura por cursos de graduação à distância. Na imagem, Gabriel aparece estudando. Na entrevista concedida ao jornal, ele conta, brevemente, que aprova a metodologia de ensino à distância, porque tem flexibilidade de horário. Portanto, a imagem não denota um sentimento indesejado ou negativo em relação ao personagem ou à situação vivida por ele.

3.7 ANÁLISE POR EDITORIA: REPORTAGEM ESPECIAL

A maioria das fotos onde os negros aparecem na editoria *Reportagem Especial* está distribuída no formato *nota com foto*. A partir deste filtro, 20 fotos serão analisadas.

Figura 11 - Preocupação no carro



Fonte: edição do jornal *A Tribuna* publicada em 12 de março de 2020.

Quadro 7 – Preocupação no carro

Informações do texto informativo	
Data	12 de março de 2020
Título	Preocupação no carro
Formato do texto	Nota com foto
Editoria	Reportagem Especial
Categoria	Economia

Fonte: Elaborado pelo autor

A nota com foto está no lado inferior direito da página. A imagem mostra o motorista de aplicativo Guilherme Augusto sem máscara ou qualquer outra medida de proteção contra o novo coronavírus. No texto, o trabalhador autônomo narra o quanto está exposto na jornada profissional e revela que já presenciou episódios de risco, e que por medo de ficar doente, providenciaria os equipamentos de proteção individual para não ser contaminado. A categoria da qual Guilherme faz parte está entre as atividades que não cessaram os serviços durante a pandemia. Com a suspensão dos serviços de transporte público coletivo, muitas pessoas optaram ou precisaram acionar o transporte por aplicativo. Conforme o Guilherme cita no texto, era comum dirigir acompanhado de passageiros com sintomas gripais.

Figura 12 - Máscaras



Fonte: Edição do jornal *A Tribuna* publicada no dia 20 de março de 2020

Quadro 8 - Máscaras

Informações do texto informativo	
Data	12 de março de 2020
Título	Máscaras
Formato do texto	Nota com foto
Editoria	Reportagem Especial
Categoria	Economia

Fonte: Elaborado pelo autor

A nota foto narra a realidade da pedagoga Raquel Dias Pereira e a mãe Jucineia Dias Pereira. Na imagem, as duas aparecem com máscaras e álcool, dois itens essenciais na proteção contra a Covid-19. A máscara reduz os riscos de contaminação, pois a infecção acontece também por vias respiratórias, quando as áreas da mucosa (nariz e boca) têm contato com o ambiente exterior. É importante destacar que no início o uso de máscara estava restrito aos profissionais da saúde. Em seguida, o uso foi designado às pessoas com sintomas da doença para proteger quem não estava infectado.

Posteriormente, a adoção do acessório foi generalizada. Algumas cidades atribuíram até multa para quem fosse flagrado sem o equipamento de proteção individual. As mudanças eram frequentes, pois “a cada semana há novas orientações, inclusive sobre as máscaras, para dar conta dos pontos que se movimentam junto às novas políticas sanitárias” (Santos, Pedro, p.4, 2020). Por fim, os cientistas identificaram que o uso frequente da máscara impediria novas ondas de contaminação e mortes.

Já o álcool era usado para higienizar as mãos, objetos e ambientes que poderiam ter sido contaminados por alguém doente. Por causa da falta de acesso aos equipamentos de proteção, aos produtos de higiene e por falta de informação, muitas pessoas contraíram a doença.

Figura 13 - Preocupação



Fonte: Edição do jornal *A Tribuna* publicada no dia 18 de março de 2020

Quadro 9 – Preocupação

Informações do texto informativo	
Data	18 de março de 2020
Título	Tive contato com caso suspeito e Uso de máscara nos coletivos
Formato do texto	Nota com foto
Editoria	Reportagem Especial
Categoria	Saúde

Fonte: Elaborado pelo autor

Na nota com foto publicada no lado esquerdo da página intitulada, “Tive contato com caso suspeito”, a estudante de farmácia, Geiza Almeida, aparece em um ponto de ônibus. Usando máscara, ela informa que trabalha em um hospital e afirma que teve contato com caso suspeito e que, por isso, estava usando máscara. A medida protege a estudante e as outras pessoas que compartilham o mesmo ambiente. Na frase atribuída à personagem, há menção à consciência e o dever dos profissionais de saúde em se manter saudáveis para cuidar dos outros. No entanto, a edição não menciona o fato de ela estar exposta no ambiente de trabalho, pois precisou trabalhar em uma unidade hospitalar, com todo o risco potencial de contaminação e usar

transporte público coletivo, o que aumenta as chances de contrair o vírus ou transmiti-lo a algum passageiro.

Na foto, publicada ao lado direito da página intitulada, “Uso da máscara nos coletivos”, a dona de casa, Lúcia Maria Ferreira, também está usando máscara e ainda segura um álcool, como se estivesse limpando as mãos. Ela conta que saiu de Linhares, em um ônibus, para realizar tratamento de saúde em Vitória, capital do Espírito Santo. Além da exposição de ter de sair de casa, ela passa ao menos 2h30 em um veículo coletivo com pessoas, que podem estar infectadas pelo SARS-CoV-2. Por isso, para evitar o contágio, a dona de casa não abre mão da máscara e do frasco de álcool.

As duas personagens citadas não puderam fazer o isolamento social e ficaram mais expostas ao vírus. O texto jornalístico não enfatiza isso. No entanto, as duas transmitem uma mensagem consciente do papel que cabe a elas no enfrentamento ao vírus e em relação às medidas de higiene, que elas devem adotar para reduzir as chances de contaminação.

Figura 14 – Cuidado e segundo atendimento



Fonte: Edição do jornal *A Tribuna* publicada no dia 14 de março de 2020

Quadro 10 – Cuidado e segundo atendimento

Informações do texto informativo	
Data	14 de março de 2020
Título	Cuidado e Segundo atendimento
Formato do texto	Nota com foto
Editoria	Reportagem Especial
Categoria	Saúde

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 11 – Eu te amo, pai

Informações do texto informativo	
Data	24 de abril de 2020
Título	Choro ao ver o filho
Formato do texto	Nota com foto
Editoria	Reportagem Especial
Categoria	Saúde

Fonte: Elaborado pelo autor

A foto mostra Ramon Pereira Salomão. Ele teve Covid-19 e está internado com sepse pulmonar. O texto mostra que ele foi beneficiado pelo programa Visita Virtual de um hospital particular e pode conversar com a família por meio de uma videochamada. Ele chorou durante o procedimento. A foto e o texto comovem pela história de amor registrada na nota com foto. Embora ainda seja uma abordagem de dor, e sobre o impacto negativo da pandemia na saúde dos capixabas, o conteúdo humaniza um homem preto e demonstra seus laços afetivos.

Figura 16 – É uma situação desesperadora

DIARISTA

Prioridade para mulheres e idosos

“É uma situação desesperadora”

A diarista Maria Auresa Oliveira dos Santos, de 40 anos, está na expectativa de receber o auxílio emergencial oferecido pelo governo. Como é chefe de família, ela espera obter o pagamento dos R\$ 1.200. A autônoma cria dois filhos e um sobrinho e tem renda mensal de aproximadamente R\$ 1.000 com os trabalhos que realiza. “Faço o que dá para sobreviver, inclusive trabalhos de mecânica e como pintora”, disse. Com o avanço da pandemia do novo coronavírus, Maria não tem encontrado oportunidades de trabalhar, ficando assim sem condições de sustentar a família. “Tenho sobrevivido com a ajuda de amigos e vizinhos, que me dão com cestinhas básicas. Já não sei o que fazer, é uma situação desesperadora”.

Orçamento de guerra é aprovado

O governo aprovou o orçamento de 2020, com um total de R\$ 1,6 trilhão. O plano prevê a redução de gastos com a folha de pagamento e com a dívida pública, além de a criação de novos programas de apoio à população. O documento também prevê a criação de um fundo de emergência para lidar com crises futuras.

Fonte: edição do jornal *A Tribuna* publicada no dia 04 de abril de 2020

Quadro 12 – É uma situação desesperadora

Informações do texto informativo	
Data	04 de abril de 2020
Título	“É uma situação desesperadora”
Formato do texto	Nota com foto
Editoria	Reportagem Especial
Categoria	Economia

Fonte: Elaborado pelo autor

A diarista Maria Aurea Oliveira dos Santos está com uma bicicleta. O título da nota com foto já descreve uma situação preocupante. O conteúdo ligado à economia cita que a mulher está na expectativa de receber o auxílio emergencial oferecido pelo governo. O benefício foi sancionado no dia 2 de abril de 2020, a partir do Projeto de Lei 13.982, que estabelece medidas de proteção social durante o período de enfrentamento da pandemia de Covid-19. Foi autorizado o pagamento no valor de R\$ 600,00, destinado às pessoas com mais de 18 anos, aos beneficiários do Programa Bolsa Família, às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais, aos trabalhadores informais, aos microempreendedores individuais (MEI) ou contribuintes individuais da Previdência Social (Marins *et al*, 2021).

Com renda mensal de R\$ 1 mil, a autônoma cria dois filhos e um sobrinho. O aporte financeiro do governo federal de R\$ 1,2 mil seria de suma importância para custear as despesas da família. De acordo com o texto, Maria é a chefe de família, realidade muito comum no Brasil. Dados da FGV Social apontam que 47% das mulheres não têm dinheiro para comprar comida. Entre os homens, o número cai para 26%.

A situação da fome em famílias chefiadas por mulheres foi agravada durante a pandemia. As mães, principalmente, foram bastante impactadas, pois muitas tiveram de cuidar dos filhos em um período que as instituições de acolhimento e ensino ficaram fechadas. Com o tempo preenchido pela responsabilidade do lar e da família, foram atingidas pelo desemprego e pela crise econômica que assolou alguns segmentos sociais (Pena, La Terza, 2022).

Figura 17 - Oportunidade



Fonte: Edição do jornal *A Tribuna* publicada no dia 05 de abril de 2020

Quadro 13 – Oportunidade

Informações do texto informativo	
Data	05 de abril de 2020
Título	Oportunidade
Formato do texto	Nota com foto
Editoria	Reportagem Especial
Categoria	Economia

Fonte: Elaborado pelo autor

Nesta nota com foto, a ambulante Leidy Dias aparece segurando máscaras de tecido. Ela está trabalhando em uma feira. No texto informativo, a vendedora relata que teve problemas financeiros por causa da pandemia. Antes da chegada do vírus, vendia toucas para restaurantes e pessoas que manuseiam alimentos. Por causa da doença, bares, lanchonetes e alguns serviços do ramo alimentício tiveram restrição de funcionamento. Alguns deixaram de funcionar naquele período. Diante disso, toda a cadeia de empregos do entorno foi atingida. Leidy mudou o ramo dos negócios e resolveu confeccionar máscaras de tecido. O trabalho deu certo. Neste contexto, a mulher preta é apresentada como empreendedora e resiliente, pois teve de buscar alternativas, que garantissem alguma renda mensal.

Com base no levantamento realizado por intermédio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua 2019), Marins *et al.* (2021) destaca que a informalidade, modo de obtenção de renda da Leidy, afeta a população de modo geral, mas se apresenta de maneira mais nociva entre as populações preta ou parda, entre as mulheres, entre os menos escolarizados e entre a população dos estratos de renda mais baixos.

É nesse ponto que a ideia, muitas vezes divulgada pela mídia, de que a doença e a crise provocadas pelo Coronavírus seriam “democráticas”, pode ser refutada. A partir dos dados divulgados recentemente pelos Boletins Epidemiológicos do Ministério da Saúde, até 14 de junho de 2020, 55% das mortes causada pela doença são de pretos e pardos, enquanto o percentual de morte de brancos é de 37% (p. 673).

Figura 18 – Momento de dificuldade



Fonte: Edição do jornal *A Tribuna* publicada no dia 23 de abril

Quadro 14 – Momento de dificuldade

Informações do texto informativo	
Data	23 de abril de 2020
Título	Alívio após desemprego
Formato do texto	Nota com foto
Editoria	Reportagem Especial
Categoria	Economia

Fonte: Elaborado pelo autor

A personagem da foto, sem máscara, é a porteira Zilda Maria Lima, demitida durante a pandemia do novo coronavírus. Sem renda mensal, diz que tem dívidas e necessidade de comprar alimentos. Atrás dela, pessoas se aglomeram na fila de uma instituição bancária. A nota com foto aborda questões econômicas de uma mulher preta desempregada e sem dinheiro para garantir acesso à alimentação. De acordo com a nota, a porteira está buscando informações para ter acesso ao dinheiro do auxílio emergencial depositado pelo governo federal às famílias de baixa renda. Os valores variavam de acordo com o perfil familiar do requerente.

Figura 19 – Dificuldade para conseguir trabalho



Fonte: edição publicada no jornal *A Tribuna* no dia 09 de abril de 2020

Quadro 15 – Dificuldade para conseguir trabalho

Informações do texto informativo	
Data	09 de abril de 2020
Título	Benefício em boa hora para diarista
Formato do texto	Nota com foto
Editoria	Reportagem Especial
Categoria	Economia

Fonte: Elaborado pelo autor

A diarista Lucineia Modesto de Araújo está sem máscara e aparenta um semblante triste, como se estivesse triste ou preocupada. Ela solicitou o auxílio emergencial no valor de R\$ 600 para garantir alguma renda mensal e comprar alimentos. Ela é casada, mas o marido também está desempregado, por causa da pandemia. E assim vai sendo reproduzido, repetidas vezes, o lugar do negro. Quando relacionado à sua condição de renda e vida, é inserido em temáticas de sofrimento, lamento e dificuldade de acesso à alimentação e dependente dos serviços do poder público, que garantem assistencialismo social.

Figura 20 – Recebeu aviso, mas conta estava zerada



Fonte: Edição publicada no jornal *A Tribuna* no dia 15 de abril

Quadro 16 – Recebeu aviso, mas conta estava zerada

Informações do texto informativo	
Data	15 de abril de 2020
Título	Recebeu aviso, mas conta estava zerada
Formato do texto	Nota com foto
Editoria	Reportagem Especial
Categoria	Economia

Fonte: Edição publicada no jornal *A Tribuna* no dia 15 de abril de 2020

A foto mostra a diarista Maria da Penha Conceição abraçada com a neta Nathielly Rosa, em frente a uma agência da Caixa. As duas não estão usando máscara. Maria da Penha também entrou na lista das solicitantes do auxílio emergencial fornecido pelo governo federal. Um dia antes de ir ao banco, recebeu mensagem dando conta de que o dinheiro estava disponível para saque. Quando chegou à instituição, não havia saldo em conta. Ela alegou urgência para recebimento do valor porque tem a guarda da neta. É válido destacar, que o trabalho das diaristas foi prejudicado, porque as famílias e empresas que contratavam as profissionais mantiveram o isolamento social e evitaram a entrada de outras pessoas naqueles ambientes. Com isso, as diaristas reduziram ou deixaram de ter renda mensal.

Figura 21 – Barbeiro elogia medida do governo



Fonte: Edição do jornal *A Tribuna* publicada no dia 10 de abril de 2020

Quadro 17 – Barbeiro elogia medida do governo

Informações do texto informativo	
Data	10 de abril de 2020
Título	Barbeiro elogia medida do governo
Formato do texto	Nota com foto
Editoria	Reportagem Especial
Categoria	Economia

Fonte: Edição publicada no jornal *A Tribuna* no dia 15 de abril de 2020

O barbeiro Ronaldo da Silva não ficou afastado das atividades profissionais durante a pandemia. O trabalho dele exige interação e vínculo direto com os clientes. Na nota com foto, ele elogia uma medida adotada pelo governo, que tem relação direta com a renda do entrevistado. Não é possível saber o semblante, mas é importante observar a exposição do barbeiro ao vírus, que provoca a Covid-19. A este profissional não foi viável manter o isolamento, pois ele precisava obter a renda mensal. O texto não informa se o personagem já foi contaminado pela Covid-19 e também não apresenta medidas de prevenção ao vírus.

Figura 22 – Trabalho em casa



Fonte: edição do jornal *A Tribuna* publicada no dia 03 de abril de 2020

Quadro 18 – Trabalho em casa

Informações do texto informativo	
Data	03 de abril de 2020
Título	Trabalho em casa
Formato do texto	Nota com foto
Editoria	Reportagem Especial
Categoria	Economia

Fonte: Edição publicada no jornal *A Tribuna* no dia 03 de abril de 2020

A social media Julia Reis Gama teve a oportunidade de trabalhar em casa durante a pandemia. Na imagem, ela está sentada à mesa, à frente de um notebook, usando fones de ouvido e um semblante sério. Julia ficou protegida da exposição ao vírus, mas viu a jornada de trabalho e o salário reduzidos em 25%. De acordo com os contratantes, a medida foi adotada para garantir a manutenção de boa parte das vagas ofertadas antes da pandemia. A medida tinha validade com base na aprovação da Medida Provisória 936/2020, que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, para enfrentar a crise causada pelo novo coronavírus. O texto define que o empregador está autorizado, mediante acordo com o trabalhador, a reduzir a jornada e o salário até entre 25% a 70% por até três meses.

Figura 23 - Apoio à sociedade



Quadro 19 – Apoio à sociedade

Informações do texto informativo	
Data	12 de março de 2020
Título	Preocupação no carro
Formato do texto	Nota com foto
Editoria	Reportagem Especial
Categoria	Economia

Fonte: Edição publicada no jornal *A Tribuna* no dia 15 de abril de 2020

Nesta página, que contém a nota com foto em análise, é possível aplicar a interpretação expressa na terceira fase do modelo cronológico de Clark, conforme Faria (2011), sobre a representação dos negros como elemento regulador, em que ocupam papéis de protetores e heróis, mas também a quarta e última fase, designada de “respeito”, que sugere um tratamento igualitário, com relação à representação de negros e brancos nas imagens noticiadas.

Na página 04, é publicada uma notícia intitulada, “*Outros heróis que fazem a diferença no isolamento*”, seguida de duas notas com fotos, ambas de pessoas negras trabalhando. Uma delas, uma mulher preta, como operadora de caixa de supermercado e sob título “Bem ao próximo”, e o outro, um homem preto, como coletor de lixo, sob título “Trabalho essencial”. A mensagem

imediate e aparente é a de que negros e os trabalhos que realizam ocupam lugares importantes e fundamentais para a vida em sociedade e, principalmente, de que esta mesma sociedade os reconhece e os valoriza.

Em uma perspectiva da análise de conteúdo é possível desvelar um sentido, um valor que orienta uma realidade já bastante consolidada: a de que pessoas negras trabalham, são expostas ao risco para que os outros fiquem em isolamento, cuidando e preservando suas vidas.

Também é possível observar que, à esquerda desta notícia e notas com fotos, há uma foto em destaque, um médico branco, noticiando *a luta pela vida nos hospitais*. A disposição de imagens pode também sugerir, em referência ao modelo de Clark, posições e tratamentos igualitários entre negros e brancos no jornalismo. A mensagem imediata, expressa pelos textos em questão, também sugere que todos são iguais - ou igualmente heróis - no contexto de pandemia.

Outro ponto importante para esta análise é pensar quais sentidos são produzidos para e pelos sujeitos, que se veem representados nos meios de comunicação. Indaga-se sobre as implicações para a formação e significação da identidade, constituição da subjetividade e, a partir disso, sobre processos de aceitação de lugares postos e dados. Bardin (1977), em sua obra *Análise de conteúdo*, ao analisar as comunicações de massa, a partir de uma revista feminina, propõe compreender como o Horóscopo se configura enquanto sistema de projeção. Para ela, o elemento comunicacional em questão (horóscopo da revista), se realiza enquanto um espelho, indicando uma identificação, e esse espelhamento pode não representar a realidade do objeto projetado, pois não reflete o sujeito, mas sim um modelo ideal e normativo.

O modelo ideal e normativo espelhado e projetado nas fotos e textos sobre a população negra do jornal *A Tribuna*, no contexto da pandemia, na visão desta pesquisa, parece ser o de um herói. Mas este é um espelho deformador, e “o leitor não sabe que ele é deformador: olha-o e reconhece-se” (Bardin, 1977, p. 75). Este espelho deformador irá normatizar a vida de sujeitos negros, impelindo-os a alcançar ou a aceitar os modelos de conduta expressos na notícia que, na análise desta pesquisa, referem-se não ao heroísmo, tal como conhecemos, mas ao martírio. Os sujeitos, que são expostos ao risco pelo bem da sociedade, sem partilhar as mesmas condições de cuidado e preservação, estão mais próximos dos mártires que dos heróis. Essa projeção da figura de herói, nos dados e códigos apresentados nas reportagens analisadas, transmite uma mensagem de sujeição e aceitação, quando se refere às pessoas negras, e produzirá um mecanismo de identificação pelo

assujeitamento, ou seja, pela apropriação do discurso, simbologia, sentido, conteúdo e mensagem expressos.

Figura 24 – Expectativa pela primeira parcela



Fonte: Edição publicada no jornal *A Tribuna* no dia 02 de maio de 2020

Quadro 20 – Contrato suspenso

Informações do texto informativo	
Data	02 de maio de 2020
Título	Expectativa pela primeira parcela
Formato do texto	Nota com foto
Editoria	Reportagem Especial
Categoria	Economia

Fonte: Edição publicada no jornal *A Tribuna* no dia 02 de maio de 2020

A imagem mostra Aline Coelho Silva usando máscara em um ambiente que remete ao seu antigo local de trabalho. Ela trabalhava em uma loja de roupas íntimas em um bairro periférico do município de Serra, região metropolitana de Vitória (ES), mas teve o contrato de trabalho suspenso por causa da pandemia. Ela conta que está sobrevivendo com as economias que tem, mas necessita receber a parcela do auxílio emergencial, benefício criado pelo governo federal para dar assistência às pessoas em vulnerabilidade a partir da chegada do novo coronavírus no Brasil.

Figura 25 – Vendas em casa para sobreviver



Fonte: Edição do jornal *A Tribuna* publicada no dia 06 de maio de 2020

Quadro 21 – Vendas em casa para sobreviver

Informações do texto informativo	
Data	06 de maio de 2020
Título	Vendas em casa para sobreviver
Formato do texto	Nota com foto
Editoria	Reportagem Especial
Categoria	Economia

Fonte: Edição publicada no jornal *A Tribuna* no dia 06 de maio de 2020

Diferentemente de boa parte das imagens analisadas, nessa, uma mulher preta é retrata na condição de comerciante. É alguém que acendeu de forma diferente em relação às projeções econômicas, mas que também não conseguiu fugir da crise causada pela pandemia. Trata-se de Rosana Gomes Dally. Ela tem uma loja física em Laranjeiras, considerado um bairro popular (Carlos, 2001) do município de Serra, região metropolitana de Vitória. No entanto, o governo estadual publicou um decreto proibindo a abertura de estabelecimentos comerciais como da Rosana. Impossibilitada de trabalhar, ela também não teve condições de pagar o aluguel. Diante disso, passou a trabalhar vendendo as peças de casa, pela internet. Segundo ela, o resultado ainda não era satisfatório e as vendas não foram suficientes. O texto reforça o receio e incerteza da comerciante em seguir trabalhando diretamente de casa, sem o contato com as clientes.

Figura 26 – Mais tranquilo



Fonte: edição do jornal *A Tribuna* publicada no dia 14 de maio de 2020

Quadro 22 – Mais tranquilo

Informações do texto informativo	
Data	14 de maio de 2020
Título	Mais tranquilo
Formato do texto	Nota com foto
Editoria	Reportagem Especial
Categoria	Saúde

Fonte: Edição publicada no jornal *A Tribuna* no dia 15 de abril de 2020

O pedreiro Sebastião Teixeira foi um dos escolhidos para receber o teste gratuito para identificar as pessoas contaminadas pela Covid-19. O resultado dele foi negativo. Na imagem, ele aparece usando máscara, fazendo um sinal de positivo com as duas mãos. A resposta do exame foi um motivo de alívio para Sebastião. No Espírito Santo, os dados do inquérito sorológico realizado pelo governo do Estado mostram que os negros são mais vulneráveis (os que mais morrem) por complicações causadas pela pandemia da Covid-19. No entanto, essa informação não consta na nota publicada.

Figura 27 – Em coma por 23 dias



Fonte: edição do jornal *A Tribuna* publicada no dia 27 de junho de 2020

Quadro 23 – Em coma por 23 dias

Informações do texto informativo	
Data	27 de junho de 2020
Título	Em coma por 23 dias
Formato do texto	Nota com foto
Editoria	Reportagem Especial
Categoria	Saúde

Fonte: Edição publicada no jornal *A Tribuna* no dia 15 de abril de 2020

A esteticista Silva Maria Cordeiro passou 48 dias internada, sendo 23 deles em coma. Ela aparece usando máscara e com o celular na mão. Na tela do aparelho, tem uma foto dela, no hospital, sentada em uma cadeira de rodas. Ela é hipertensa e tem diabetes, duas comorbidades que podem agravar a infecção por Covid-19. O texto não menciona a vulnerabilidade e a maior incidência da doença nos negros, mas a imagem e o relato, por si só, personalizam o que os dados pesquisados por esse trabalho já atestam, isto é, a fragilidade da população negra.

3.8 ANÁLISE GERAL DAS IMAGENS

Entre os meses de março e agosto de 2020, a pesquisa identificou 1.206 fotos nas páginas do jornal *A Tribuna*, que continham textos com alguma palavra-chave relacionada ao estudo desenvolvido. Dentro do filtro criado por este trabalho para definir quais fotos seriam analisadas, algumas imagens não entraram na seleção apresentada anteriormente. Elas foram classificadas na categoria *Outros* e somaram 642 imagens. Eram fotos em que apareciam agentes políticos, artistas (cantores, atrizes etc.), imagens montadas, desenhos ou ilustrações.

Durante a análise visual, as pessoas pretas e pardas apareceram sozinhas ou acompanhadas de outras pessoas negras, em 58 fotos. As pessoas brancas foram fotografadas, sozinhas ou acompanhadas de outras pessoas brancas, em 434 fotos. O estudo também somou os registros fotográficos, que mostram os brancos e negros no mesmo clique: 72.

Os negros aparecem, em maioria, em imagens associadas a problemas financeiros, bem como ao requerimento do auxílio emergencial oferecido pelo governo federal, problemas de acesso aos serviços de saúde, dificuldade de acompanhar as aulas em casa, remotamente, ou, então, de manter o trabalho ativo porque também são atravessados por questões familiares, como a criação dos filhos. A questão é que tudo isso é colocado sem que haja uma problematização do contexto. O que gera uma naturalização de posições sociais em que o negro é subalternizado ou como se a condição do negro sempre estivesse relacionada às dificuldades.

Em outra perspectiva, aparecem os brancos. Diferentemente do quadro dramático em que os negros são representados, as pessoas brancas são mostradas oferecendo serviços voluntários associados doação de alimentos ou produtos de higiene, ou então no ambiente de trabalho, em maioria, na área da medicina ou em profissões que permitem a realização do *home office*, ou ainda em casa, cuidando dos filhos ou exercendo alguma atividade para distrair no isolamento social. Não há, em nenhuma imagem localizada pela pesquisa uma pessoa branca sendo ilustrada em momentos de dificuldades financeiras em razão da pandemia. No dia 08 de junho de 2020, o jornal retratou a rotina de atividades da coordenadora de eventos Laysla Kieper. A empresa onde ela trabalha adotou aulas de ginástica *on-line* durante a quarentena.

Figura 28 – Exercícios contra a angústia



Fonte: Edição publicada no jornal *A Tribuna* no dia 08 de junho de 2020

Quando os negros estão ladeados dos brancos na foto há um contexto positivo. Seja praticando ioga ou alguma atividade física, recebendo ajuda com a doação de alimentos ou algum amparo social. No dia 29 de março, uma reportagem especial mostrou o casal Marcelo Rodrigues e Robson Modesto acompanhado do filho Vitório fazendo meditação. Todos com semblante alegre. Ao fundo, o mar. Uma imagem que transpõe serenidade e tranquilidade, sensações diferentes daquelas sugeridas em outros contextos envolvendo pessoas negras no jornal.

Figura 29 – Médicos e psicólogos



Fonte: edição do jornal *A Tribuna* publicada no dia 29 de março de 2020

Um exemplo de como se deu a representação por raça/cor está na edição do dia 05 de abril de 2020. Na editoria de *Reportagem Especial*, página 02, o jornal *A Tribuna* publicou uma reportagem intitulada “Heróis da medicina no combate ao coronavírus”, associada a uma foto/imagem de três médicos: uma mulher preta à frente, e dois homens brancos pouco atrás.

Aqui, é possível aplicar a interpretação expressa na terceira fase do modelo cronológico de Clark, conforme Faria (2011), sobre a representação dos negros como elemento regulador, em que ocupam papéis de protetores e heróis. Mas também a quarta e última fase, designada de “respeito”, que sugere um tratamento igualitário com relação à representação de negros e brancos nas imagens noticiadas. Na mesma página, no lado direito, é possível identificar outras pessoas brancas sozinhas ou acompanhadas de outras pessoas brancas nas fotos.

Figura 30 – Heróis da medicina no combate ao coronavírus



Fonte: edição do jornal *A Tribuna* publicada no dia 5 de abril de 2020

3.9 CONCEITO DE ENQUADRAMENTO NOTICIOSO

Diante deste contexto, o trabalho adotou a *frame analysis* (análise de enquadramento) para avaliar as reportagens que abordem a pandemia do coronavírus, e a negritude capixaba, a partir do entendimento de Robert Entman (1993), com contribuições de autores como Gonçalves (2005), Murilo César Soares (2009) e Rothberg (2010). Trata-se de uma teoria que auxilia na compreensão do processo de produção das notícias (Bonone, 2017). De uma forma simbólica, a prática analítica poderia ser apresentada tal qual uma janela, que permite a visualização de diferentes nuances, a partir do ponto de vista de quem observa os parâmetros.

Os enquadramentos apontam elementos da realidade e os destacam na produção textual (Entman, 1993). A pesquisa usou a abordagem teórico-metodológica de enquadramento noticioso, ou *framing*, para analisar os sentidos inseridos no material jornalístico, e para isso, também relacionou a apresentação, discussão, problematização ao aporte teórico de hegemonia em Gramsci.

De acordo com Rothberg (2010, p. 23), o enquadramento organiza ideias e é “[...] construído por meio de operações como seleção, exclusão ou ênfase de determinados aspectos e informações, compondo perspectivas gerais para a compreensão de acontecimentos e situações cotidianas”. O conceito de enquadramento é usado para analisar de que forma as informações podem ser selecionadas, valorizadas, destacadas, omitidas ou atenuadas e, assim, acabam produzindo entendimentos diferentes de uma mesma situação (Soares, 2009).

Para se produzir uma descrição competente de enquadramento, os métodos são variados. Uma maneira simplificada consiste em inventariar itens de informação que podem ser classificados em categorias de seleção, exclusão e ênfase. A primeira envolve os dados apresentados pelo texto, em oposição à segunda, que estima as informações que deveriam estar presentes a fim de atender os critérios de pluralidade e equilíbrio em enquadramentos *temáticos*, completos o suficiente para um entendimento mais amplo do assunto em questão. Já a ênfase é percebida a partir da identificação dos elementos que se destacam de alguma forma na matéria, seja porque são ressaltados na forma de título, lide, olho, linha fina, planejamento gráfico e fotografia, ou são articulados como conclusão de reportagem (Rothberg, 2007, sp).

Mendonça e Simões (2012) destacam que foi Gregory Bateson quem apresentou a noção de enquadramento (ou *enquadre*), ao promover estudos no campo da psicologia. O inglês usou a comunicação para compreender fenômenos psicopatológicos. De acordo com Gonçalves (2005), foi por meio dele que o *frame* foi incorporado em estudos das ciências sociais e humanas. Isso se deu quando ele analisou paradoxos da comunicação nos níveis metacomunicativo e metalinguístico.

Gonçalves (2005) explica que o enquadramento é um conceito empregado nos estudos comunicacionais como uma abordagem para análise da construção narrativa jornalística e seus mecanismos de produção de sentido. Pode-se dizer que a ideia central do conceito de enquadramento está relacionada às características presentes no processo de seleção de mensagens dos enquadramentos psicológicos (Tuchman, 1978, apud Gonçalves, 2005).

Segundo Porto (2002), com base neste entendimento, o sociólogo Erving Goffman, criou a obra *Frame Analysis: na essay on the organization of experience* (1974). O livro tem sua importância quanto ao emprego do enquadramento como método de análise dos fenômenos sociais. Os estudos de Goffman apontam que os enquadramentos representam um método que organiza e opera a construção da percepção humana em relação às questões do dia a dia ao responder o questionamento “O que está acontecendo aqui?”. A busca e o encontro por essa resposta promovem, então, a compreensão e produção do sentido a tais acontecimentos ou situações cotidianas observados no contexto onde o enquadramento está sendo feito.

Traduzida para o português brasileiro em 2012, a obra de Goffman recebeu o título “*Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*” e revela como o autor define a “análise dos quadros”:

Pressuponho que as definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo neles; quadro é a palavra que uso para me referir a esses elementos básicos que sou capaz de identificar. Esta é a minha definição de quadro. Minha expressão “análise de quadros” é um *slogan* para referir-me ao exame, nesses termos, ao exame da organização da experiência (Goffman, 2012, p. 34).

A primeira aplicação de destaque acerca do conceito de enquadramento se deu no livro “*Making News*”, da socióloga Gaye Tuchman, em 1978 (Porto, 2002). Baseado em Goffman, Tuchman explica que, por meio do enquadramento, é possível perceber de que forma as notícias constroem e delimitam a realidade. E que realidade seria essa? Para Campos (2015), o enquadramento direciona os sentidos a um caminho que perpassa por manutenção das expressões em um determinado modelo, em que alguns aspectos ganham destaque, enquanto outros não. De todo o modo, isso não implica negativamente na construção da realidade.

Partindo da ideia central de Goffman, de que a experiência social de cada sujeito determina como ele enquadra a realidade ao seu redor – com base nos quadros de referência primários –, e aplicando aqui o conceito de enquadramento às práticas jornalísticas, entende-se, por exemplo, que um acontecimento a ser fomentado como notícia pode ser relativamente o mesmo, mas o seu enquadramento, de acordo com normas técnicas do jornalismo – pode sofrer variações, porque certos indivíduos podem apresentar perspectivas diferentes de outros para os mesmos fatos, estando propensos a empregar níveis de enfoque distintos para enquadrá-los (Torres, 2020).

Ricardo Fabrino Mendonça e Paula Guimarães Simões (2012, p. 187) explicam que o “conceito de enquadramento tem impulsionado investigações empíricas de diversas naturezas no campo das ciências humanas”. Os pesquisadores argumentam que o estudo do enquadramento define perspectivas que permitem ao interlocutor uma interpretação da mensagem transmitida naquela narrativa jornalística usada como parâmetro de estudo.

[...] no cerne desse tipo de operacionalização, reside uma preocupação em compreender o modo como discursos estabelecem molduras de sentido, enquadrando o mundo a partir de perspectivas específicas. Busca-se pensar a maneira como o próprio conteúdo discursivo cria um contexto de sentido, convocando os interlocutores a seguir certa trilha interpretativa (Mendonça; Simões, 2012, p. 193).

Com foco nisto, Porto (2002) e Mendonça e Simões (2012) explicitam a importância do conteúdo produzido pelo pesquisador Robert Entman ao adotar o conceito de enquadramento, sobretudo, no jornalismo. Para Entman (1993, p. 52), enquadrar é o ato de selecionar aspectos da realidade “percebida e fazê-los salientes em um texto comunicacional, de forma que se promova a definição de um problema particular, uma interpretação causal, uma avaliação moral, e/ou um tratamento recomendado” (tradução nossa).

Quando o pesquisador faz sua análise a partir do enquadramento, ele tem a possibilidade de localizar e interpretar como o texto exerce “influência sobre a consciência humana [...] pela

transferência (ou comunicação) de informação de um lugar - como a fala, o discurso, notícias ou um romance - para aquela consciência” (Entman, 1993, p. 51-52, tradução nossa).

Por meio dessa abordagem, é possível também perceber que as mensagens jornalísticas podem definir problemas, diagnosticar de que forma eles foram causados e sugerir apontamentos e alternativas para solucionar as questões levantadas. Um enquadramento, no entanto, não precisa necessariamente conter todas essas funções e pode, inclusive, destacar uma delas.

Ao definir problemas, os enquadramentos determinam um agente causal e o que ele está fazendo, quais os cursos e benefícios, que são medidos por meio de valores culturais comuns; ao diagnosticar causas, há a identificação das forças criadoras do problema; ao fazerem julgamentos morais, eles avaliam os agentes causais e seus efeitos; e, por fim, ao sugerirem soluções, os enquadramentos apontam e justificam alternativas de ação interventiva aos questionamentos descobertos e podem supor os efeitos esperados a partir do que for adotado.

Dessa forma, é possível dizer, ainda com base em Entman (1993), que os enquadramentos ocupam os seguintes postos no processo comunicacional: o comunicador, o texto, o receptor e a cultura. Seja de forma consciente ou não, o comunicador faz sua avaliação ao promover o enquadramento sobre o assunto abordado. É neste momento que o comunicador é guiado por parâmetros que organizam seus procedimentos e sistemas de crenças.

O profissional que atua com o jornalismo não tem a vida baseada somente nas experiências institucionais. Além do trabalho, mantém círculos sociais fora daquele ambiente e, por isso, recebe estímulos diferentes a todo o instante. Diante disso, Carvalho (2009) ressalta, sob a perspectiva de Tuchman, que as interações sociais devem ser consideradas quando os quadros de referência são adotados durante uma análise de um determinado acontecimento.

E os operadores jornalísticos, além de não escaparem a essa condição, exercem uma atividade profissional que tem dentre as suas especificidades múltiplas dimensões de negociação com uma grande quantidade de sujeitos/atores sociais. Como consequência, produzem significados que são mais complexos do que aqueles a que são constrangidos pelas relações institucionalizadas (Carvalho, 2009, p. 7).

Soares (2009) considera que a análise de matérias jornalísticas, por meio do enquadramento, é adequada porque a metodologia revela os pilares que sustentam a apresentação dos fatos e acontecimentos. De forma ainda mais aprofundada, mostra os tópicos escolhidos pela construção discursiva, ao relatar o recorte da realidade narrado para a audiência. Dessa forma, é possível destacar ou perceber o que foi evidenciado, ressaltado ou omitido.

Entre as reportagens identificadas durante a análise exploratória das edições do jornal impresso *A Tribuna*, foram selecionados seis sobre a pandemia da Covid-19, publicadas no período em que o recorte temporal foi definido, conforme as figuras a seguir. Os conteúdos são os principais assuntos da página e foram apresentados com fotos, tabelas, infográficos e outros elementos visuais. As pautas mostram duas pesquisas sobre infecção e morte no Espírito Santo, outra traz os números de capixabas infectados, outro texto informa que os bairros populares registraram mais mortes por Covid-19, uma sobre insegurança alimentar em bairros periféricos e ainda uma reportagem que fala que os latinos são os mais afetados nos Estados Unidos.

Após a análise de 1.576 textos informativos, que tratam da Covid-19 no Espírito Santo, pelo jornal impresso *A Tribuna*, dois mencionaram o quesito raça/cor pretos e pardos. Levando em consideração a fundamentação teórica presente neste trabalho, também é possível relacionar o território negro às comunidades periféricas, àquelas pessoas que usam o transporte coletivo, aos trabalhadores informais e também às pessoas que mais sofreram um impacto econômico e social durante a pandemia. Diante deste cenário, outros textos que mencionam este debate também foram incluídos no quadro abaixo que resultou no enquadramento apresentado.

Figura 31 – Frame texto: Onde doar para quem sofre com a pandemia

“Essas famílias precisam de tudo. O pouco que a gente consegue é muito para elas. Pegando um pouquinho de cada, a gente conseguiu ajudar 62 famílias. Foi muito gratificante”, disse a bancária Cinthia Passabão, de 37 anos.

Em Vitória, o coletivo Beco criou a “Favela contra o Coronavírus” e conta com o apoio de outros 10 grupos. A campanha está levando cestas básicas e produtos de

limpeza e higiene a moradores carentes de nove comunidades do município: Bairro da Penha, São Benedito, Jaburu, Engenharia, Itararé, Consolação, Floresta, Bonfim e Gurigica.

“Já levamos cestas básicas para 200 famílias. Estamos com mais 300 famílias cadastradas para serem beneficiadas”, explica Crislayne Zeferina, de 27 anos, membro do coletivo Beco.

Reportagem Especial

ONDE DOAR PARA QUEM SOFRE COM A PANDEMIA

Diante da crise que o País enfrenta, muita gente quer ajudar quem precisa. Mas onde doar? Onde doar para quem sofre com a pandemia?

Em Vitória, o coletivo Beco criou a “Favela contra o Coronavírus” e conta com o apoio de outros 10 grupos. A campanha está levando cestas básicas e produtos de limpeza e higiene a moradores carentes de nove comunidades do município: Bairro da Penha, São Benedito, Jaburu, Engenharia, Itararé, Consolação, Floresta, Bonfim e Gurigica.

“Já levamos cestas básicas para 200 famílias. Estamos com mais 300 famílias cadastradas para serem beneficiadas”, explica Crislayne Zeferina, de 27 anos, membro do coletivo Beco.

ALGUNS LOCAIS

1. Favela “Lafayette”
O coletivo Beco criou a “Favela contra o Coronavírus” e conta com o apoio de outros 10 grupos. A campanha está levando cestas básicas e produtos de limpeza e higiene a moradores carentes de nove comunidades do município: Bairro da Penha, São Benedito, Jaburu, Engenharia, Itararé, Consolação, Floresta, Bonfim e Gurigica.

2. Favela “Lafayette”
O coletivo Beco criou a “Favela contra o Coronavírus” e conta com o apoio de outros 10 grupos. A campanha está levando cestas básicas e produtos de limpeza e higiene a moradores carentes de nove comunidades do município: Bairro da Penha, São Benedito, Jaburu, Engenharia, Itararé, Consolação, Floresta, Bonfim e Gurigica.

3. Favela “Lafayette”
O coletivo Beco criou a “Favela contra o Coronavírus” e conta com o apoio de outros 10 grupos. A campanha está levando cestas básicas e produtos de limpeza e higiene a moradores carentes de nove comunidades do município: Bairro da Penha, São Benedito, Jaburu, Engenharia, Itararé, Consolação, Floresta, Bonfim e Gurigica.

4. Favela “Lafayette”
O coletivo Beco criou a “Favela contra o Coronavírus” e conta com o apoio de outros 10 grupos. A campanha está levando cestas básicas e produtos de limpeza e higiene a moradores carentes de nove comunidades do município: Bairro da Penha, São Benedito, Jaburu, Engenharia, Itararé, Consolação, Floresta, Bonfim e Gurigica.

5. Favela “Lafayette”
O coletivo Beco criou a “Favela contra o Coronavírus” e conta com o apoio de outros 10 grupos. A campanha está levando cestas básicas e produtos de limpeza e higiene a moradores carentes de nove comunidades do município: Bairro da Penha, São Benedito, Jaburu, Engenharia, Itararé, Consolação, Floresta, Bonfim e Gurigica.

6. Favela “Lafayette”
O coletivo Beco criou a “Favela contra o Coronavírus” e conta com o apoio de outros 10 grupos. A campanha está levando cestas básicas e produtos de limpeza e higiene a moradores carentes de nove comunidades do município: Bairro da Penha, São Benedito, Jaburu, Engenharia, Itararé, Consolação, Floresta, Bonfim e Gurigica.

7. Favela “Lafayette”
O coletivo Beco criou a “Favela contra o Coronavírus” e conta com o apoio de outros 10 grupos. A campanha está levando cestas básicas e produtos de limpeza e higiene a moradores carentes de nove comunidades do município: Bairro da Penha, São Benedito, Jaburu, Engenharia, Itararé, Consolação, Floresta, Bonfim e Gurigica.

8. Favela “Lafayette”
O coletivo Beco criou a “Favela contra o Coronavírus” e conta com o apoio de outros 10 grupos. A campanha está levando cestas básicas e produtos de limpeza e higiene a moradores carentes de nove comunidades do município: Bairro da Penha, São Benedito, Jaburu, Engenharia, Itararé, Consolação, Floresta, Bonfim e Gurigica.

9. Favela “Lafayette”
O coletivo Beco criou a “Favela contra o Coronavírus” e conta com o apoio de outros 10 grupos. A campanha está levando cestas básicas e produtos de limpeza e higiene a moradores carentes de nove comunidades do município: Bairro da Penha, São Benedito, Jaburu, Engenharia, Itararé, Consolação, Floresta, Bonfim e Gurigica.

10. Favela “Lafayette”
O coletivo Beco criou a “Favela contra o Coronavírus” e conta com o apoio de outros 10 grupos. A campanha está levando cestas básicas e produtos de limpeza e higiene a moradores carentes de nove comunidades do município: Bairro da Penha, São Benedito, Jaburu, Engenharia, Itararé, Consolação, Floresta, Bonfim e Gurigica.

Fonte: edição do jornal *A Tribuna* publicada em 1 de abril de 2020.

Quadro 24 – Onde doar para quem sofre com a pandemia

Funções do enquadramento	
Data	1 de abril de 2020
Título	Onde doar para quem sofre com a pandemia
Fonte (s)	Sociedade civil: Maíra Araújo; Cinthia Passabão; Crislayne Zeferino
a) Problema	Falta de dinheiro para comprar alimentos e produtos de higiene e limpeza
b) causa	Crise econômica e financeira provocada pela pandemia da Covid-19
c) julgamento moral	Nenhum julgamento moral é feito
d) proposição de solução	Arrecadar alimentos para doar às famílias

Fonte: elaborado pelo autor, a partir do modelo de Entman, adaptado por Silva e Raposo (2021).

O lead aborda o quanto a união de esforços de diferentes setores e representantes da sociedade civil organizada pode transformar positivamente a vida das pessoas, que enfrentam dificuldades para comprar alimentos e produtos de higiene pessoal e de limpeza doméstica em tempos de enfrentamento ao vírus da Covid-19. A necessidade do alimento é vital. No caso dos produtos de limpeza, a aquisição de itens como detergente, sabonete e álcool 70° era indispensável para higienizar o corpo, os objetos e ambientes, levando em consideração o comportamento do vírus e as formas de contágio. O texto, disposto como principal destaque da página, trata da (a) dificuldade das famílias em adquirir recursos necessários para irem às compras, essa dificuldade atribuída ao coronavírus (b), que mudou a rotina social e fez com que muitos trabalhadores deixassem seus postos de trabalho. Neste contexto, Alpino *et al* (2020) destaca que os impactos sociais e econômicos causados pela doença podem afetar a segurança alimentar e nutricional.

[...] especialmente se considerarmos as situações de desigualdade social, de renda, étnico-racial, de gênero e de acesso a serviços de saúde 10. O *Relatório Global sobre Crises Alimentares* estima que 135 milhões de pessoas apresentavam insegurança alimentar em 2019, mas em entrevista o economista Daniel Balaban, do Programa Mundial de Alimentos, projeta que, devido aos efeitos econômicos e interrupções da cadeia de suprimentos decorrentes da COVID-19, este número poderia alcançar 265 milhões de pessoas. A pandemia afeta a oferta e demanda de alimentos, reduz o poder de compra e a capacidade de produzir e distribuir alimentos, afetando especialmente os mais vulneráveis (p. 2).

O texto, no entanto, não faz nenhum julgamento (c). O veículo informativo ouviu fontes da sociedade civil organizada tais quais a empresária identificada como Maíra Araújo, a bancária Cinthia Passabão e a membro do coletivo denominado Beco, que criou o Projeto Favela Contra o Coronavírus. A reportagem mostra iniciativas (d) que buscam arrecadar alimentos, que serão doados aos moradores “carentes”, conforme o texto explica. Os beneficiários são as “famílias carentes mais prejudicadas com o isolamento social”. Em Vitória, serão contempladas pessoas que moram em comunidades como Bairro da Penha, São Benedito, Jaburu, Engenharia, Itararé,

Consolação, Floresta, Gurigica e Bonfim. Juntos, estes locais integram o Território do Bem (Biscotto, 2019).

Em 2019, segundo último levantamento realizado no local, o Território contava com população aproximada de 31 mil habitantes, sendo 81% de pessoas autodeclaradas negras (pretas e pardas) e 82% do sexo feminino. Entre os dados apontados, os números revelaram que a maioria dos moradores têm casa própria, o ensino fundamental incompleto e mais de 30 anos de idade.

As ações reveladas de solidariedade de apoio demonstradas na publicação atingem um público mais impactado pelas contaminações. Mesmo diante dos indicadores sociais, do fato que as comunidades periféricas são largamente ocupadas por pessoas pretas e pardas, o jornal não aborda declaradamente a relação ou suscita a vulnerabilidade da população negra. Se aproxima do público pesquisado pelo autor, mas não menciona a sua existência diretamente.

Figura 32 – Frame text: Maioria dos mortos nos EUA são latinos

CORONAVÍRUS

Maioria dos mortos nos EUA são latinos

Relatório aponta que 34% das vítimas fatais da doença, em Nova Iorque, são hispânicos. Muitos deles viviam em situação ilegal no país

NOVA IORQUE, EUA

A maioria dos mortos pelo novo coronavírus na cidade de Nova Iorque, a mais afetada pela pandemia nos Estados Unidos, são latinos, informou ontem o prefeito Bill de Blasio.

Um relatório preliminar aponta que 34% dos 3.602 mortos pela Covid-19 até ontem são hispânicos, que constituem 29% da população da maior cidade americana, de 8,6 milhões de habitantes.

"É uma disparidade flagrante", assinalou o prefeito, em entrevista coletiva.

De Blasio citou como um dos principais motivos o idioma e anunciou uma nova campanha de informação sobre o coronavírus em 14 línguas.

"O que aconteceu no último par de anos levou muitos imigrantes, principalmente os sem documentos, a se afastarem dos locais onde normalmente buscariam apoio ou atendimento médico", comentou, referindo-se à política anti-imigração do governo Trump.

Um terço dos hispânicos que vivem em Nova Iorque, cerca de 1 milhão de pessoas, são imigrantes sem documentos ou seguro médico, segundo estimativas do governo municipal.

Muitos deles não podem cumprir quarentena e são obrigados a trabalhar como entregadores, faxineiros ou babás para alimentar suas famílias. Vários deixam de buscar atendimento médico por medo de serem deportados.

O novo coronavírus também

afeta os afro-americanos de forma desproporcional em Nova Iorque, com 28% das mortes, quando eles representam 22% da população. Cerca de 27% das mortes pela Covid-19 envolveram pessoas brancas (32% da população) e 7%, asiáticas (14% da população).

NO PAÍS

Os Estados Unidos registraram mais 35 mil casos de infecção pelo novo coronavírus, em um período de 24 horas, segundo dados compilados pela Universidade Johns Hopkins. O país soma mais de 435 mil casos confirmados de Covid-19 — o maior índice do mundo.

Ao todo, os EUA já registraram 14.793 mortes pela doença, ainda de acordo com a Johns Hopkins.

O segundo país com mais casos no mundo é a Espanha, com 148.220. Itália (139.422), França (113.959) e Alemanha (112.113) vêm em seguida. Esses dados incluem infectados, curados e mortos.

Suplemento Especial

Mais rigor da polícia para manter isolamento

A polícia de Nova Iorque anunciou que vai aumentar o rigor na fiscalização do isolamento social. Os agentes vão fazer visitas domiciliares para verificar se as pessoas estão seguindo as regras de distanciamento social. A medida é parte de uma campanha de conscientização sobre o coronavírus.

Os agentes vão fazer visitas domiciliares para verificar se as pessoas estão seguindo as regras de distanciamento social. A medida é parte de uma campanha de conscientização sobre o coronavírus.

Cinco em cada cem pacientes morrem no Brasil

Segundo o Ministério da Saúde, o Brasil registra uma taxa de mortalidade de 5% entre os pacientes com coronavírus. Isso significa que, para cada 100 pessoas infectadas, cinco morrem. A taxa varia entre os estados, sendo mais alta em São Paulo e Rio de Janeiro.



Espanha cria 'Arcos de Noé' para isolar doentes

A Espanha criou 'Arcos de Noé' para isolar doentes. São estruturas temporárias montadas em áreas abertas, onde os pacientes são tratados e isolados, evitando a contaminação de outros.

Fonte: edição do jornal A Tribuna publicada em 9 de abril de 2020.

Quadro 25 – Maioria dos mortos dos EUA são latinos

Funções do enquadramento	
Data	9 de abril de 2020
Título	Maioria dos mortos nos EUA são latinos
Fonte (s)	Prefeito de Nova Iorque, Bill de Blasio
a) Problema	Latinos e afro-americanos são os que mais morrem por Covid-19 em Nova Iorque (EUA).
b) causa	O texto sugere que os latinos estão se infectando porque têm de trabalhar. Por isso, se expõem mais. Sem atendimento médico, morrem
c) julgamento moral	A política de anti-imigração pode ter afastado o público dos hospitais, pois muitos habitam o país ilegalmente e temem a deportação
d) proposição de solução	Campanha de informação sobre o coronavírus em 14 línguas

Fonte: elaborado pelo autor a partir do modelo de Entman, adaptado por Silva e Raposo (2021).

O texto publicado no dia 9 de abril de 2020, menos de um mês após a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarar a pandemia, não trata diretamente do Espírito Santo, mas apresenta dados que revelam como o vírus se comporta e que tipo de público ele atinge em Nova Iorque (a), cidade mais afetada pelo novo coronavírus nos Estados Unidos. Na análise creditada ao prefeito da cidade, Bill de Blasio, a reportagem destaca que os latinos são os que mais morrem pelas complicações provocadas pela doença.

O relatório preliminar indica que 34% dos 3.062 mortos eram hispânicos, que constituem 29% da população da maior cidade americana. A fonte oficial não apresenta as causas, mas supõe que a falta de documentação dos doentes combinada com a política anti-imigração do governo Trump teria afastado essas pessoas dos postos de atendimento médico. Com medo de serem detidos e deportados, as pessoas não buscavam tratamento.

Outro fator agravante, segundo o texto, é que muitas dessas vítimas eram pessoas que não puderam cumprir a quarentena porque eram obrigadas a trabalhar como entregadores, faxineiros ou babás. Ao final da publicação, a edição cita que os afro-americanos são afetados de forma desproporcional pelo vírus, o que significa 28% das mortes, quando eles representam 22% da população. Diante das informações, nota-se que existe uma discussão em torno de quem é mais prejudicado e por quais motivos, mesmo que hipotéticos àquela altura.

Esse enquadramento, na nossa avaliação, é importante porque atesta como as pessoas da cidade estão sendo impactadas. Trata-se de uma questão de mostrar como a apuração pode ressaltar

aspectos sociais, que dizem respeito à identidade do povo onde o coronavírus está instalado. Outro ponto que chama a atenção é justamente a ausência de qualquer conexão com o Espírito Santo ou até mesmo o Brasil nesta reportagem.

Figura 33 – Frame texto: Estado já registra mais de 100 mortes

Primeiras mortes foram registradas há um mês. Maioria apresentava hipertensão, diabetes, problemas cardíacos ou obesidade

Eliane Proscholdt

Há exatamente um mês, o novo coronavírus (Covid-19) fazia as duas primeiras vítimas fatais no Estado. Hoje o número assusta: já são 101 mortes. Também é crescente o número de casos confirmados: 2.913. Desse, 897 entraram nas estatísticas de quem conseguiu vencer essa batalha. A taxa de letalidade é de 34,7%.

Os dois primeiros casos foram de um aposentado de 57 anos e um sargento da Marinha, de 40 anos. De lá até agora, a maioria apresentava comorbidades, como hipertensão, diabetes, problemas cardíacos ou obesidade.

Só que as mortes ocorridas no Espírito Santo já revelam que a Covid-19 também é capaz de matar até quem não tem doenças associadas, a exemplo do servidor público Joaquim Corrêa Filho, o Júnior, de 49 anos, que estava internado há 17 dias para tratar o novo coronavírus e no último domingo teve uma parada cardíaca e não resistiu.

A mulher de Júnior, a auxiliar de saúde bucal Wallesca de Brito Flor Correa, 45, revelou em reportagem publicada na última quarta-feira que o marido não fumava, não tinha vício, bebia uma tacinha de vinho de vez em quando, não tinha hipertensão, diabetes, nenhuma comorbidade. “A morte dele deixou até a equipe médica consternada, pois eles estavam muito

confiantes na recuperação dele”, disse ela, na ocasião.

Os últimos dados divulgados ontem pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) apontam que mais oito pessoas morreram, sendo a maioria do sexo masculino.

Entre as mulheres, estão: uma moradora da capital, de 70 anos, e duas de Cariacica, de 64 e 67.

Dos homens, dois eram moradores da Serra, de 65 e 86 anos; outro, de 57 anos, morava em Vitória. Os demais moravam em Aracruz e Lúna, com 54 e 57 anos, respectivamente.

O bairro que conta com o maior número de mortes (oito) e de casos (109) confirmados continua sendo Jardim Camburi, em Vitória. O segundo bairro com mais casos no Estado é Praia da Costa (100).

SUA IGREJA COM APLICATIVO EXCLUSIVO

Uma plataforma única com transmissão de culto ao vivo, mural de orações, agenda de eventos, gestão de doações online e muito mais! Mantenha sua igreja ativa!

Estado já registra mais de 100 mortes

Primeiras mortes foram registradas há um mês. Maioria apresentava hipertensão, diabetes, problemas cardíacos ou obesidade.

Quem morreu?
Há exatamente um mês, o novo coronavírus (Covid-19) fazia as duas primeiras vítimas fatais no Estado. Hoje o número assusta: já são 101 mortes. Também é crescente o número de casos confirmados: 2.913. Desse, 897 entraram nas estatísticas de quem conseguiu vencer essa batalha. A taxa de letalidade é de 34,7%.

Quadro 26 – Estado já registra mais de 100 mortes

Funções do enquadramento	
Data	2 de maio de 2020
Título	Estado já registra mais de 100 mortes
Fonte (s)	Secretaria de Estado da Saúde (Sesa)
a) Problema	Aumento de contaminações e mortes provocadas pela Covid-19
b) causa	Complicações causadas pelo vírus SARS-CoV-2 no organismo humano
c) julgamento moral	Nenhum julgamento moral é feito
d) proposição de solução	Nenhuma solução é apontada

Fonte: elaborado pelo autor, a partir do modelo de Entman, adaptado por Silva e Raposo (2021).

O enquadramento geral é iniciado com uma comparação, que revela a velocidade de infecção do vírus, que causa a Covid-19. O texto, disposto como principal destaque da página, trata da evolução do número de (a) casos confirmados e de mortes, a publicação aponta que os números podem ou não estar relacionados a doenças diagnosticadas anteriormente. O texto, no entanto, não faz nenhum julgamento (c) ou propõe solução (d). O conteúdo somente apresenta os dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), do governo do Estado.

Sem revelar características físicas ou identificar as vítimas, o texto relembra os dois primeiros óbitos registrados no Espírito Santo. Em seguida, cita que a Covid-19 tem provocado a morte de pessoas saudáveis e de capixabas com comorbidades. O conteúdo também aborda o gênero das pessoas que mais morrem, a idade e até mesmo os municípios onde residiam. Ao final, o jornal *A Tribuna* ainda elenca os dois bairros com maior índice de mortes e de pessoas com diagnósticos positivos para a doença.

Embora esteja repleto de informações gerais acerca do comportamento da pandemia no Estado, o texto não detalha a raça/cor de quem está sendo atingido pela doença. Sendo assim, entende-se que o veículo atua com uma noção hegemônica de abordagem do fato, uma vez que não informa além das especificidades factuais/tradicionais, não assume ou não compreende questões estruturais à sociedade capixaba, formada majoritariamente por pretos e pardos. Conforme era anunciado pelos cientistas e especialistas em saúde, a informação sobre os cuidados de higiene do corpo, roupas e ambientes, combinado com o distanciamento social, era a melhor alternativa de prevenção contra o vírus causador da Covid-19, até a chegada das vacinas, que só aconteceu no Espírito Santo no dia 18 de janeiro de 2021.

Figura 34 – Frame texto: Bairros populares têm mais mortes

Reportagem Especial
CORONAVÍRUS

Bairros popula

Embora bairros nobres registrem mais casos, o índice de letalidade na periferia da Grande Vitória é maior, apontam dados do Estado

Fabiana Tostes

Embora a pandemia no Estado tenha se iniciado em bairros nobres e se jama de lá o maior número de registros de casos, é na periferia e em bairros populares que se concentra a maior parte das mortes.

A letalidade – que é a relação de óbitos em meio ao número de casos – do coronavírus no Estado é de 3,67%. Mas em bairros populares da Grande Vitória esse número alcança 20, 50, 60 e até 100%, como é o caso do bairro Santos Reis (antigo São Pedro 4), em Vitória, que registrou um caso de coronavírus – de uma mulher com mais de 90 anos – que morreu.

Já no bairro Praia da Costa, em Vila Velha, onde foi registrado o 1º caso no Estado – em uma mulher que viajou para a Itália e voltou in-

fectada – foram registrados, até ontem, 111 pacientes com Covid-19, mas com uma morte.

O grau de letalidade no bairro é de 0,9%. Somado a Itapuã, os dois bairros registraram 202 casos e quatro, das 22 mortes ocorridas em Vila Velha.

No município da Serra, que é o que registra o maior número de mortos no Estado, 45, apenas o bairro de classe média Colina de Laranjeiras apresenta número baixo de letalidade: 1,85%. Dos 54 pacientes do bairro, um morreu.

O que contrasta com o bairro José de Anchieta I, onde 14 pessoas se infectaram e quatro morreram (índice de letalidade de 28,37%).

Em Vitória, o bairro com o maior número de casos do Estado – Jardim Camburi – tem 116 pacientes de Covid-19 e registrou oito mortes. A taxa de letalidade do bairro é de 6,9%.

O bairro Joana D'Arc, com cinco infectados e uma morte, tem letalidade de 20%. Os dados são do Painel Covid-19.

MIGRAÇÃO

No último sábado, durante coletiva de imprensa, o governador Renato Casagrande chamou a

Bairros populares têm mais mortes

Embora bairros nobres registrem mais casos, o índice de letalidade na periferia da Grande Vitória é maior, apontam dados do Estado

COVID-19 NA GRANDE VITÓRIA

Bairro	Casos	Mortes	Letalidade (%)
Jardim Camburi	116	8	6,9
Santos Reis	1	1	100
Praia da Costa	1	1	100
Colina de Laranjeiras	54	1	1,85
Joana D'Arc	5	1	20
Serra	45	4	8,9
Itapuã	202	4	1,98

Fonte: edição do jornal A Tribuna publicada em 5 de maio de 2020.

Quadro 27 – Bairros populares têm mais mortes

Funções do enquadramento	
Data	5 de maio de 2020
Título	Bairros populares têm mais mortes
Fonte (s)	Renato Casagrande, governador do Espírito Santo; Painel Covid-19
a) Problema	Índice de letalidade da Covid-19 é maior na periferia da Grande Vitória
b) causa	Não foi apresentada uma causa
c) julgamento moral	Não há
d) proposição de solução	Respeitar o isolamento/distanciamento social

Fonte: elaborado pelo autor a partir do modelo de Entman, adaptado por Silva e Raposo (2021).

A reportagem traz a lista dos bairros com mais mortes provocadas pela Covid-19 no Espírito Santo, no primeiro ano de pandemia (a). O texto não informa qual a causa da letalidade (b), mas ressalta que os primeiros casos de contaminação foram registrados nos bairros nobres. Ao longo do conteúdo informativo, a repórter Fabiana Tostes destaca os números divulgados no Painel Covid-19, plataforma do governo do Estado que reúne dados sobre a pandemia no Espírito Santo. O acesso ao painel é gratuito e permitido a qualquer pessoa conectada à internet.

O texto não caracteriza ou define o bairro popular, mas segundo Carlos (2001), as pessoas com alto poder aquisitivo moram nos bairros nobres e nos bairros populares residem as pessoas com menor poder aquisitivo. Além da renda, o estilo de vida nessas regiões também varia. Enquanto no primeiro, as pessoas ocupam menos espaços públicos, no segundo, as pessoas entendem as vias urbanas como parte do imóvel onde residem.

Mesmo sem esse detalhamento, a página contém uma tabela com os nomes dos logradouros com maior incidência positiva para o vírus em Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana. Diante do que está exposto, entende-se bairro popular como as localidades periféricas, distantes da área central dos municípios supracitados. A tabela inserida na página mostra o número de casos, mortes e a letalidade da doença em cada bairro.

“Estima-se que o risco de morrer por COVID-19 possa ser até 10 vezes maior entre indivíduos residentes de bairros mais vulneráveis da mesma cidade e que negros têm chance 62% maior de ser vítimas do vírus” (Demenech, 2020, p. 10). Os pretos e pardos compõem, em maioria, os bairros periféricos e, geralmente, são regiões com infraestrutura diferente daquela oferecida às outras regiões, afinal, são espaços que não contam com equipamentos públicos e moradias que podem não oferecer a segurança e condições necessárias à proteção contra o coronavírus.

Portanto, a fala do governador Renato Casagrande orientando o isolamento social, em casa, pode resultar em maior exposição dos moradores de imóveis localizados nos bairros populares. Consequentemente, um dos fatores que potencializam o maior número de óbitos e maior taxa de letalidade nestas regiões pode estar vinculado às condições físicas desses ambientes.

Figura 35 – Frame texto: Testes em casas mostram que 84 mil tiveram o vírus



Fonte: edição do jornal *A Tribuna* publicada em 19 de maio de 2020.

Quadro 28 – Testes em casas mostram que 84 mil tiveram o vírus

Funções do enquadramento	
Data	19 de maio de 2020
Título	Testes em casas mostram que 84 mil já tiveram o vírus
Fonte (s)	Secretaria de Estado da Saúde (Sesa)
a) Problema	Quase 90 mil capixabas infectados com o coronavírus
b) causa	O texto não apresenta uma causa
c) julgamento moral	O texto não faz um julgamento moral
d) proposição de solução	O texto não apresenta solução para evitar o contágio, mas orienta procurar atendimento em caso de aparecimento de sintomas

Fonte: elaborado pelo autor a partir do modelo de Entman, adaptado por Silva e Raposo (2021).

Uma pesquisa desenvolvida pelo governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), apontou que 84.391 moradores, de 19 cidades capixabas, contraíram o novo coronavírus (a). A descoberta se deu por meio de testes rápidos, realizados nas casas das pessoas, escolhidas por meio de sorteio. O inquérito sorológico detalha gênero, idade, raça/cor, existência ou não de comorbidades e ainda se os moradores contaminados tinham ou não sintomas da doença.

Na reportagem principal da página, a publicação não destaca o quesito raça/cor no texto. No entanto, em um quadro abaixo, dentro de um elemento gráfico, um pequeno box mostra as variações de índices relacionadas à cada raça/cor. De acordo com a reportagem, os pretos e pardos representam 69,1% dos infectados, os brancos 28,9% e os amarelos são 1%.

O veículo não faz nenhum tipo de menção específica à população negra, que representa 62,2% dos habitantes do Espírito Santo. Além de não mencionar ou questionar os motivos das infecções, a reportagem também não apresenta nenhuma informação relacionada aos cuidados para evitar o contágio, condições de vulnerabilidade da população negra ou qualquer fator que condicione a infecção às questões sociais, que permeiam os casos relacionados à Covid-19.

Figura 36 – Frame texto: Estudo aponta que 386 mil foram infectados

Perfil da população

- > AS MULHERES representam 66,3% das pessoas analisadas que testaram positivo para a doença.
- > ENTRE OS HOMENS, o percentual foi de 33,7%.
- > A FAIXA ETÁRIA da população que fez parte da pesquisa entre 41 e 60 anos de idade foi a mais afetada: 36,9% apresentaram resultado positivo. Entre as pessoas de 20 a 40 anos, 32,5% estavam contaminadas pela Covid-19.
- > NO QUESITO raça e cor, a população de pretos e pardos infectados pelo vírus somam 65,9%, o que representa mais do que o dobro da população de brancos contaminados, sendo 32,6%.

JÁ ENTRE OS que usam transporte coletivo **por mais de 60 minutos ao dia**, foram infectados **11,7%.**

ENTRE os que usam o transporte coletivo **mais de 4 vezes por semana**, **21,9%** estavam infectados.

Cura sem internação

- > 30,4% DOS infectados pelo novo coronavírus não apresentaram sintomas da doença.
- > DO TOTAL de infectados, 36% buscaram atendimento nas unidades de saúde.
- > A PESQUISA indica que a Covid-19 é curada de forma espontânea em cer-

Estudo aponta que 386 mil já foram infectados no Estado

Muito da 60% os curados tem gravidade de internação

Usários de ônibus são 42% do total de contaminados

Fonte: edição do jornal A Tribuna publicada em 19 de maio de 2020.

Quadro 29 – Estudo aponta que 386 mil foram infectados

Funções do enquadramento	
Data	28 de junho de 2020
Título	Estudo aponta que 386 mil já foram infectados no Estado
Fonte (s)	Nésio Fernandes, secretário de Estado da Saúde (Sesa)
a) Problema	Número de infectados pela Covid-19 no Espírito Santo
b) causa	Aceleração da doença e expansão do vírus nas cidades do interior
c) julgamento moral	O texto não faz um julgamento moral
d) proposição de solução	Não retomar atividades paralisadas por conta da pandemia no estado

Fonte: elaborado pelo autor a partir do modelo de Entman, adaptado por Silva e Raposo (2021).

Para identificar o impacto da pandemia de coronavírus nos municípios capixabas, o governo do Estado desenvolveu um estudo para mapear a doença. O inquérito sorológico mostrou que, em junho de 2020, 386.193 pessoas (a), que estavam no Espírito Santo, tinham sido infectadas pelo

vírus Sars-CoV-2. Os dados foram revelados pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesa). O texto não detalha motivação para os registros, mas destaca que a doença apresentara uma fase de aceleração (b). Não há detalhamento da circunstância, no entanto, o governo afirma que não é o momento de flexibilizar medidas e autorizar retomada de atividades de diversos segmentos.

Em uma tabela “Saiba mais” o veículo impresso detalha alguns dados disponibilizados pelo Executivo estadual. Entre as informações, cita as cidades onde o teste foi realizado, o período da análise, o perfil dos contaminados (gênero, faixa etária, raça/cor). Em meio aos 1.756 textos com as palavras-chave relacionadas à Covid-19, a pesquisa exploratória realizada pelo autor encontrou somente dois textos (este e outro publicado em maio), que tratam especificamente do impacto da doença respiratória na população negra (pretos e pardos) capixaba.

Não foi um questionamento do veículo entender o perfil das vítimas no Estado. Não há, no gênero textual, nenhum aprofundamento ou contextualização sobre os aspectos que tornam as pessoas negras vulneráveis à contaminação. O texto explicita a amplitude da doença aos negros em comparação com as pessoas brancas. O conteúdo diz que os pretos e pardos representam 65,9% dos infectados, o que significa mais que o dobro dos brancos, sendo estes 32,6%. A reportagem também revela que as pessoas que usam ônibus também indicaram mais suscetibilidade em relação à infecção provocada pelo vírus.

3.10 ANÁLISE GERAL DOS TEXTOS

No período destacado na pesquisa, entre os meses de março a agosto de 2020, foram localizados 1.576 textos sobre o coronavírus no jornal *A Tribuna*. São 767 textos no formato notícia; 585 no tipo reportagem; 157 notas com foto; 35 entrevistas; e 32 notas. Desse total, somente dois textos mantém relação direta com o tema do estudo e abordam como o vírus atingiu a população negra capixaba. Os demais materiais jornalísticos tratam questões relacionadas à economia, saúde e educação de forma geral, sem nenhum recorte de raça ou cor.

Considerando as categorias definidas pelo presente estudo, foram identificados 1.059 textos com informações ligadas à saúde, o que envolve medidas de prevenção ao vírus, uso de medicamentos e pesquisas acerca do comportamento da doença no Brasil e no mundo. Em seguida, 420 textos sobre a economia. As matérias apresentavam as alternativas do governo para estancar a crise financeira, que atingiu parte dos brasileiros durante a pandemia, relatavam histórias de quem precisava do auxílio emergencial e também mostravam a realidade dos capixabas que encaravam dificuldade para obter renda ou oportunidade de trabalho.

Sobre educação, os textos discutiam a suspensão das aulas presenciais. Com o passar dos meses, traziam informações sobre como funcionaria o modelo remoto, a dificuldade de adequação ao modelo por parte dos professores e alunos bem como a incerteza dos gestores políticos quanto ao emprego mais seguro de uma estratégia que uniria a manutenção das aulas e proteção contra o novo coronavírus. Embora não tenha levantado pautas diretas sobre a população negra capixaba, o jornal *A Tribuna*, em determinados momentos, se aproximou do assunto.

Nas páginas em que apresentava os bairros com mais casos confirmados e mortes, por exemplo, o veículo impresso apresentava os dados divulgados pelo governo estadual, que indicava as regiões periféricas como as mais incidentes do vírus. Localizações geográficas que são habitadas, majoritariamente, por pessoas pretas e pardas. O impresso também mostrava a lotação dos postos de saúde e a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando esta pesquisa foi idealizada, os relatórios científicos e as notícias publicados acerca da Covid-19 mostravam o esforço dos pesquisadores em descobrir os impactos do vírus SARS-CoV-2, causador da doença, nos seres humanos. Em um estado formado, majoritariamente, por pessoas pretas e pardas surgiu o interesse em entender como era a cobertura da Covid-19 relacionada à população negra do Espírito Santo em um veículo popular.

O jornal *A Tribuna* foi escolhido por ter periodicidade diária com circulação no Espírito Santo. Outro fator que motivou a escolha por este veículo foi a passagem do autor da pesquisa na função de repórter no veículo estudado, o que se deu em dois períodos. O primeiro entre junho de 2009 a junho de 2012. E o segundo entre dezembro de 2019 a janeiro de 2020.

No início do enfrentamento ao vírus no Brasil, era bastante divulgada a afirmação de que a pandemia era democrática. Sendo uma doença transmitida pelo ar, quando as mucosas (nariz e boca) recebiam gotículas de saliva de alguém doente, qualquer pessoa não protegida poderia estar propensa a ser contaminada. No entanto, à medida que a humanidade lidava com o novo coronavírus, identificava situações que potencializavam os riscos.

Até o início da vacinação, as medidas contra a contaminação eram manter o distanciamento social e higienizar o corpo, ambientes e objetos com sabonete ou álcool solução 70°. Em um país desigual, não foram todas as famílias que acessaram os itens necessários ou mantiveram o isolamento. Profissionais como motoristas de aplicativo (transporte e *delivery*), as trabalhadoras domésticas e diaristas, os porteiros, operadores de caixa, agentes das forças de segurança pública e profissionais da saúde foram alguns que não pararam as atividades, conforme mostrou a cobertura do jornal *A Tribuna*.

A maioria dos profissionais era formada por pessoas negras. Eram trabalhadores expostos diariamente no trajeto em ônibus lotados, enquanto criavam alternativas para garantir a renda e o sustento pessoal e familiar e, infelizmente, enfrentavam o risco de contrair a doença para não sucumbir à fome. Os estudos realizados neste trabalho apontaram também o impacto que as condições de moradia, que influenciavam na contaminação, sobretudo, a falta de acesso à água potável e ao saneamento básico, sendo a higienização uma solução para evitar o contágio.

Todas essas questões sociais que assolam o Brasil, desde antes da pandemia, foram consideradas na pesquisa, pois mostraram a desigualdade e davam indicativos da aparência do novo coronavírus. Aparência, que não ficou definida a partir do jornalismo praticado por *A*

Tribuna. Tendo em vista a autodeclaração de ser um veículo popular, o objeto deste estudo não se mostrou alinhado às questões sociais, de acordo com a função que o jornalismo se compromete a exercer (Pontes, 2015). O papel do jornal *A Tribuna*, que era informar acerca da doença e seus desdobramentos foi apresentado. No entanto, não houve uma discussão aprofundada ou interessada em saber quem eram os agentes sociais em vulnerabilidade. O viés social e a desigualdade que comprometiam a proteção ao vírus quase/praticamente não foram abordados.

O racismo estrutural, ancorado em uma prática comunicacional hegemônica, contribuiu para que o debate racial não fosse colocado em pauta somente duas reportagens, mas sem qualquer aprofundamento da discussão. As abordagens não foram idealizadas pela equipe de reportagem do jornal, mas sim, extraídas de um conteúdo com recorte racial apresentado pelo Governo do Estado. Por outro lado, os pretos e pardos estavam representados como personagens que careciam de assistência, amparo e/ou oportunidades. Neste cenário, o drama negro estava escancarado, muitas vezes, como uma história casual surgida com a chegada da tal pandemia democrática.

O desemprego, a insegurança alimentar e condições precárias de habitação não nasceram em 2020 junto com a pandemia. Foi sobre esse aspecto que o trabalho também fomentou a discussão em torno da cobertura. O estudo teve início com a seleção dos textos entre 11 de março e 31 de agosto de 2020, que compreende o período em que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia do novo coronavírus. Neste intervalo, foram analisadas 607 páginas das edições do jornal, que foram disponibilizadas gratuitamente no site do veículo.

Foram contabilizados 1.576 textos relacionados à Covid-19. Durante a pesquisa exploratória, foram identificados somente dois textos, que trataram diretamente sobre o impacto do novo coronavírus nas pessoas autodeclaradas pretas e pardas. As matérias estavam dispostas no formato reportagem e nenhuma delas foi proposta pelo veículo, eram resultados de um inquérito sorológico feito pelo governo estadual, que continha o recorte raça\cor. Isso quer dizer que os dados foram apresentados pelo Executivo estadual.

Importante salientar que antes da publicação destes dois textos, que continham menções aos negros, a primeira abordagem do *A Tribuna*, em relação às populações vulneráveis à Covid-19, tratou da realidade dos latinos dos Estados Unidos, ou seja, havia o interesse pela pauta, no entanto, a cobertura citou outro território e desconsiderou os habitantes do Espírito Santo.

Os conteúdos também se aproximaram da negritude quando o veículo impresso pontuou, por duas vezes, que os bairros populares e periféricos eram as regiões com o maior número de casos

confirmados da doença. É neste território que os negros estão. Ou seja, chegaram perto, mas não ampliaram a discussão acerca da vulnerabilidade e dos fatores que contribuíram para que as famílias daquelas localidades ficassem mais doentes do que de áreas distintas.

Outra população que aparece timidamente na cobertura é a indígena. Dos 78 municípios, eles não estão presentes somente em Governador Lindenberg (Rabelo, 2023). Este grupo étnico não era o foco, mas foi identificado que os povos *guarani e tupiniquim* também foram mencionados em duas notícias. Levando em consideração que existiram 1.576 textos, por qual motivo a população negra do Espírito Santo não foi reportada em mais matérias?

É válido destacar, que a opção pela pauta acerca dos americanos ecoa no discurso e postura adotados pelo governo federal, na figura do então presidente Jair Bolsonaro (PSL, na época). Ainda no primeiro ano de combate à doença, o mandatário brasileiro discursou diversas vezes elogiando o trabalho, também negacionista, do então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicanos). Tanto Bolsonaro quanto Trump eram contra o fechamento do comércio e a paralisação de atividades industriais em favor da economia, mesmo que isso compromettesse o isolamento social.

Àquela época, os pronunciamentos, entrevistas e comentários de Bolsonaro fomentavam a ideia de que a doença não acometia quem praticava atividades físicas ou estava fisicamente saudável. As informações influenciavam bastante pessoas, e davam vazão à ideologia de que a doença era igualitária e, talvez, não tão perigosa, e que o risco dependia do esforço individual. Até a eficácia das vacinas foi questionada publicamente pelo Executivo federal. Em uma condução política perigosa do ponto de vista social e de saúde pública, muitas intervenções em direção ao combate ao vírus foram determinadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e adotados pelos estados brasileiros.

É importante ressaltar ainda, que a implementação do quesito raça/cor e etnia, nos sistemas de informação em saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), no contexto da Covid-19, foi tardia. A incorporação dos dados nos formulários de atendimento dos pacientes do SUS é obrigatória desde 2017 por meio da Portaria nº344. As informações geradas a partir deste preenchimento, que deve ser feito pelos profissionais que atuam nos serviços de saúde, pode servir para a definição de políticas públicas voltadas a toda população (Brasil, 2017).

Para Moraes *et al.* (2022) a não implementação desses marcadores, desde o início dos registros de casos, está intimamente relacionada às desigualdades sociais históricas de um país marcado por uma estrutura racista que é sistemática. Para tanto, houve a necessidade de manifestação e reivindicação dos movimentos sociais, sobretudo, militantes do movimento negro e das organizações de saúde, que operam coletivamente, e, assim, os dados passaram a ser coletados a partir da autodeclaração das pessoas que buscavam atendimento de saúde.

Conforme Almeida (2019) destaca, é preciso entender o racismo como parte da estrutura social, sendo assim, sua manifestação não precisa ser intencional. Desse modo, a não compilação de informações, que representam o impacto da doença na população brasileira, pode ser encarado como mecanismo de manutenção do racismo. Moraes *et al.* (2022, p. 64) traduz isto ao dizer que “em outros termos, é notório que a implementação tardia desses marcadores raciais reflete o posicionamento estatal quanto ao seu real propósito: a preservação da presente conjuntura”.

Uma conjuntura desafiadora, em que a maioria dos brasileiros, que depende exclusivamente do SUS, é formada por negros, que tem diagnósticos de doenças como diabetes, hipertensão, anemia e tuberculose. Estas e outras enfermidades, que eram consideradas comorbidades, que potencializam o estado clínico de quem é acometido pela Covid-19. O racismo estrutural e velado no Brasil, ligado fortemente às questões sociais, acaba sendo explicitado em situações que evidenciam a dificuldade de acesso a atendimento médico ou demais serviços de atendimento à população.

Esse movimento de apagamento da realidade também acontece em outras esferas. Nesse estudo, foram identificadas 1.076 imagens. O material estava distribuído em três editorias. Desse total, 434 fotos eram de pessoas brancas; 58 pessoas negras; 72 imagens com pessoas negras e brancas no mesmo quadro; e 542 fotos de objetos figuras públicas ou autoridades.

Nas análises realizadas por este trabalho, foi possível observar que a maioria das fotos mostram os negros em uma posição de subserviência em troca de remuneração, e obrigados a servir outras pessoas, porque precisavam daquele rendimento mensal proveniente do trabalho, sobretudo, durante a pandemia. Enquanto isso, há fotos em que os brancos aparecem educando ou divertindo os filhos em casa durante o isolamento social, aproveitando momentos relaxantes com atividades de exercício físico e mental ou trabalhando remotamente, protegidos no lar.

A representação em *A Tribuna* variou de acordo com o tom de pele. A mensagem entranhada nos textos, e na disposição das imagens, traduziu o lugar que cada cidadão capixaba ocupava,

de acordo com a linha editorial do veículo. O que foi percebido era uma proximidade com o discurso bolsonarista, uma manutenção do consenso conduzido pela hegemonia branca e o silenciamento de um grupo étnico que serve para servir. Embora invisível, o que ficou perceptível era que, de fato, o vírus tinha cor e endereço bem definidos no Espírito Santo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jorge. A relação entre a mídia e a sociedade civil em Gramsci. **Compólitica**, v. 1, n. 1, p. 119-132, 13 abr. 2011.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.

ALPINO, Tais de Moura Arizo, *et al.* **COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais**. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/JfJpwMh9ZDrrsM9QG38VnBm/#>. Acesso em 12 jun. 2023.

ANDERSON, C. W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. Tradução de Ada Félix. **Revista de Jornalismo ESPM**, n. 5, ano 2, p. 30-89, abr./jun. 2013.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. **A territorialidade dos quilombos no Brasil contemporâneo: uma aproximação**. In: SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira (Orgs.) **Igualdade racial no Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes**. Brasília: Ipea, 2013.

ANTUNES, Ricardo. Ricardo Antunes: A expansão do trabalho uberizado nos levará à escravidão digital. **ABET**, 2020. Entrevista concedida a Patricia Facchin. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/ricardo-antunes-a-expansao-do-trabalho-uberizado-nos-levara-a-escravidao-digital/>. Acesso em 22 jul. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

ARAUJO, R. Uso do transporte público na Grande Vitória sobe para 55% em relação ao início da pandemia. Folha Vitória. 2020. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/geral/noticia/08/2020/uso-do-transporte-publico-na-grande-vitoria-sobe-para-55-em-relacao-ao-inicio-da-pandemia> Acesso em 20 out. 2023.

AULAS da rede estadual no ES são suspensas para evitar contágio por novo coronavírus. **G1 ES**, 16 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2020/03/16/aulas-da-rede-estadual-no-es-sao-suspensas-para-evitar-contagio-por-novo-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 11 out. 2023.

AVILEZ, Larissa. Primeiro caso de coronavírus no ES ocorreu na Quarta-feira de Cinzas. **A Gazeta**, 13 maio 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/primeiro-caso-de-coronavirus-no-es-ocorreu-na-quarta-feira-de-cinzas-0520>. Acesso em: 29 jun. 2022.

BADDINI, Bruna; FERNANDES, Daniel. Primeira pessoa é vacinada contra a Covi-19 no Brasil. **CNN Brasil**, 17 jan. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/primeira-pessoa-e-vacinada-contracovid-19-no-brasil/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

BARBOSA, M. C. **História Cultural da Imprensa - Brasil (1900-2000)**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BATISTA, L. E; PROENÇA, A; SILVA, A. Covid-19 e a população negra. **Interface**, Botucatu, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.210470>. Acesso em 20 jan. 2021.

BISCOTTO, Denise Barbieri, 2019. **Pesquisa:** saberes, fazeres e perfil dos moradores do Território do Bem. Disponível em: <https://fundaes.org.br/project/pesquisa-saberes-fazeres-e-perfil-dos-moradores-do-territorio-do-bem-2019/>. Acesso em 13 jun. 2022.

BORELA, Suzanne. A configuração narrativa no jornalismo: perspectivas e potencialidades. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 18., set. 2020, Brasília. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2020/paper/view/2567>. Acesso em: 17 jan. 2022.

BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Org.). **Mídia e racismo**. Brasília: ABPN, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n.344, de 1º de fevereiro de 2017**. Dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0344_01_02_2017.html. Acesso em: 29 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Recomendação nº 029, de 27 de abril de 2020**. 2020c. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1142-recomendacao-n-029-de-27-de-abril-de-2020>. Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Acha que está com sintomas da COVID-19?** Brasília, 8 abr. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/sintomas>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus Brasil**. Brasília, 13 mar. 2022. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 13 mar. 2022.

BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco; ROSA, Johnny de Moura. “OS LEPROSOS DOS ANOS 80”, “CÂNCER GAY”, “CASTIGO DE DEUS”: homossexualidade, aids e capturas sociais no brasil dos anos 1980 e 1990. Revista Observatório, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 751-778, 1 jan. 2018. Universidade Federal do Tocantins. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n1p751>.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CAHÚ, Giselle. **A importância da habitação durante a pandemia da Covid-19**. CITInova, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 16 dez. 2020. Disponível em: <https://citinova.mctic.gov.br/a-importancia-da-habitacao-durante-a-pandemia-do-covid-19/>. Acesso em: 13 nov. 2021.

CAMPOS, L. A. A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa. **Opinião Pública**, Campinas, SP, v. 20, n. 3, p. 377-406, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641565>. Acesso em: 24 jun. 2022.

CAMPOS JR., Geraldo. Coronavírus: Casagrande determina fechamento do comércio no ES. **A Gazeta**, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/economia/coronavirus-casagrande-determina-fechamento-de-comercios-no-es-0320>. Acesso em: 29 jun. 2022.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2001.
CARVALHO, Carlos Alberto. Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico. **Contemporânea**, v. 7, n. 2, dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3701/2885>. Acesso em: 14 nov. 2021.

CASTILHO, F. João Santos foi uma lenda do empresariado brasileiro. **JN C Negócios**. 2022. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/jc-negocios/2022/12/15147344-joao-santos-foi-uma-lenda-do-empresariado-brasileiro.html> Acesso em 30 nov. 2023.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean. **Natureza e transformação do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2016.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A crise do jornalismo tem solução?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

D'ARCADIA, João Guilherme da Costa Franco Silva; CARVALHO, Juliano Maurício de. **As novas territorialidades da informação e o não-lugar da notícia**. Comunicação Mídia e Consumo, v. 19, n.50, p. 522-535, 2020. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/194358>>. Acesso em 01 ago. 2022.

DEMENECH, Lauro Miranda, *et al.* Desigualdade econômica e risco de infecção e morte por Covid-19 no Brasil. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200095>. Acesso em 24 de set. 2023.

DEUS, Meiridiane Domingues de; SCHMITZ, Mariana Effting de Sousa; VIEIRA, Mauro Luís. Família, gênero e jornada de trabalho: uma revisão sistemática de literatura. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v.14, n.1, p.1-28, abr.2021. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202021000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 out. 2023. <http://dx.doi.org/10.36298/gerais202114e15805>.

DINES, Alberto. **O papel do jornal: tendências da comunicação e do jornalismo**. Rio de Janeiro: Artenova, 1977.

DOS SANTOS, Vanessa Cedraz, *et al.* **Saúde da população negra no contexto da pandemia da covid-19: uma revisão narrativa**. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 1, p. 23062320, 2021.

ENTMAN, Robert M. Framing: toward a clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Painel Covid-19:** Estado do Espírito Santo. Disponível em: <https://coronavirus.es.gov.br/painel-covid-19-es>. Acesso em: 13 mar. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento. Instituto Jones dos Santos Neves. **Síntese dos indicadores sociais do Espírito Santo:** análise das condições de moradia. Vitória, 2018. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/6262>. Acesso em: 19 fev. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Saúde. **Governo do Estado lança sistema público para consulta dos dados da Covid-19.** Vitória, 15 abr. 2020. Disponível em: <https://saude.es.gov.br/Not%C3%ADcia/sesa-lanca-sistema-publico-para-consulta-dos-dados-da-covid-19>. Acesso em: 15 jun. 2022

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto institui Mapa de Gestão de Risco para a Covid-19 no Espírito Santo.** Disponível em: <https://saude.es.gov.br/Not%C3%ADcia/decreto-institui-mapa-de-gestao-de-risco-para-a-covid-19-no-espírito-santo> Acesso em: 30 nov. 2023.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Painel Covid-19:** Estado do Espírito Santo. Vitória, 2021. Disponível em: <https://coronavirus.es.gov.br/painel-covid-19-es>. Acesso em: 14 nov. 2021.

EXAME. **Brasil encerra 2022 com taxa de desemprego de 9,3%, menor patamar desde 2015.** Disponível em: <https://exame.com/economia/brasil-encerra-2022-com-taxa-de-desemprego-media-de-93-menor-patamar-desde-2015/> Acesso em 30 nov. 2023.

FARIA, Sibele Gomes de Santana. **Um estudo longitudinal das representações dos afrodescendentes em propagandas impressas – 1980-2010.** 2011. 154 f. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2011.

FERRARI, H. Brasil fecha 2021 com 12 milhões de desempregados, diz IBGE. **PODER 360.** 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/brasil-fecha-2021-com-12-milhoes-de-desempregados-diz-ibge/> Acesso em 30 nov. 2023.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo:** teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

FONSECA, Francisco. **Desenvolvimento e meios de comunicação:** teorização e práxis. 2011. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:dzaromqxcSAJ:https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area9/area9-artigo1.pdf&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 5 ago. 2022.

FORDE, Gustavo Henrique Araújo; FORDE, Rasley de Paula. **Impactos da COVID-19 na população negra capixaba:** breve análise capixaba. Breve análise comparada à luz da categoria raça/cor. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/11478>. Acesso em: 13 nov. 2021.

FRANCO, David Silva; FERRAZ, Deise Luiza da. **Uberização do trabalho e acumulação capitalista.** Cadernos EBAPE, volume 17, número: spe, publicado em 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cebape/a/9NJd8xMhZD3qJVwqsG4WV3c/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 jun. 2023

FREITAS, de Maria do Carmo Soares; PENA, Paulo Gilvane Lopes, 2020. **Fome e pandemia de Covid-19 no Brasil**. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/18903>. Acesso em: 10 jul. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. V. 6. Florianópolis: Insular, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GOMES, Nathália Esteves da Silva. **Corpos matáveis: reflexões sobre a vulnerabilidade da população negra na pandemia de Covid-19 no Brasil**. SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES: Perspectivas e Desafios, 7., 2021. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/poscom/article/view/37826>. Acesso em: 30 jun. 2022.

GOMES, Nathália Esteves da Silva. **Os conflitos agrários nas páginas de A Tribuna**: a disputa territorial entre quilombolas e o agronegócio do Eucalipto no Norte do Espírito Santo. 2020. 116 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

GONÇALVES, Telmo. A Abordagem do Enquadramento nos Estudos do Jornalismo. **Caleidoscópio - Revista de Comunicação e Cultura**, n. 5/6, Lisboa, 2005. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/2268/1782>. Acesso em: 14 mar. 2022.

GRAGNANI, Juliana. Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo? **BBC News Brasil**, 12 jul. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>. Acesso em: 14 mar. 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** - os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 334 p. v. 2.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, Setembro de 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2022

HALL, Stuart *et al.* A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Florianópolis: Insular, 2016.

HOLANDA, Maria Norma A. B de. **Lukács e a crítica ao capitalismo**: a alienação na Ontologia. Mineo, 2002.

IMPrensa internacional destaca negacionismo de Bolsonaro ao noticiar diagnóstico positivo para coronavírus. **BBC News Brasil**, 7 jul. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53328603>. Acesso em: 10 jun. 2022.

JÁCOME, Phellipy. **O jornalismo como singular coletivo**: reflexões sobre a historicidade de um fenômeno moderno. 2017. 260 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

JOHNS HOPKINS. **Coronavirus Resource Center**. Estados Unidos, 13 mar. 2022. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 13 mar. 2022.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia** – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

LABRONICI, Rômulo Bulgarelli. ANTUNES, Ricardo (org.). 2020. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 333 pp.. *Mana*, v. 27, n. 1, p. e271803, 2021. Acesso em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/zwxvVg76rBc89Fs3QQS6cMb/#>

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis: Insular, 2012.

LIMA, R. A. A responsabilidade ainda maior do jornalismo local em tempos de pandemia. **Observatório da Imprensa**, 22 abr. 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornalismo-local/a-responsabilidade-ainda-maior-do-jornalismo-local-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

LISBOA, Sílvia; BENETTI, Márcia. O jornalismo como crença verdadeira justificada. **Brazilian Journalism Research**, v. 2, n. 2, p. 10-29, 2015.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, n. 322, Brasília, 2002.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAGNONI, A. F.; MIRANDA, G.V. Jornalismo hiperlocal e internet: a comunicação hiperlocal cidadã como possibilidade na arena pública. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 21, n. 3, p. 166-184, 2018.

MARINS, M. T. *et al.*. Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 2, p. 669–692. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136020013>. Acesso em: 22 out. 2023.

MARTINS, Elisa; ROXO, Sérgio. O drama da família da primeira vítima do coronavírus no país. **O Globo**, 8 ago. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/o-drama-da-familia-da-primeira-vitima-do-coronavirus-no-pais-24575672>. Acesso em: 27 jul. 2022.

MARQUES DE MELO, José (Org.). **Gêneros e formatos na comunicação massiva periodística**: um estudo do jornal “Folha de S. Paulo” e da revista “Veja”. In: Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1998.

MARQUES DE MELO, José. **Sociologia da imprensa brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MEDEIROS, R. M. V. **Território, espaço de identidade**. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, cap. 10, p. 217-227.

MENDES, M. M. Raça e racismo: controvérsias e ambiguidades / Race and racism: controversies and ambiguities. **Vivência**: Revista de Antropologia, [S. l.], v. 1, n. 39, p. 101–124, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/1938>. Acesso em: 16 out. 2023.

MENDONÇA, Máira. Espírito Santo registra primeira morte por novo coronavírus. **G1**, 2 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2020/04/02/primeira-morte-em-funcao-do-coronavirus-e-confirmada-no-es.ghtml>. Acesso em: 16 dez. 2021.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 187-201, jun./2012.

MENDONÇA, R. F. SIMÕES, P. G. Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.27. n.79, 2012.

MENEGHETTI, Luana. IBGE: Desemprego durante a pandemia foi maior que o estimado. **Veja**, 30 out. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/ibge-desemprego-durante-a-pandemia-foi-maior-que-o-estimado/>. Acesso em: 16 dez. 2021.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MONTEIRO, Adriano. Preto ou negro? IBGE explica classificação de cor e raça em pesquisas. **A Gazeta**, 21 nov. 2018. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/preto-ou-negro-ibge-explica-classificacao-de-cor-e-raca-em-pesquisas-1118>. Acesso em: 16 mar. 2022.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan./jun. 2010.

MORAES, Dênis de (Org.). **Mídia, poder e contrapoder**. Da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORAES, Alvaro Gustavo Marques *et al.*. A implementação tardia do quesito raça/cor nos sistemas de informação do SUS: (neco)políticas de saúde para a população negra no Brasil durante a pandemia da covid-19. **Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 56–70, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/redunb/article/view/42573>. Acesso em: 29 nov. 2023.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos**: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra -- 5. ed. rev. amp. -- Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, Matheus; LIMA, Patrícia. Os dados e o vírus: uma análise da cobertura jornalística com base em dados na pandemia da COVID-19. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 43., 2020, [on-line]. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-1783-1.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

NOCELLI, Gracielle Loures. Os desafios da pandemia da Covid-19 ao jornalismo local. Um recorte da realidade em Juiz de Fora. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO*, 18., nov. 2020, [on-line]. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2020/paper/viewFile/2689/1309>. Acesso em: 15 dez. 2021.

NUNES, Aline. Apenas 30% dos moradores do ES têm plano de saúde, aponta IBGE. **A Gazeta**, 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/apenas-30-dos-moradores-do-es-tem-plano-de-saude-aponta-ibge-0920>. Acesso em: 20 mar. 2022.

OLIVEIRA, Denis. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Dandara, 2021.

OLIVEIRA, Fabíola de. **Jornalismo Científico**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003

OLIVEIRA, Roberta Gondim de *et al.* Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. **Cadernos de Saúde Pública** [online], v. 36, n. 9, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00150120>. Acesso em: 6 set. 2021.

OPAS. **OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia**. Organização Pan-Americana da Saúde, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>. Acesso em: 19 fev. 2022.

PAIXÃO, André. Home Office: veja direitos e obrigações do funcionário e da empresa. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fique-em-casa/noticia/2020/03/30/home-office-veja-direitos-e-obrigacoes-do-funcionario-e-da-empresa.ghtml>. Acesso em: 12 mar. 2021.

PAPP, Anna Carolina; GERBELLI, Luiz Guilherme; MIDDLEJ, Aline. Em um ano de pandemia, 377 brasileiros perderam o emprego por hora. **G1**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/07/24/em-um-ano-de-pandemia-377-brasileiros-perderam-o-emprego-por-hora.ghtml> Acesso em: 22 nov. 2023.

PEIXOTO, Clarissa do Nascimento. **Hegemonia, jornalismo e conhecimento**: possíveis leituras sobre práxis contra-hegemônica. 2019. 141 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/214492/PJOR0142-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 fev. 2022.

PENA, Ana Cândida; LA TERZA, Carolina. Crise da pandemia causa feminização da fome no Brasil. **UOL**. 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/primeira->

[infancia/2022/06/24/crise-da-pandemia-causa-feminizacao-da-fome.htm](#). Acesso em: 29 nov. 2023.

PEREIRA, F. H.; ADGHIRNI, Z. L. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. **Intexto**, UFRGS, v. 1, n. 24, p. 38-57, jan./jun. 2011.

PONTES, Felipe Simão. **Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015.

PORTO, Mauro. Enquadramentos de Mídia e Política. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 26., 2002, Caxambu. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-26-encontro/gt-23/gt09-13/4400-mportoenquadramentos/file>. Acesso em: 17 mar. 2022.

PURCHIO, L. Brigas familiares e dívida bilionária: a derrocada do Grupo João Santos. **Veja**. 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/brigas-familiares-e-divida-bilionaria-a-derrocada-do-grupo-joao-santos> Acesso em 30 nov. 2023.

RABELLO, Eduardo. População que se declara indígena cresce 50% no Espírito Santo. **Governo do Estado**. 2023. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/populacao-que-se-declara-indigena-cresce-50-no-espirito-santo>. Acesso em: 01 dez. 2023.

RAFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMONET, I. **A explosão do jornalismo**: das mídias de massas à massa das mídias. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

RANGEL, Eleazar Diaz. **A notícia na América Latina: mudanças de forma e conteúdo**. In: Comunicação & Sociedade. São Paulo, Cortez/IM S, 1981. n. 5 p. 101.

REDAÇÃO A GAZETA. **Coronavírus: ES registra 1.087 mortes e 27.652 casos confirmados**. 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/coronavirus-es-registra-1087-mortes-e-27652-casos-confirmados-0620>. Acesso em: 10 out. 2022.

REDAÇÃO A GAZETA. **Coronavírus: veja o que muda no transporte público da Grande Vitória**. 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/transito/coronavirus-veja-o-que-muda-no-transporte-publico-da-grande-vitoria-0320> Acesso em 20 out. 2023.

REDAÇÃO A GAZETA. **Coronavírus: 54 mil bares e restaurantes podem fechar no ES**. 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/economia/coronavirus-90-mil-bares-e-restaurantes-podem-fechar-no-es-0320> Acesso em 24 nov. 2023.

REDAÇÃO A TRIBUNA. **Ônibus lotado em plena pandemia faz passageiros chamarem a polícia**. 2020. Disponível em: <https://tribunaonline.com.br/cidades/onibus-lotado-em-plena-pandemia-faz-passageiros-chamarem-a-policia-65972> Acesso em: 20 out. 2023.

REDAÇÃO BBC NEWS BRASIL. **Brasil é destaque no mundo por não divulgar dados de mortes por covid-19**. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52967730> Acesso em: 30 nov. 2023.

REDAÇÃO G1. **Empresas do ES aderem ao trabalho remoto para impedir avanço do novo coronavírus.** 2020. Acesso em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2020/03/17/empresas-do-es-aderem-ao-trabalho-remoto-para-impedir-avanco-do-novo-coronavirus.ghtml> Disponível em: 30 nov. 2023.

REIS, Ruth; ZANETTI, Daniela. **Comunicação e territorialidades: em torno do poder e da cultura.** In: ZANETTI, Daniela; REIS, Ruth (Orgs.) Comunicação e territorialidades: poder e cultura, redes e mídias. 1. ed. Vitória: EDUFES, 2017. Versão eletrônica.

RIBEIRO, Isaac. Entenda a dinâmica da curva da Covid-19 no Espírito Santo. **A Gazeta**, 28 ago. 2020a. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/entenda-a-dinamica-da-curva-da-covid-no-espírito-santo-0820>. Acesso em: 20 fev. 2022.

RIBEIRO, Isaac. Negros da periferia são os que mais morreram por Covid-19 no ES. **A Gazeta**, 28 abr. 2020b. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/negros-da-periferia-sao-os-que-mais-morreram-por-covid-19-no-es-0420>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ROTHBERG, Danilo. Jornalismo e informação pela democracia. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org.). **Vitrine e vidraça:** crítica de mídia e qualidade no jornalismo. Beira: LabCom, 2010.

SACK, Roberto David. **O significado de territorialidade.** In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Orgs.). Territorialidades humanas e redes sociais. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 27. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

SANTOS, Milton. **debate mediado por Lúcia Nagib e publicado — sob o título A imagem do negro** — na Revista Imagens. Campinas, n.º 4, p. 114-121, abr. 1995.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M. P. A. dos *et al.* População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos Avançados** [online], v. 34, n. 99, p. 225-244, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200225&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 jan. 2021.

SANTOS, L. G. de M.; PEDRO, R.. Máscara e homem negro: entre o contágio e o racismo em um regime necropolítico. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, p. e020017, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240337>. Acesso em: 27 out. 2023.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana.** Porto Alegre/RS: EST Edições, 2003 [2001].

SARMENTO, P. B. Demissão em massa, fechamento do parque gráfico: a extinção dos diários A Gazeta e Notícia Agora no Espírito Santo. **Observatório da Imprensa**. 2019. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/crise-na-imprensa/demissao-em-massa->

fechamento-do-parque-grafico-a-extincao-dos-diarios-a-gazeta-e-noticia-agora-no-espirito-santo/ Acesso em: 30 nov. 2023.

SILVA, . C. da, *et al.* Motoristas de aplicativos em tempos de Covid-19: tendências de informação e prevenção no contexto brasileiro. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 26, p. 01–21, 2021. DOI: 10.5007/1518-2924.2021.e76625. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/76625>. Acesso em: 20 out. 2023.

SILVA, L. I.; MORAIS, E. S. de; SANTOS, M. S. dos. COVID-19 e população negra: desigualdades acirradas no contexto da pandemia. **Revista Thema**, [S.l.], v. 18, n. Especial, p. 301-318, 2020. Disponível em: <http://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1814>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SILVA, Marcos Paulo da; RAPOSO, Maurício de Melo. Jornalismo e ideologia da cultura: os conflitos entre indígenas e ruralistas em Mato Grosso do Sul. **Matrizes**, v. 15, n. 1, p. 249-274, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1430/143067575013/movil/>. Acesso em: 6 fev. 2022.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <https://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/365123.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2022.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. **O trabalho do jornalista e suas contradições: uma ontologia da crise**. Matrizes, v.11, n.3, p.129-149, 2017.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE INFECTOLOGIA. **Regras de ouro para um consultório seguro**. São Paulo, set. 2020. Disponível em: <https://infectologia.org.br/campanhas/regras-de-ouro/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, R. B. R. de. A dialética da crise do jornalismo: o sociometabolismo do capital e seus limites estruturais. **Intercom**, v. 41, p. 55-69, 2018.

SOUZA, R. B. R. de. Enquadramentos jornalísticos e hegemonia: por uma teoria crítica da produção de sentido noticiosa. In: SOUZA, R. B. R. de; CARDOSO, Y. G. (Orgs.). **Jornalismo e crítica de mídia na Amazônia**. São Paulo: Scortecci, 2016.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. V.1, 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. V. I, 3. ed. Florianópolis: Insular, 2012.

VASCONCELOS, Gabriel; SARAIVA, Alessandra. Quase um milhão de empresas demitiram na pandemia, segundo IBGE. **Valor Investe**, 2020. Disponível em:

<https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2020/07/16/quase-um-milhao-de-empresas-demitiram-na-pandemia-segundo-ibge.ghtml>. Acesso em: 23 abril. 2022.

VIEIRA, Bruna; MARQUES, Patrícia. Filha da primeira vítima de Covid no Brasil perdeu os avós e dois tios com a doença após a morte da mãe. **G1**, 19 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/19/filha-da-primeira-vitima-de-covid-no-brasil-perdeu-os-avos-e-dois-tios-com-a-doenca-apos-a-morte-da-mae.ghtml>. Acesso em 16 mar. 2022.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.